

ESTUDOS DE LINGUÍSTICA

VOLUME II

CONCEIÇÃO CARAPINHA
ISABEL A. SANTOS

COORD.



IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)



I N V E S T I G A Ç Ã O



Coordenação editorial

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Concepção gráfica

António Barros

Capa

Vitrais da Sé Catedral de Vila Real, 2003, Portugal

De João Vieira (1934-2009), em forma de evocação e

homenagem da Universidade de Coimbra à Obra do Artista

Infografia da Capa

Carlos Costa

Execução gráfica

PMP

ISBN

978-989-26-0713-9

ISBN DIGITAL

978-989-26-0714-6

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0714-6>

Depósito legal

372937/14

Obra publicada com o apoio de:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© Dezembro 2013, Imprensa da Universidade de Coimbra.

ESTUDOS DE LINGUÍSTICA

VOLUME II

CONCEIÇÃO CARAPINHA
ISABEL A. SANTOS
COORD.

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
CONFERÊNCIA INAUGURAL	
DADOS E QUADROS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ALGUMAS REFLEXÕES Ana Cristina Macário Lopes.....	11
SECÇÃO 1 – SINTAXE / SEMÂNTICA	
A AQUISIÇÃO DA ESTRUTURA PASSIVA EM PORTUGUÊS EUROPEU Antónia Estrela.....	27
TIPOS DE OBJETOS COGNATOS E DE OBJETOS HIPÓNIMOS EM PORTUGUÊS EUROPEU Celda Morgado Choupina.....	41
SECÇÃO 2 – SLÉXICO / MORFOLOGIA	
A NOMINALIZAÇÃO DO INFINITIVO EM DUAS SINCRONIAS DO PORTUGUÊS Inês Oliveira	59
A MARCAÇÃO DE GÉNERO NOMINAL EM PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO-MATERNA: PADRÕES NA AQUISIÇÃO/APRENDIZAGEM Tânia Santos Ferreira	77
SECÇÃO 3 – CONTACTO	
COORDENAÇÃO COMITATIVA NO CABOVERDIANO José António Brito.....	95
SECÇÃO 4 – VARIA	
HAND GESTURES AND SPEECH PRODUCTION IN THE BOOTH: DO SIMULTANEOUS INTERPRETERS IMITATE THE SPEAKER? Elena Zagar Galvão.....	115
ACORDES DE UM PAÍS TAGARELA: RELATO DE DISCURSO E CONSTRUÇÃO DE IMAGENS IDENTITÁRIAS Paula Eduarda Moreira Figueiredo.....	131

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA PRÉVIA

O volume II dos Estudos de Linguística inclui textos selecionados dos 2.º e 3.º Encontros de Pós-Graduação em Linguística, que tiveram lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nos dias 9 e 10 de dezembro e 14 de dezembro de 2012, respetivamente.

Os textos que aqui se publicam foram submetidos a uma avaliação anónima por parte de uma Comissão Científica de especialistas e uma versão final foi ainda posteriormente submetida a apreciação.

Este volume inicia com a conferência inaugural ***Dados e quadros teórico-metodológicos: algumas reflexões***, proferida pela Professora Doutora Ana Cristina Macário Lopes, a quem expressamos o nosso reconhecimento.

Agradecemos, com agrado, aos autores que foram respondendo às diferentes e sucessivas sugestões, concretizando-se, assim, a vertente formativa que sempre esteve na génese destes Encontros. De facto, ao conceber esta iniciativa, o Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada pretendeu, desde o início, proporcionar aos jovens investigadores um espaço de partilha de saberes e uma oportunidade para divulgar o resultado das suas investigações. Propiciando a interação construtiva e incentivadora entre investigadores em diferentes momentos de formação, a publicação que resulta dos Encontros de Pós-Graduação posiciona-se num espaço editorial que, divulgando o trabalho de pós-graduandos, constitui igualmente um desafio de exigência científica.

Para o cumprimento destes objetivos, foi fundamental a participação empenhada dos especialistas que colaboraram nos processos de avaliação e revisão dos textos, e a quem estamos muito gratas.

À Professora Doutora Clarinda de Azevedo Maia, que aceitou o nosso convite para proferir a Conferência inaugural do 2.º Encontro, devemos igualmente o nosso reconhecimento.

Um último agradecimento é devido às instituições que tornaram exequível a publicação desta obra: a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Imprensa da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 30 de setembro de 2013

Conceição Carapinha

Isabel Almeida Santos

CONFERÊNCIA INAUGURAL

(Página deixada propositadamente em branco)

**DADOS E QUADROS TEÓRICO-METODOLÓGICOS:
ALGUMAS REFLEXÕES**

Ana Cristina Macário Lopes

Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA)

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

acmacariol@gmail.com

Gostava de começar por vos dizer que a minha forma de estar na investigação linguística é marcada pela abertura e pela flexibilidade. Numa época de grande efervescência teórica no âmbito da Linguística, como a que temos vivido nas últimas décadas, com os paradigmas formal e funcionalista a caminharem em linhas paralelas, aparentemente sem espaços de interseção ou diálogo, ambos ciosos das suas distintas fundamentações epistemológicas, uma atitude de abertura e flexibilidade significa a disponibilidade de integrar, sem dogmatismos, contributos oriundos de distintos quadros teórico-metodológicos, desde que relevantes para a descrição e explicação dos dados empíricos objecto de análise.

Situo-me assim, inequivocamente, entre os que pensam o pluralismo teórico-metodológico como uma prática positiva e considero que conceções e abordagens estanques e hiperespecializadas são redutoramente parcelares e perdem muitas vezes de vista a efetiva complexidade do objecto linguagem humana. E desde já acrescento que pluralismo teórico-metodológico não equivale de todo a ecletismo, porque os próprios dados limitam a diversidade das abordagens e estabelecem entre elas hierarquias.

Situo-me ainda entre os que defendem uma investigação baseada em dados empíricos reais, que correspondem de facto ao funcionamento

vivo da língua e nos confrontam com usos que os exemplos fabricados muitas vezes deixam na sombra.

Por fim, creio, como Van Valin, citado por Faria (2012: 27), que “o debate entre teorias é importante e que a sua ausência afecta quer a área quer os que nela trabalham”.

Olhando retrospectivamente e com a distância possível para os meus trabalhos de pesquisa sobre a língua portuguesa, verifico que fui cimentando ao longo do tempo algumas convicções, algumas assunções basilares que tenho vindo a consolidar no contacto direto com os dados empíricos, e que de algum modo ancoram e norteiam toda a minha investigação.

A primeira assunção é a de que o sistema linguístico é basicamente estruturado pelo uso e funciona de forma dinâmica e maleável, adaptando-se permanentemente às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes.

A segunda assunção é a de que há diversos níveis ou domínios pelos quais se distribui a significação linguística, que resultam, em última análise, das diferentes funções que a linguagem verbal pode desempenhar ao ser discursivamente usada.¹ Neste sentido, assumo que a linguagem verbal não é apenas um sistema simbólico de representação do mundo externo; ela é também o suporte dos nossos pensamentos e raciocínios, uma forma de comportamento e um instrumento de ação e interação social. Consequentemente, a significação discursivamente expressa envolve distintos domínios: o domínio do conteúdo, ou da representação do mundo socio-físico, tradicionalmente privilegiado pela semântica, o domínio epistémico, que consubstancia a representação dos pensamentos e raciocínios do falante, e o domínio ilocutório, que plasma as dimensões accionais e interativas da comunicação verbal.² E subscrevo ainda a afirmação de Fonseca segundo a qual “as dimensões pragmáticas da significação se inscrevem de raiz (...) na própria estrutura interna da língua”. Ou, noutras palavras, “a língua apresenta-se como sistema de

¹ Como afirma Levinson, “meaning (...) is quite clearly not a unitary field but rather one involving cognitive principles, knowledge factors, and interactional principles.” (2000: 21).

² Cf. Sweetser, 1990.

virtualidades que integra em si mesmo o processo que é o seu próprio funcionamento discursivo” (1994: 100-101).

A terceira assunção é a de que há uma forte interface entre sintaxe, semântica e pragmática, o que pressupõe uma articulação descritiva controlada entre aspetos formais e significação expressa ou implicitamente comunicada.

Finalmente, a quarta assunção prende-se com a articulação entre funcionamento sincrónico e evolução da língua. Assim, assumo que a mudança semântica resulta em larga medida do uso da língua e é regida por motivações pragmáticas (eficiência comunicativa) e cognitivas (conceptualização de domínios mais abstractos através de operações de extensão de significados mais concretos, ligados à experienciação mais básica e directa do mundo).³

As assunções que acabei de mencionar não são dependentes ou tributárias de um só modelo teórico, antes incorporam e caldeiam contributos de quadros teóricos diversos. Mas importa reconhecer, com honestidade intelectual, que convergem dominantemente com um paradigma cognitivo-funcional de abordagem da linguagem humana.

Concluídas estas notas preambulares, proponho-me agora partilhar convosco uma das linhas de investigação que tenho percorrido nos últimos anos.

Quando decidi estudar de forma sistemática os marcadores discursivos⁴ do Português europeu contemporâneo (doravante PEC), uma área escassamente contemplada nas gramáticas do Português disponíveis, mas substancialmente descrita em gramáticas de referência de outras línguas (veja-se, por exemplo, Bosque / Demonte, 1999), deparei-me com a seguinte situação: expressões como *agora*, *então*, *depois*, *assim*, *já*, *logo*,

³ Cf. Traugott / Dasher, 2002.

⁴ Utilizo a expressão ‘marcador discursivo’ como um hiperónimo, que subsume, como hipónimos, quer os conectores discursivos (de base adverbial e preposicional que interligam enunciados, dando origem a produtos textuais não frásicos), quer as expressões que ativam pressuposições relacionadas com o universo de expectativas do falante ou que marcam a atitude do falante, quer ainda os marcadores interativos que regulam a dinâmica conversacional e a gestão harmoniosa das relações interpessoais.

enfim, sempre, bem, de facto, de qualquer modo, de outro modo, entre outras, são todas elas polifuncionais no PEC. Com efeito, em sincronia, tais expressões operam em diferentes domínios da significação discursiva, consoante a posição que ocupam no enunciado (e a função sintáctica que nele desempenham), e suscitam, conseqüentemente, instrumentos teórico-metodológicos de análise distintos. Sucintamente, direi que, em determinados contextos, as expressões em apreço contribuem para o conteúdo proposicional do enunciado em que ocorrem, funcionando tipicamente como modificadores de predicado, desempenhando, noutros contextos, funções de natureza discursivo-pragmática, nomeadamente funções de conexão discursiva/textual.

A constatação de que noutras línguas se verifica exactamente o mesmo fenómeno de polifuncionalidade associado ao mesmo tipo de expressões de base adverbial e preposicional, bem como a leitura de trabalhos de investigação recentes sobre processos de gramaticalização que sublinham trajetórias regulares de mudança semântica, abriu-me um campo de reflexão e pesquisa completamente novo, que à partida o projecto centrado na decrição do valor semântico-pragmático dos marcadores não previa. Devo confessar que a descoberta foi fascinante: afinal, era possível perspectivar a polifuncionalidade, em sincronia, como um caso de polissemia, e detectar fenómenos de gramaticalização no comportamento versátil dos itens e construções lexicais que me propunha estudar.

A análise de dados empíricos sincronicamente polifuncionais, como os que atrás mencionei, coloca uma questão teórica incontornável, para a qual existem diferentes respostas possíveis na comunidade linguística: trata-se de um caso de homonímia, de monossema contextualmente modelável ou de polissemia?⁵

A abordagem homonímica, maximalista, postula a existência de diferentes unidades lexicais formalmente idênticas. Dado o seu nulo poder explicativo, foi à partida descartada.

A abordagem monossémica, minimalista ou unitária, defende a existência de um significado único, comum aos diferentes usos, hipótese que

⁵ Sobre esta questão, cf., entre outros, Hansen, 1998; Travis, 2005; Fisher, 2006.

implica, por um lado, uma formulação algo abstracta desse denominador comum, e, por outro, a consideração casuística de diferentes contextos de ocorrência, responsáveis pelas diferentes modulações de significado atestadas. Esta teoria, embora aliciante na medida em que procura aplicar o princípio da navalha de Ockham e evitar, conseqüentemente, uma proliferação desnecessária de sentidos, esbarra, no entanto, com várias dificuldades. Por um lado, a definição de um significado básico invariante (um ‘core meaning’), conduz a definições de tal modo abstractas que dificilmente se revalam operatórias na descrição dos diferentes valores atestados em sincronia.⁶

Por outro lado, a abordagem monossémica não permite uma articulação entre funcionamento sincrónico da língua e mudança semântica. Finalmente, não dá conta dos padrões recorrentes de relações entre significados que uma análise em termos de polissemia permite captar.

A abordagem polissémica, por seu turno, pressupõe a existência de um significado básico, a partir do qual se desenvolvem, por extensão cognitiva ou pragmaticamente motivada, outros significados, numa dinâmica de criatividade linguística que explica a permanente reconfiguração das línguas naturais. Esta abordagem tem o mérito de mostrar que funcionamento sincrónico da língua e mudança semântica são aspectos estreitamente relacionados e põe em relevo o peso de factores de natureza pragmática e cognitiva na mudança semântica.⁷ Como afirma Silva (1999: 65): “A polissemia é (...) o reflexo sincrónico da mudança semântica, e, por outro lado, a mudança linguística é o reflexo diacrónico da flexibilidade da linguagem.” Foi, pois, a abordagem polissémica que privilegiei nos meus trabalhos, pelas razões invocadas.

⁶ Veja-se, a título de exemplo, a definição monossémica de *enfin*: “Le locuteur, en accompagnant [l'énoncé] X par *enfin*, donne à son énonciation de X la fonction de mettre fin à un discours Z précédent” (Cadiot *et al.*, 1985: 199). Não vislumbro a natureza operatória deste tipo de definição face aos diferentes usos de *enfin* no PEC (Lopes, 2008), a saber: fecho de sequência temporalmente ordenada de situações, fecho de listagem, marcador de síntese conclusiva, sinalização do universo de expectativas do falante, que avalia como tardia, embora positiva, a ocorrência de uma determinada situação, mero marcador de hesitação no processamento online do discurso.

⁷ Cf. Traugott / König, 1991; Traugott / Dasher 2002.

Vejamos então alguns dados:

- (1) “Antes davam e aquilo era distribuído aos pobres (...). *Agora* já não fazem isso.”
- (2) No ano 2000, haverá moeda única na Europa. Terei, *então*, 40 anos.
- (3) Quando me deitei, adormeci *logo*.
- (4) O João veio *sempre* às aulas durante o mês de outubro.
- (5) A Ana *ainda* vive em Coimbra.
- (6) “Vou *já*. Vai indo adiante que eu vou *já*.”
- (7) “(...) cada um dos negociadores rebeldes disse depois, na respectiva língua indígena, (...) ser “tanto um cidadão de Chiapas como do México”, cabendo *enfim* a Marcos afirmar (...) que nenhum rebelde está arrependido de ter pegado em armas no 1º dia do ano.”
- (8) “Enfim, a minha situação é absolutamente desesperada, mas não me mato. Quando estiver bem certo de que não encontrarei solução, embarco para Lisboa e vou morrer lá, de miséria, de fome, *de qualquer modo*.”
- (9) “É uma resposta de bom-senso, não temos “know how”, nem capacidade económica para fazer *de outro modo*.”
- (10) “Há cães que não têm medo [de lobos], *agora* há outros que têm.”
- (11) Esta inferência pode ser cancelada sem contradição. *Então*, é uma implicatura.
- (12) “Penso, *logo* existo.”
- (13) *Sempre* vieste!
- (14) “Tenho a minha família, tenho mulher e filhos (...) e *ainda* tenho que pagar para trabalhar.
- (15) “Para o STE, “trata-se (...) de uma nova Lei dos Disponíveis só que mais permissiva. *Já* a Frente comum dos Sindicatos da Administração Pública reagiu de forma diferente.”
- (16) “Passou a falar a mesma linguagem e a ter os mesmos hábitos, *enfim*, adaptou-se.”
- (17) “(...) eu privilegiaria a forma confederal, por ser muito maior a autonomia de cada Estado-Nação, sem pôr em causa certos objetivos comuns, como a moeda única, a economia integrada, uma

política externa, de defesa e de segurança, comum. *De qualquer modo*, a União Europeia é uma grande ideia, que terá de ser aprofundada à medida que se vai construindo e que terá de enfrentar corajosamente contradições e dificuldades imensas.”

- (18) Tem que haver moderação salarial e regimes laborais flexíveis (...). *De outro modo*, em vez de abaixamento salarial, em 1995 não têm emprego.”

De (1) a (9), as expressões em itálico funcionam sintaticamente como adjuntos a SV, modificadores de predicado; semanticamente expressam valores temporais (de localização (1), (2), (3) (6) e (7), e de frequência (4)), valores temporo-aspectuais (5), ou circunstâncias de modo (8) e (9), e contribuem para o conteúdo proposicional dos enunciados que os acolhem.

Mas os mesmos itens, em contextos sintáticos distintos (cf. exemplos (10) a (20)), passam a funcionar como marcadores/conectores discursivos, quer sinalizando distintas conexões (semântico-pragmáticas) entre os segmentos textuais que articulam, expressando, por conseguinte, um significado de índole procedimental, ou seja, dando instruções ao ouvinte sobre o nexos que deve ser computado por forma a interligar coerentemente os dois enunciados (cf. (10), (11), (12), (14), (15), (16), (17), (18))⁸, quer inscrevendo no discurso o universo de expectativas do falante (em (13), *sempre* marca a confirmação de uma expectativa do falante).⁹ Deixam, pois, de ter qualquer incidência ao nível do conteúdo proposicional expresso e, do ponto de vista sintático, passam a funcionar como elementos exteriores à predicação, sofrendo tipicamente um processo de reanálise ou recategorização sintática (advérbios > conectores).

A polissemia funcional sincrónica parece-me ilustrar um processo de gramaticalização. Não cabe aqui discutir a complexa questão da grama-

⁸ Para uma análise mais aprofundada dos valores conetivos de *agora*, *então*, *logo*, *ainda*, *já*, *enfim*, *de qualquer modo* e *de outro modo*, veja-se Lopes, 1998 b, 1996, 1999, 2000, 2003, 2008, 2012.

⁹ Para uma análise mais aprofundada dos valores de *sempre*, cf. Lopes, 1998 a.

ticalização, cuja definição está longe de ser consensual¹⁰. Direi apenas que utilizo o termo tal como tem vindo a ser utilizado por Traugott na sua investigação sobre o desenvolvimento histórico de marcadores discursivos. Nesta acepção, fala-se de gramaticalização quando se verifica um processo unidireccional pelo qual determinados itens (ou construções) lexicais, que operam num primeiro momento ao nível proposicional ou do conteúdo, passam a assumir outras funções, de carácter discursivo-pragmático, como, por exemplo, marcação de conexões entre segmentos textuais, expressão de atitudes e expectativas do falante, organização da interacção em termos de turnos de fala, gestão cortês das relações intrapessoais, sinalização de continuação ou mudança de tópico discursivo.¹¹

Os dados do Português que analisei parecem indiciar tendências regulares de mudança semântica, interlinguisticamente atestadas, que apontam justamente para a emergência de novos significados de natureza pragmático-discursiva a partir de itens ou construções cujo significado básico se satura a nível proposicional. Naturalmente, a descrição sincrónica necessita de estudos complementares de natureza diacrónica para que possa ser plenamente validada a hipótese defendida por Traugott / König, 1991 e Traugott / Dasher, 2002 sobre a unidireccionalidade da mudança semântica e, nomeadamente, para que possam ser identificados os contextos de transição, em que muito provavelmente se sobrepõem as duas leituras atestadas em sincronia.

Mas a mera descrição sincrónica é já teoricamente desafiante, pois permite interligar diferentes significados e funções, numa rede flexível e dinâmica que evidencia a motivação (cognitiva ou pragmática)

¹⁰ Dado não ser relevante para os meus dados, deixo de lado a concepção eventualmente mais disseminada de gramaticalização, associada a Givón, 1979 (com a sua famosa hipótese unidireccional da mudança linguística, consubstanciada na trajectória discurso> sintaxe>morfologia>morfofonémica>zero) e a Lehmann, 1982.

¹¹ Como afirma Traugott (2003: 626), “Grammar (...) is rich enough to license interaction with the general cognitive abilities such as are involved in the speaker-addressee negotiation that gives rise to grammaticalization. These include information processing, discourse management, and other abilities central to the linguistic pragmatics of focusing, topicalization, (...) and discourse coherence”.

subjacente às diferentes extensões de um significado básico, iluminando, concomitantemente, o fenômeno da recategorização ou reanálise sintática.

Centremo-nos agora numa análise um pouco mais fina de dois casos de polifuncionalidade, para tornar mais explícito o que acabou de ser afirmado sobre a possibilidade de tratar, de forma integrada, distintos valores associados a um mesmo item, ou seja, sobre a possibilidade de interligar esses diferentes valores. Note-se que vamos apenas focalizar dois tipos de valores atestados: aquele que consideramos ser o valor básico (e que aparece sempre referido em primeiro lugar nos dicionários) e um valor derivado de marcação de conexão discursiva. Para uma análise mais fina e aprofundada do leque de valores pragmáticos de cada um dos itens, e respetivas imbricações de significado, remeto-vos para os estudos monográficos mencionados na bibliografia.

Enquanto advérbio deíctico de localização temporal, *agora*, tipicamente em coocorrência com o Presente do Indicativo, localiza a situação descrita no enunciado em que ocorre num intervalo de tempo que se sobrepõe ao intervalo de tempo da enunciação, podendo a amplitude desse intervalo ser variável (daí a possibilidade da comutação de *agora* por *neste preciso momento* ou por *atualmente*). Em qualquer dos casos, *agora* implica sempre um contraste (temporal) entre o intervalo identificado e intervalos dele disjuntos. Sem esta implicação de contraste, o uso de *agora*, em co-ocorrência com o presente do Indicativo, seria redundante, dado o valor prototípico de localização temporal do Presente do Indicativo. O valor contrastivo mencionado pode ser analisado como uma implicatura conversacional generalizada¹² associada ao uso do advérbio modificador de predicado *agora* em enunciados em que coocorre com o Presente do Indicativo. E é precisamente essa implicatura que parece ter-se convencionalizado nos usos de *agora* como conector contrastivo.

¹² Sobre a noção de implicatura conversacional generalizada, calculada em função de heurísticas de natureza pragmática, cf. Levinson, 2000.

Verifica-se, pois, uma reanálise ou mudança categorial (advérbio > conector) e uma concomitante alteração semântica¹³ (valor referencial de localização temporal > valor instrucional ou procedimental de marcação de contraste). E é possível interligar os dois valores mencionados, que aliás coexistem em sincronia: o valor periférico de contraste (temporal) implicitado pelo advérbio *agora* torna-se o único valor codificado pelo conector formalmente idêntico. E esta derivação surgiu certamente em contextos onde deixou de ser comunicativamente saliente o valor de localização temporal, passando a ser saliente a instrução de contraste entre duas situações.

Faço aqui um parêntese para voltar ao que afirmei no início sobre o pluralismo teórico-metodológico suscitado pelos próprios dados empíricos. A descrição do valor de localização temporal do advérbio *agora* convoca necessariamente teorias semânticas temporais, em que as noções de ponto de referência (ou ponto de perspectiva temporal) e de relação de ordem são decisivas para circunscrever com rigor o intervalo de tempo identificado pelo advérbio.¹⁴ Mas para descrever e explicar o valor periférico de contraste sistematicamente activado pelo advérbio nas construções referidas, é forçoso recorrer a um enquadramento teórico de natureza substancialmente distinta, já que se trata de um valor implicitado, que só os princípios reguladores da interação verbal, as heurísticas pragmáticas que tiveram a sua primeira formulação na reflexão pioneira de Grice, 1975, permitem circunscrever. As abordagens não se excluem: são complementares, facultando uma análise mais completa e satisfatória do efectivo funcionamento do item em apreço.

Fechado o parêntese, o que me interessa aqui pôr em relevo é o facto de ser possível explicar a emergência do valor de marcação de uma relação discursiva de contraste, com correlato ‘apagamento’ do valor primitivo de natureza referencial (localização no tempo): o novo

¹³ Alguns autores falam de dessemantização ou “semantic bleaching” para dar conta da perda de valores referenciais e aquisição de novos valores de natureza pragmático-discursiva, nomeadamente valores de conexão. Cf., entre outros, Heine / Kuteva, 2006.

¹⁴ No meu caso, trabalhei com a semântica temporal de Kamp / Ryle, 1993.

valor pode ser perspectivado como o resultado da convencionalização de uma inferência de natureza pragmática. A mudança semântica não é, pois, aleatória: é possível encontrar imbricações, zonas de sobreposição entre os diferentes valores do item que exhibe, em sincronia, uma polissemia funcional.

Vejam agora o caso de *então*. Enquanto advérbio de localização temporal (cf. exemplo 2), *então* opera no domínio do conteúdo, funcionando como modificador de predicado: retoma anaforicamente um antecedente temporal fixado no discurso anterior e funciona como ponto de referência para a localização da situação descrita na frase em que ocorre; ou seja, define o quadro temporal no qual deverá ser interpretada a proposição em que ocorre. Enquanto conector (cf. exemplo 11), *então* sinaliza que o enunciado anterior funciona como um antecedente que, no domínio da organização lógica do raciocínio, autoriza a conclusão que a seguir se enuncia; ou seja, *então* define o quadro epistémico no qual deverá ser interpretado o enunciado que prefacia. Parece, pois, verificar-se, uma projecção metafórica da localização no tempo para uma ‘localização’ mais abstracta, que envolve o domínio do ‘espaço mental’ do falante, e é a natureza intrinsecamente anafórica de *então* que legitima essa projecção.

Vejam por fim o caso de *enfim*: enquanto advérbio de localização temporal, *enfim* denota que a situação descrita na predicação em que ocorre é a última de uma série de situações temporalmente ordenadas, fechando assim uma sequência; nestes contextos, *enfim* comuta com *por fim*. Enquanto conector discursivo, *enfim* articula uma última predicação com predicações anteriores, sinalizando que se trata de um movimento discursivo de fecho, com um valor de síntese final. Daí a sua possível comutação com os marcadores *resumindo e concluindo* ou *em suma*, que também sinalizam uma reformulação condensada de informação previamente expressa. Entre o advérbio e o conector, verifica-se um espaço de sobreposição ou imbricação: ambos partilham o valor [+ fecho], mas o conector assume o valor [+síntese], ausente no

advérbio.¹⁵ Trata-se, a meu ver, de um exemplo claro de agrupamento de significados sob a forma de parencças de família, do tipo AB, BC: ou seja, a extensão do significado envolve similaridades parciais, com partilha de, pelo menos, uma propriedade comum.

Não tive, repito, a pretensão de ilustrar aqui todos os valores atestados em sincronia dos itens *agora*, *então* e *enfim*. Pretendi apenas despertar a vossa curiosidade para a plasticidade da língua, e mostrar-vos como de facto a multifacetada natureza dos dados convoca, para a sua descrição e explicação, instrumentos de quadros teóricos diversos e uma interface permanente entre sintaxe, semântica e pragmática.

Termino fazendo minha a formulação lapidar de Levinson / Evans (2010: 2746), segundo a qual “language bridges the mental and the social, the psychological and the historical, the ideational and the behavioural.” É intrínseca a complexidade do objecto linguagem humana, e tal complexidade requer necessariamente abordagens teórico-metodológicas plurais e complementares, bem como uma interface entre descrição sincrónica e história da língua.¹⁶

Referências bibliográficas

- Bosque, I. Demonte, V.(orgs.) (1999): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. 3 vols. Madrid: Editoria Espasa Calpe.
- Cadiot, A. et al. (1985): *Enfin*, marqueur métalinguistique. In: *Journal of Pragmatics* 9, 199-239.
- Faria, I.H. (2012): *Ser linguista*. In: Costa, A. / Duarte, I. (coord.), *Nada na linuagem lbe é estranho. Homenagem a Isabel Hub Faria*. Lisboa: Afrontamento, 15-28.
- Fischer, Kerstin (ed) (2006): *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier.
- Fonseca, J. (1994): *O lugar da Pragmática na teoria e análise linguísticas*. In: J. Fonseca, *Pragmática Linguística. Introdução, teoria e descrição do português*. Porto: Porto Editora, 95-104.
- Grice, P. (1975): *Logic and conversation*. In: Cole, Peter / Morgan, Jerry L. (eds.): *Syntax and Semantics. Vol. 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 41-58.
- Hansen, M.-B.M. (1998): *The function of discourse particles*. Amsterdam: John Benjamins.

¹⁵ Note-se, entretanto, que este traço é fortemente condicionado pelos conteúdos proposicionais dos enunciados que antecedem e seguem o conector.

¹⁶ Este texto retoma alguns tópicos abordados em Lopes, 2013.

- Heine, B. / Kuteva, T. (2006): *The changing languages of Europe*. Oxford: OUP.
- Kamp, H. / Reyle, U. (1993): *From discourse to logic*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Levinson, S. (2000): *Presumptive meanings. The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge/Massachusetts: The MIT Press.
- Lopes, A.C.M. (1996): *Então*: elementos para uma análise semântica e pragmática. In: I. Castro (org.), *Actas do XII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri, 177-190.
- Lopes, A.C.M. (1998 a): Contribuição para o estudo dos valores discursivos de *sempre*. In: M. A. Mota / R. Marquilhas (orgs.), *Actas do XIII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: Colibri, 3-14.
- Lopes, A.C.M. (1998 b): Contribuição para o estudo semântico-pragmático de *agora*. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, 363-376.
- Lopes, A.C.M. (1999): Contributos para uma análise dos valores temporais e discursivos de *logo*. In: I.H.Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos e Faculdade de Letras de Lisboa, 433-443.
- Lopes, A.C.M. (2000): *Ainda*. In: E. Gärtner, C. Hundt e A. Schönberg (eds.), *Estudos de gramática portuguesa (III)*. TFM: Frankfurt am Main, 65-88.
- Lopes, A.C.M. (2003): Elementos para uma análise semântica das construções com *já*. In: I. Castro e I. Duarte (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 1. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 411-428.
- Lopes, A.C.M. (2008): *Enfim*. In: H. T. Valentim e B. Moreira (eds.) *Estudos Linguísticos/ Linguistic Studies 2*. Lisboa: Colibri/CLUNL, 61-76.
- Lopes, A.C.M. (2012): A polifuncionalidade das expressões *de qualquer modo* e *de outro modo* em PEC. In: A. Costa e I. Duarte (orgs.), *Nada na linguagem lbe é estranho. Estudos de homenagem a Isabel Hub Faria*. Porto: Edições Afrontamento, 79-92.
- Lopes, A.C.M. (2013): *Interfaces*. Textos Escolhidos do XXVIII Encontro Nacional da APL (no prelo).
- Silva, A. S. da (1999): *A semântica de deixar. Uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*. Lisboa: FCG/FCT.
- Sweetser, E. (1990): *From etymology to pragmatics*. Cambridge: CUP.
- Traugott, E. (2003): *Constructions in Grammaticalization*. In: Joseph, B / Janda, R. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 624-647.
- Traugott, E. / König, E. (1991): *The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited*. In: Traugott / Heine (eds.) *Approaches to grammaticalization*, vol 1, 189-218.
- Traugott, E. / Dasher, R. (2002): *Regularity in semantic change*. Cambridge: CUP.

(Página deixada propositadamente em branco)

SECÇÃO 1

SINTAXE / SEMÂNTICA

(Página deixada propositadamente em branco)

A AQUISIÇÃO DA ESTRUTURA PASSIVA EM PORTUGUÊS EUROPEU

Antónia Estrela

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Escola Superior de Educação de Lisboa

antonia.estrela@eselx.ipl.pt

1. Introdução

A construção passiva continua a ser alvo de grande interesse ao nível da investigação na área da aquisição da linguagem, dado que não há consenso em relação aos fatores que poderão estar na origem do atraso que aparentemente se verifica em várias línguas (Armon-Lotem *et al.*, no prelo). É deste modo que se justifica o estudo da aquisição da construção passiva em Português Europeu (PE), tema que constitui o foco do presente trabalho, que está organizado como a seguir se descreve. No ponto 2, apresentamos uma descrição geral dos estudos que têm sido produzidos sobre a aquisição da estrutura passiva. Posteriormente, damos a conhecer os dois estudos experimentais que levámos a cabo com o intuito de aferir se há dificuldades na interpretação da passiva por crianças¹⁷ de 3, 4 e

¹⁷ Agradecemos às crianças do Jardim Infantil Pedrita, do Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de São Domingos de Benfica, do Jardim de Infância do Bairro Horta Nova (Agrupamento de Escolas de São Vicente-Telheiras), por terem colaborado neste projeto e por sempre terem demonstrado alegria e entusiasmo, apesar das perguntas repetitivas. Agradeço igualmente aos seus pais que deram autorização para que as experiências se realizassem, bem como às respetivas coordenações das instituições e às educadoras, pela disponibilidade e interesse que sempre demonstraram.

5 anos. No ponto 4, apresentamos os resultados apurados, e discutimo-los; finalizamos com algumas notas, defendendo a pertinência de novos estudos sobre a estrutura passiva.

2. A aquisição da passiva sintática

Relativamente à aquisição da passiva sintática, a pesquisa revela que a complexidade inerente a esta construção pode tornar mais árdua não só a sua produção, como também a sua compreensão¹⁸. Para o PE, Sim-Sim (1997) apresenta dados que mostram que as crianças de seis anos ainda manifestam dificuldades na compreensão de passivas reversíveis¹⁹. A autora faz a distinção entre a compreensão de passivas reversíveis e de passivas não reversíveis. No que respeita ao primeiro tipo, só a partir dos 9 anos é que as crianças têm um desempenho ao nível do adulto, com uma taxa de acerto de 77%. Já as passivas não reversíveis são compreendidas aos 4 anos, com 94% de correção. Como veremos adiante, as passivas não reversíveis não foram objeto de análise no nosso estudo. Apenas as passivas reversíveis foram estudadas. Obtivemos resultados diferentes dos de Sim-Sim (1997). Fatores metodológicos poderão talvez explicar tais diferenças.

Sendo escassa a bibliografia sobre aquisição de construções passivas em PE, é muito ampla no que diz respeito a outras línguas. Maratsos *et al.* (1985) desenvolvem um estudo que visa testar a compreensão em passivas com verbos agentivos (ex. *morder*) e passivas com verbos não agentivos (ex. *ver*). Os resultados obtidos apontam para uma melhor compreensão de verbos agentivos do que de verbos não agentivos por

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através das bolsas SFRH/BD/36675/2007 e SFRH/PROTEC/67746/2010.

¹⁸ Correia (2003) demonstra que enunciados de matemática com exercícios formulados na passiva originam problemas na compreensão e na posterior resolução dos exercícios.

¹⁹ As passivas reversíveis são aquelas que contêm dois agentes possíveis, ao contrário das passivas não reversíveis, em que apenas um dos termos pode desempenhar o papel de agente devido a restrições semânticas:

- i. O João foi beijado pela Maria. A Maria foi beijada pelo João. (Passiva reversível);
- ii. O papel foi rasgado pela Maria. *A Maria foi rasgada pelo papel. (Passiva não reversível).

parte das crianças, no que à compreensão da passiva diz respeito. No entanto, as mesmas crianças compreendem as ativas com os dois tipos de verbos de igual modo, o que revela que o problema é específico das passivas e não de dificuldades de processamento aliadas aos verbos não agentivos. Como veremos na secção 3.4., os nossos dados divergem dos que são apresentados por Maratsos *et al.* (1985), uma vez que, até nas frases ativas, quando os verbos são não agentivos, as crianças apresentam níveis de desempenho inferiores.

Por seu turno, Gordon / Chafetz (1990) explicam as diferenças entre a interpretação de passivas com verbos agentivos e com verbos não agentivos, tendo por base uma perspectiva centrada, por um lado, no verbo, e, por outro, na classe verbal. Consideram que a generalização se torna mais acessível para a criança a partir do momento em que exista um verbo semanticamente relacionado no léxico que serve como modelo para outros verbos do mesmo tipo. A preferência dos autores recai, portanto, sobre uma abordagem centrada no verbo.

Na mesma linha, Pinker / Lebeaux / Frost (1987) defendem que há uma maior probabilidade de as crianças recorrerem à passiva com cenas prototipicamente transitivas do que com cenas de transitividade reduzida. Assim, mais facilmente encontraremos uma passiva com verbos que exibem um objeto Paciente, tendo as crianças de aprender quais os verbos não agentivos que podem ser passivizados, baseando-se em classes de verbos criadas a partir de evidência positiva.

Dois estudos que se distinguiram pelo impacto que obtiveram foram os de Borer / Wexler (1987) e Fox / Grodzinsky (1998). Os primeiros autores defendem a Hipótese da Maturação, que prevê que a disponibilização de certas estruturas está sujeita a maturação. A partir do modelo de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981), Borer / Wexler propuseram que o princípio que governa o movimento do Objeto para uma posição de sujeito apenas matura aos 5 anos. Desta forma, a falha na compreensão deve-se à incapacidade para criar cadeias argumentais²⁰ e para atribuir o papel temático não localmente ao NP sujeito, através de uma cadeia-A. O

²⁰ Uma cadeia liga um constituinte à sua posição original e permite a transferência do papel temático.

sucesso na compreensão é justificado por uma interpretação alternativa que não implica cadeias-A, ou seja, a passiva é interpretada como adjetival.

Mais recentemente, Babyonyshev, Ganger, Pesetsky / Wexler (2001) avançaram que a dificuldade na aquisição da passiva não se deveria à maturação da cadeia argumental, mas à falta de argumentos externos (sujeitos lógicos) no *input*. Quando o agente da passiva não está expresso, o sujeito lógico pode apenas ser inferido, o que poderá constituir um problema para as crianças.

Por seu turno, Fox / Grodzinsky (1998) preferem colocar a ênfase na transmissão temática, sendo a falha na atribuição do papel temático externo à *by*-phrase (agente da passiva) a causa das dificuldades com que as crianças se confrontam. Segundo os autores, em predicados com verbos agentivos, a preposição atribui um *affector role* (agente, possuidor, etc.) que é facilmente interpretado pelas crianças. No entanto, em predicados com verbos não agentivos, o *affector role* não é compatível com o papel temático atribuído pelo predicado e é este conflito de papéis temáticos que causa as dificuldades com as passivas construídas especificamente com estes verbos.

Expondo uma abordagem divergente das anteriores, Crain, Thornton / Murasugi (1987) afirmam que, aos 3 anos, crianças falantes de inglês não têm problemas com a compreensão de passivas, e atribuem a fatores não linguísticos como o processamento e o *input* a origem do atraso que se verifica em algumas línguas.

Na verdade, vários estudos mostram que o atraso não é transversal a todas as línguas. Um exemplo é o de Demuth (1989), que aponta a ausência de dificuldades na aquisição de passivas em sesotho, e justifica o facto com a alta frequência de passivas no *input*, por um lado, e com morfologia única desta construção nesta língua, por outro.

Também Allen / Grago (1996) reportam o uso produtivo de passivas a partir dos 2 anos em inuktitut. A justificação disponibilizada prende-se com fatores específicos da língua, quer estruturais, quer funcionais.

No estudo que levou a cabo para o português do Brasil, Rubin (2009) conclui que, se uma análise aos resultados globais aponta para um atraso, os resultados individuais sugerem que para algumas crianças a interpreta-

ção da passiva (especialmente da passiva curta²¹) não constitui qualquer problema. Pelos motivos apresentados, a autora considera que falar num atraso universal na aquisição da passiva é muito redutor.

Ainda para o português do Brasil, Gabriel (2001) prevê que o padrão de desenvolvimento das passivas é determinado pelo uso específico e frequência numa dada língua – ou seja, pelas propriedades do *input*.

Muito recentemente, Armon Lotem *et al.* (no prelo)²² concluíram que, na maior parte das línguas, a passiva longa é mais difícil do que a passiva curta e que existe uma certa preferência pela ordem canônica de palavras como estratégia quando as crianças não conseguem interpretar a passiva, ou seja, interpretam a passiva como ativa. Para além disso, verificaram que as dificuldades com passivas curtas não se devem às propriedades da *by-phrase* nem à frequência no *input*, sendo acima de tudo importante a exposição a construções semelhantes morfológica e sintaticamente. Adiantam que a variabilidade na ordem de palavras e a experiência com o mapeamento entre redução argumental e morfologia passiva na passiva impessoal, adjetivos resultativos e inacusativos nas várias línguas podem ajudar a compreender o sucesso das crianças na interpretação da passiva curta.

Resumindo, ao longo dos últimos parágrafos, pudemos distinguir abordagens mais centradas na sintaxe (Borer / Wexler, 1987), outras, na semântica (Fox / Grodzinsky, 1998; Maratsos *et al.*, 1985) e ainda as que se centram mais no léxico (Gordon / Chafetz, 1990). Do ponto de vista sintático, seria a cadeia argumental que justificaria a aquisição tardia; do ponto de vista semântico, a atribuição dos papéis temáticos explicaria o atraso; e, finalmente, do ponto de vista lexical, o atraso justificaria-se com base nas especificidades de cada verbo e do próprio *input*.

Tendo sido feita uma breve descrição da literatura sobre a aquisição de passivas, o que notamos é a persistência de resultados dissemelhantes em várias línguas, o que torna mais árdua a tarefa de atribuir uma

²¹ A designação *passiva curta* diz respeito à ausência do agente da passiva, por oposição a *passiva longa*, em que se nota a presença do agente da passiva.

²² A partir do estudo sobre passivas inserido no Projeto Europeu COST ACTION A33, depois de analisadas 11 línguas no que à aquisição da estrutura em causa diz respeito.

explicação para a aquisição aparentemente tardia da estrutura passiva. Até ao nível de uma mesma língua, nota-se algumas divergências em termos de resultados, o que é justificado, por exemplo, através de questões metodológicas.

No nosso entender, é justamente essa visível disparidade de resultados que legitima a necessidade de estudos mais abrangentes nesta área específica. Pensamos que a análise dos dados do PE levanta também questões interessantes nesta matéria. É o que veremos na secção seguinte.

3. A compreensão de passivas sintáticas em PE

Relativamente ao PE, pretendemos verificar se existe uma aquisição tardia da estrutura passiva e, em caso positivo, identificar os fatores que justificam esse atraso. É nosso objetivo investigar a compreensão de passivas longas e de passivas curtas, ao mesmo tempo que testamos se o tipo de verbo implicado será pertinente para a interpretação da passiva, nomeadamente verbos agentivos e verbos não agentivos. O intuito é avaliar a adequação das duas hipóteses, já anteriormente descritas, que tentam explicar o desenvolvimento tardio da construção passiva na gramática da criança.

Tendo em conta os desenvolvimentos teóricos apresentados na secção anterior, convém agora expor as duas hipóteses de trabalho que presidem ao nosso estudo, tornando claras as assunções subjacentes a cada uma delas.

Hipótese 1: A compreensão de passivas longas acarreta maiores dificuldades do que a compreensão de passivas curtas.

O estabelecimento desta hipótese está diretamente relacionado com a ideia defendida em Borer / Wexler (1987) de que a passiva curta será mais fácil para as crianças, numa fase inicial, porque será interpretada como passiva adjetival, não implicando, portanto, a existência de uma cadeia argumental.

Hipótese 2: A compreensão de passivas com verbos não agentivos acarreta maiores dificuldades do que a compreensão de passivas com verbos agentivos.

A formulação desta hipótese, na esteira de Fox / Grodzinsky (1998), justifica-se no sentido em que a atribuição do papel temático é feita diretamente pela preposição, com verbos agentivos, o que seria facilmente interpretável pelas crianças. Com verbos não agentivos, haverá um conflito de papéis temáticos que originará complicações na interpretação de passivas longas.

3.1. Estudo experimental

O estudo experimental levado a cabo divide-se em duas partes. Na primeira parte, testámos a compreensão de passivas com verbos agentivos, enquanto na segunda foram testadas frases passivas com verbos não agentivos.

3.1.1. Passivas com verbos agentivos

No primeiro estudo experimental, participaram 72 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, sendo a média de idades dentro de cada grupo 3;7, 4;7 e 5;6, respetivamente. O grupo de controlo foi constituído por 24 adultos do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 22, sendo a média de idades de 19;6.14. As crianças foram selecionadas tendo em conta a sua idade e a língua materna. Todas tinham o português como língua materna, eram monolíngues e não estavam diagnosticadas com qualquer patologia que pudesse perturbar o seu desempenho no teste.

Foi testada a compreensão de frases passivas longas, de frases passivas curtas, bem como das frases ativas correspondentes, através de um Teste de Seleção de Imagem. Apenas foram utilizados verbos agentivos.

Os verbos testados foram escolhidos tendo em conta o teste feito para o inglês, no âmbito do projeto COST ACTION A33²³. Para além disso, diversas questões, cuja pertinência é conhecida na área da aquisição de construções passivas, foram consideradas, incluindo a reversibilidade²⁴ do verbo, a agentividade, a ausência ou presença do agente da passiva e o conhecimento do mundo.

Os verbos testados foram: *empurrar, examinar, beijar, alimentar, lavar, perseguir, coçar, pentear, desenhar, sujar, acariciar, abraçar, secar, tapar, carregar, puxar, barbear, fotografar, pintar, divertir, magoar, morder*. No total, foram testados 22 verbos, havendo 22 frases ativas, 22 frases passivas longas e 22 frases passivas curtas.

3.1.2. Passivas com verbos não agentivos

Com a segunda experiência visou-se testar a compreensão de passivas curtas e longas, com verbos agentivos e não agentivos. O Teste de Valor de Verdade foi aplicado a 75 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, sendo a média de idades dentro de cada grupo 3;7, 4;5 e 5;6, respetivamente. O grupo de controlo foi o mesmo que participou na experiência 1.

Foram testadas 42 frases, das quais 7 eram passivas curtas com verbos não agentivos, 7 passivas longas com verbos não agentivos, 7 passivas curtas com verbos agentivos, 7 passivas longas com verbos agentivos e 14 ativas.

Os verbos agentivos utilizados nesta experiência foram: *empurrar, lavar, pentear, abraçar, pintar, tapar, fotografar*; e os não agentivos: *avistar, odiar, ver, adorar, ouvir, detestar, amar*. Mais uma vez, foram tidos em conta

²³ A experiência que levámos a cabo foi inicialmente desenvolvida pelo projeto COST ACTION A33, Crosslinguistically Robust Stages of Children's Linguistic Performance, que concebeu um estudo comparativo da aquisição de várias estruturas linguísticas por crianças de 5 anos, de diversos países europeus. Adaptámos a experiência, originalmente concebida em inglês, para o português e alargámos a faixa etária, tendo participado crianças dos 3 aos 5 anos.

²⁴ Os argumentos apresentados partilham os mesmos traços semânticos, nomeadamente o traço [+ animado], apresentando também a mesma especificação no que ao traço [+ humano] diz respeito.

aspectos importantes como a reversibilidade²⁵ semântica dos argumentos, a plausibilidade de fazerem parte do conhecimento que as crianças têm sobre o mundo e a possibilidade de representação através de imagens.

Na seleção dos verbos não agentivos, elegemos como critério único o facto de o sujeito da frase ativa não receber o papel temático de Agente, no contexto relevante, pelo que será fácil identificar outros aspectos que diferenciam os verbos selecionados entre si.

3.2. Os resultados

Relativamente aos resultados²⁶ obtidos a partir do primeiro estudo experimental, confirma-se que a interpretação da frase ativa não levanta dificuldades, sendo, no entanto, apenas aos 4 anos que a criança interpreta a passiva ao nível do adulto:²⁷

Tabela 1 – Resultados obtidos na interpretação das frases ativas e das frases passivas.

	Ativa	Passiva	P-value
3 anos	0.86	0.64	<0.0001
4 anos	0.91	0.77	0.0001
5 anos	0.93	0.90	0.0662

²⁵ Os argumentos apresentados partilham os mesmos traços semânticos, nomeadamente o traço [+ animado], apresentando também a mesma especificação no que ao traço [+/- humano] diz respeito.

²⁶ Na análise levada a cabo, foram utilizados testes não paramétricos para avaliar a significância das diferenças entre as condições em estudo, uma vez que o número de indivíduos em cada grupo analisado é inferior a 30. Ao realizar-se este tipo de testes, está ser a avaliada a diferença entre as frequências de respostas certas de cada indivíduo e a mediana das frequências de respostas certas de todos os indivíduos. Por essa razão, o parâmetro explorado foi a mediana e não a média.

^{As}sim, para todas as comparações entre grupos, foi aplicado o Teste Mann-Whitney. Quando a comparação é realizada dentro de um mesmo grupo, entre várias condições, foi utilizado o Teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas (considerando o facto de ser a mesma criança a responder às diferentes condições, o resultado dos testes não é independente).

^{As}sumindo um nível de significância de 5%, considerou-se que a diferença entre as proporções é estatisticamente significativa quando o *p-value* é < 0.05.

²⁷ Defende-se que a partir dos 75% a criança tem um desempenho ao nível do adulto. Tal como se esperava, o grupo de controlo respondeu corretamente à totalidade das questões, atingindo, portanto, um nível de desempenho de 100% em ambas as experiências.

A tabela acima mostra ainda que a diferença entre a interpretação da frase ativa e da passiva é estatisticamente significativa aos 3 e 4 anos, deixando de o ser apenas aos 5, tal como revelam os *p-values*.

Vemos que a interpretação quer da ativa quer da passiva evolui de acordo com a progressão etária.

No que diz respeito aos resultados obtidos na interpretação das frases passivas longas e curtas, constatamos que a diferença não é significativa em qualquer uma das faixas etárias. Neste sentido, podemos afirmar que as crianças têm o mesmo nível de desempenho perante as passivas curtas e as passivas longas. É o que mostram os dados abaixo:

Tabela 2 – Resultados obtidos na interpretação das frases passivas longas e curtas.

	Passiva curta	Passiva longa	P-value
3 anos	0.636	0.545	0.0761
4 anos	0.773	0.818	0.5894
5 anos	0.909	0.955	0.1944

Passando para os dados obtidos a partir do segundo estudo experimental, como podemos ver na tabela abaixo, os dados mostram que, aos 3 anos, as crianças respondem ao nível do acaso²⁸ sendo a partir dos 4 que atingem o nível de resposta considerado de um adulto, 79%. Já em relação à passiva não agentiva, em nenhuma das três faixas etárias foi atingido o desempenho dos adultos: aos 5 anos, as crianças ainda mostram uma taxa de 64% de acerto, portanto, abaixo dos 75% considerados ao nível do adulto. A diferença entre a interpretação da passiva agentiva e da passiva não agentiva é estatisticamente relevante a partir dos 4 anos: $p=0.00014$.

²⁸ Os dados do segundo estudo experimental corroboram os dados obtidos a partir do primeiro.

Tabela 3 – Resultados na interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas.

Faixa etária	Passiva Agentiva	Passiva não Agentiva	P-value
3 anos	50%	50%	0.909
4 anos	79%	50%	0.00014
5 anos	93%	64%	<0.001

Foi também feita uma análise que visava comparar o desempenho na compreensão de passivas agentivas e não agentivas curtas e passivas agentivas e não agentivas longas. Os resultados apontam no mesmo sentido da interpretação de passivas agentivas e não agentivas no geral, como se pode ver abaixo.

Tabela 4 – Resultados na interpretação das frases passivas agentivas e não agentivas curtas e longas.

Faixa etária	Passiva Agentiva Curta	Passiva não Agentiva curta	P-value	Passiva Agentiva Longa	Passiva não Agentiva Longa	P-value
3 anos	43%	57%	0.961	43%	43%	0.8075
4 anos	86%	57%	<0.0001	86%	43%	0.0003037
5 anos	100%	71%	<0.0001	100%	57%	<0.0001

A tabela 4 mostra que aos 3 anos as crianças interpretam ao nível do acaso as passivas agentivas curtas e longas, atingindo aos 4 anos resultados muito melhores: 86%. No que concerne à passiva não agentiva curta e longa, em nenhuma das faixas etárias em análise são atingidos resultados superiores a 71%.

Tabela 5 – Resultados obtidos na interpretação das frases ativas agentivas e não agentivas.

	Ativa Agentiva	Ativa não Agentiva	P-value
3 anos	100%	71%	0.002508
4 anos	100%	71%	<0.0001
5 anos	100%	86%	0.00012

Da interpretação da tabela acima, podemos depreender que também a compreensão das frases ativas é mais difícil quando estas são construídas com verbos não agentivos. Neste sentido, a questão da agentividade parece assumir mais relevância do que aquela que lhe tem sido atribuída, sendo fundamental continuar a estudar o papel da agentividade na aquisição da estrutura passiva e de outras estruturas.

Tal como descrito para outras línguas, o nosso estudo mostra que há um atraso na aquisição de passivas em PE quando comparadas com as frases ativas. Assumindo que um desempenho ao nível de 75% de respostas certas é equivalente ao desempenho de um adulto (tal como comumente aceite), aos 3 anos as crianças já adquiriram a estrutura ativa e, a partir dos 4, já revelam ter a passiva (com verbos agentivos) estabilizada, apresentando 77% de respostas corretas.

4. Discussão dos dados e conclusões

Apresentados os dados, importa agora discuti-los tendo em conta as duas hipóteses formuladas na secção 3 deste trabalho. A hipótese 1 previa que a compreensão de passivas longas acarretaria maiores dificuldades do que a compreensão de passivas curtas. Como constatámos anteriormente, esta hipótese foi formulada a partir do trabalho de Borer / Wexler (1987), que defendia que as passivas curtas seriam mais fáceis de compreender uma vez que seriam interpretadas como adjetivais. Tal não é confirmado pelos resultados que obtivemos, refutando-se, portanto, a primeira hipótese formulada.

Relembrando agora a segunda hipótese de trabalho, que previa que a compreensão de passivas com verbos não agentivos representaria maiores dificuldades do que a compreensão de passivas com verbos agentivos, tal como previsto por Fox / Grodzinsky (1998), o nosso estudo mostra que, de facto, as passivas não agentivas são de mais difícil interpretação do que as passivas agentivas. Neste sentido, é a segunda hipótese apresentada aquela que é suportada pelos nossos dados. No entanto, ao contrário do que Fox / Grodzinsky (1998) reclamam, o problema não se

desvanece com as passivas curtas não agentivas. A interpretação destas passivas devia ser significativamente mais fácil, dada a não realização do agente da passiva. A tabela 4 mostra, como já vimos, que as crianças têm um melhor desempenho na interpretação de passivas não agentivas curtas. No entanto, o desempenho ao nível do adulto não é registado em qualquer das faixas etárias.

Tendo em conta os resultados obtidos, parece que a presença do complemento agente da passiva não é um fator determinante para a interpretação da construção em análise, mas sim o facto de esta ser agentiva ou não agentiva. Além disso, há que lembrar que, mesmo quando estão perante frases ativas com verbos não agentivos, as crianças revelam dificuldades. Neste sentido, mais estudos são necessários, de modo a explorar com maior minúcia o impacto da agentividade/ não agentividade na compreensão de frases nos estádios iniciais da aquisição.

Após uma análise global dos resultados, os nossos dados confirmam as dificuldades generalizadas com passivas sintáticas numa fase inicial. No entanto, tal como Rubin (2009), se tivermos em conta alguns resultados individuais referentes a algumas crianças, a interpretação da passiva não constitui um problema. É nesse sentido que também nos parece fundamental continuar a desenvolver estudos que deslindem o modo como as crianças lidam com a passiva, não só ao nível da compreensão, como também da produção. É imprescindível aumentar o número de crianças testadas; recorrer a uma maior diversidade de metodologias, de verbos em estudo; e ainda alargar a análise a outro tipo de estruturas passivas, nomeadamente passivas resultativas e estativas.

Referências bibliográficas

- Allen, Shanley E. M. / Crago, Martha B. (1996): *Early passive acquisition in Inuktitut*. In: *Journal of Child Language* 23(01), 129-155.
- Armon-Lotem *et al.* (no prelo): *A large scale crosslinguistic investigation of the acquisition of passive*. In: *Language Acquisition: A Journal of Developmental Linguistics*.
- Babyonyshev, Maria *et al.* (2001): *The maturation of grammatical principles: Evidence from Russian unaccusatives*. In: *Linguistic Inquiry* 32(1), 1-44.

- Borer, Hagit / Wexler, Kenneth (1987): *The maturation of syntax*. In: Roeper, T. / Williams, E. (edd.), *Parameter-setting and language acquisition*. Dordrecht, The Netherlands: Reidel.
- Chomsky, Noam (1981): *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Correia, Deolinda (2003): *Passivas e Pseudo-Passivas em Português Europeu - Produção Provocada e Compreensão*. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada. Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa.
- Crain, Stephen *et al.* (1987): *Capturing the evasive passive*. [On-line], disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10489220902769234>. [Consultado em: 20 nov. 2011].
- Duarte, Inês / Oliveira, Fátima (2010): *Particípios Resultativos*. In Brito, A. M. *et al.* (edd.), *Textos Selecionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 397-408.
- Embick, David (2004): *On the Structure of Resultative Predicates in English*. In: *Linguistic Inquiry* 35(3), 355-92.
- Fox, Danny / Grodzinsky, Yosef (1998): *Children's Passive: A View from the By-Phrase*. In: *Linguistic Inquiry* 29, 2, 311-332.
- Gabriel, Rosângela (2001): *A Aquisição das Construções Passivas em Português e Inglês: Um Estudo Translinguístico*. Dissertação de Doutoramento, PUCRS. Porto Alegre.
- Gordon, Peter / Chafetz, Jill (1990): *Verb-based versus class-based accounts of actionality effects in children's comprehension of passives*. In: *Cognition* 36(3), 227-254.
- Levin, Beth / Rappaport, Malka (1986): *The Formation of Adjetival Passives*. In: *Linguistic Inquiry* 17:4, 623-661.
- Maratsos, Michael *et al.* (1985): *Semantic restrictions on children's passives*. In: *Cognition* 19, 167-191.
- Mateus, Maria Helena Mira *et al.* (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Peres, João / Mória, Telmo (1995): *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Pinker, Steven *et al.* (1987): *Productivity and Constraints in the Acquisition of the Passive*. In: *Cognition* 26, 195-267.
- Rubin, Maraci (2009): *The Passive in 3- and 4-year-olds*. In: *Journal of Psycholinguist Research* 38, 435-446.
- Sim-Sim, Inês (1997): *A Língua Materna na Educação Básica – Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica.

TIPOS DE OBJETOS COGNATOS E DE OBJETOS HIPÓNIMOS EM PORTUGUÊS EUROPEU

Celda Morgado Choupina

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Escola Superior de Educação do Porto

celda@ese.ipp.pt

1. Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar alguns aspetos sintáticos dos objetos cognatos²⁹ (OC) e dos objetos hipónimos (OH) em Português Europeu (PE).

A principal hipótese a ser explorada é a de que em PE se justificam quatro construções distintas (cf. Choupina, 2012a; 2013), com propriedades comuns mas também com propriedades que as diferenciam: objetos cognatos verdadeiros (OC verdadeiros); objetos cognatos aparentados (OC aparentados); objetos hipónimos (OH) e objetos cognatos preposicionais (OCP) (cf. Quadro 1. abaixo).

²⁹ Utilizamos o termo 'objeto' como uma noção sintática, designando um constituinte interno ao SV (argumento ou não argumento); 'cognato' aplica-se, tradicionalmente, a palavras que têm, etimologicamente, uma origem comum. Neste texto, designaremos como 'objeto cognato' os constituintes internos pospostos e justapostos ao verbo que contêm um nome cognato morfológico (etimológico ou não) do verbo (*sonhar – sonho; chover – chuva; dançar – dança...*) ou um nome que se relaciona semanticamente com o verbo e não pode ser substituído por um cognato morfológico (*dormir – sono*).

Quadro 1 – Tipos de construções cognatas e hipónimas em PE

Tipos de construções cognatas e hipónimas em PE				
	<i>Objetos cognatos verdadeiros</i> (OC verdadeiros)	<i>Objetos cognatos aparentados</i> (OC aparentados)	<i>Objetos hipónimos</i> (OH)	<i>Objetos cognatos preposicionais</i> (OCP)
Propriedades gerais	objetos morfologicamente (ou não) relacionados com o V, com restrições sintático-semânticas	objetos morfologicamente relacionados com o verbo, mas sem restrições sintático-semânticas	objetos que exprimem um sub-tipo da entidade denotada pelo nome (regressivo ou não) formado a partir do V	objetos morfologicamente relacionados com o V, com restrições sintático-semânticas e encabeçados por preposição
Exemplos em PE	sonhar um sonho... chover uma chuva...	dançar uma dança comer uma comida	dançar um tango comer uma lasanha	caminhar por um caminho difícil

No sentido de fundamentar esta proposta, as construções serão analisadas, nas secções seguintes, segundo os critérios de definitude e de modificação.

Far-se-á ainda, no ponto 4., uma breve reflexão sobre a proposta que Hale e Keyser (1993; 2002) apresentam para algumas destas construções em Inglês, num quadro lexicalista.

2. OC e construções aparentadas: uma primeira abordagem

2.1. Dados ilustrativos

Há objetos cognatos em PE e em várias línguas do mundo, como os exemplos (1) a (4) mostram.

(1) [Português Europeu]

a) Chovia *uma chuva miudinha*.

b) Dormimos *um sono reparador*. (Duarte / Brito, 2003:185)

(2) [Espanhol]

a) Reir *la risa de un niño*. (Mendikoetxea, 1999: 1578)

[Rir o riso de uma criança]

b) Juan cantó *una canción*. (Gallego, 2008: 6)

[O João cantou uma canção]

(3) [Francês]

a) Pleurer *toutes les larmes de son corps*. (Grevisse / Goosse, 1993:393)

[Chorar todas as lágrimas do seu corpo]

b) Il a dansé *une grande danse*. (Pereltsvaig, 2001)

[Ele dançou uma grande dança]

(4) [Inglês]

a) She slept *the sleep of the just*. (Hale / Keyser, 2002: 71)

[Ela dormiu o sono dos justos]

b) He laughed *his last laugh*. (Hale / Keyser, 2002: 71)

[Ele riu o seu último riso]

Os exemplos (1) a (4) apresentam o que normalmente é denominado objetos cognatos (Hale / Keyser, 1993; 2002) ou argumentos sombra (Pustejovsky, 1998).

Alguns dos objetos apresentados nos exemplos são da mesma família morfológica dos verbos que os precedem, como em *chover-chuva* (1a); *reir-risa* (2a), *cantar-canción* (2b), *danser-danse* (3b); *to sleep-sleep* (4a), *to laugh-laugh* (4b). Por esta razão, estes objetos, que acompanham Vs tradicionalmente considerados de 0 argumentos (*chover*) ou de 1 argumento externo (como os inergativos *reir*, *to sleep*, etc), são claramente pleonásticos e altamente restringidos do ponto de vista sintático. No entanto, a relação morfológica entre verbo e nome não é a mesma em todas as línguas e para todos os pares V-N; por exemplo, se em Inglês *to sleep-sleep* apresentam o mesmo radical, exibindo homonímia perfeita, em PE *dormir-sono* e em espanhol *dormir-sueño* apenas se relacionam semanticamente.

Os exemplos revelam, desde já, algumas diferenças entre as línguas ilustradas, sendo que, neste texto, debruçar-nos-emos sobretudo sobre os dados do Português Europeu.

2.2. Restrições distribucionais dos OC verdadeiros em PE

Os exemplos do PE anteriormente apresentados ilustram objetos cognatos constituídos por um determinante indefinido, um nome e um adjetivo que o restringe, o que revela, desde já, que a definitude e a modificação poderão ser condição *sine qua non* para a boa formação de alguns tipos de construções cognatas, nesta língua³⁰. No entanto, tal não se verificará para todos os tipos de cognatos.

Com efeito, os testes de definitude e de modificação apresentados a seguir mostram que em PE o OC com o verbo *chover* (1a) deve ser indefinido e modificado para ser aceitável:

- (5) a) *Chovia *a chuva miudinba*.
- b) *Chovia *a chuva*.
- c) *Chovia *uma chuva*.

Também para (1b) se verificam as mesmas restrições (cf. testes em (6)), embora estejamos perante uma construção diferente da anterior, dada a relação semântica, e não morfológica, que o nome estabelece com o verbo:

- (6) a) *Dormimos *o sono reparador*.
- b) *Dormimos *o sono*.
- c) */?Dormimos *um sono*.

Ao nível de variação regional, *dormir um sono* é aceitável, enquanto expressão que designa um curto espaço de tempo em que um sujeito³¹

³⁰ Os OC apresentam restrições sintáticas e semânticas específicas e estabelecem relações de proximidade com as paráfrases por verbos leves (*dar, ter, fazer...*), bem como com as expressões fixas (*dormir o sono dos justos, morrer de uma morte santa, chorar lágrimas de crocodilo...*). Estas três construções podem ser analisadas, ao nível da combinação livre e da rigidez de estruturação, como integrando um *continuum*, sendo que os OC com verbos cognatos estariam num dos polos, as expressões fixas no outro e as paráfrases por verbo leve numa fase intermédia de fixação.

³¹ Regionalmente, a estrutura é relativa aos bebés ou idosos, que dormem depois das refeições: *dormir um sono/dormir um soninho*.

dorme, habitualmente depois da refeição do almoço; pode ser sinónimo de *sesta*. Em PE e nesta estrutura, não é disponibilizado o cognato morfológico *dormida*, (7).

(7) *Dormimos uma dormida reparadora.

Consideraremos as estruturas cognatas com os verbos *chover* e *dormir*, cognato morfológico e cognato semântico respetivamente, o mesmo tipo de OC – os OC verdadeiros.

Embora a construção com um modificador restritivo pareça ser uma exigência destes objetos quer em PE quer nas outras línguas apresentadas em (1) a (4), o critério da definitude não parece ser absolutamente uniforme em todas as línguas românicas; veja-se, entre outros, o exemplo em espanhol (2a), aqui repetido com a aplicação dos testes:

- (8) a) Reir *la risa de un niño*. [Rir o riso de uma criança]
b) *Reir *la risa*. [*Rir o riso]
c) *Reir *una risa de un niño*. [*Rir um riso de uma criança]

Também segundo Real-Puigdollers (2008: 170), as construções com cognatos não mostram uniformemente uma restrição de definitude. Mesmo o Inglês apresenta construções em que o OC é constituído por um determinante definido ou um possessivo, desde que combinado com um restritor adjetival ou preposicional (9) e (10):

- (9) a) She slept *the sleep of the just*. [Ela dormiu o sono dos justos]
b) *She slept *the sleep*. [*Ela dormiu o sono]
(10) a) He laughed *his last laugh*. [Ele riu o seu último riso]
b) *He laughed *his laugh*. / **the laugh*. [*Ele riu o seu riso / *o riso]

O exemplo (3a), do Francês, apresenta um determinante definido antecedido do quantificador universal *toutes*, que nos parece ser decisivo para a gramaticalidade da construção com artigo definido, além da já referida modificação, como mostra a agramaticalidade de (11b) e (11c):

- (11) a) Pleurer *toutes les larmes de son corps*. [Chorar todas as lágrimas do seu corpo]
b) *Pleurer *les larmes de son corps*. [*Chorar as lágrimas do seu corpo]
c) *Pleurer *les larmes*. [*Chorar as lágrimas]

Os exemplos discutidos em (8) a (11) não ilustram exatamente o mesmo tipo de construções analisadas em (5) e (6), devendo haver um estudo exaustivo sobre aqueles exemplos. Parece-nos que as construções de (8) a (11) são expressões lexicalizadas / idiomáticas que ocorrem em determinada língua (ou conjunto de línguas), não estando, assim, sujeitas às mesmas restrições de boa formação que os OC verdadeiros. Se estivermos corretos, a análise contrastiva de Real-Puigdollers (2008), fundamentada apenas em exemplos de tipo (8) a (11), poderá não ser significativa (veja-se Choupina [2013] para um desenvolvimento desta reflexão).

Interessante também parece ser a subclasse do nome que aparece como núcleo destes objetos e o seu comportamento e propriedades linguísticas ao nível morfossintático e semântico. O nome-núcleo destes objetos pertence aos nomes comuns, daí que permita a coocorrência com modificadores adjetivais e preposicionais. Quanto à subclasse, encontramos nomes contáveis (*danse, canción*) e nomes não contáveis (*chuva, risa, sleep*) ou recategorizados em não contáveis (*lágrimas*). Sabemos que as entidades designadas pelos nomes contáveis podem contar-se, pelo que podem coocorrer com numerais e indefinidos; as entidades denotadas pelos nomes não contáveis são consideradas “grandezas contínuas, não discretas” (Duarte / Oliveira, 2003: 218), pelo que, não sendo possível enumerá-las, podem coocorrer com quantificadores indefinidos, mas não com cardinais. No exemplo (1a), o falante está a referir-se a porções padronizadas de chuva, denominadas gotas ou pingos, sendo por isso gramatical a construção com determinante e modificador restritivo. (cf. Duarte / Oliveira, 2003: 212 e ss. para uma distinção destas subclasses).

OS OC verdadeiros surgem na posição de OD, pertencem à categoria dos SN e podem apresentar diferentes configurações estruturais, como em (12) a (14):

- (12) Chovia *uma chuva miudinha*.
 (13) Chovia *uma chuva de gotas pesadas*³².
 (14) Chovia *uma chuva que* não me molhava³³.

Em (12) encontramos um objeto cognato composto por nome antecedido de determinante indefinido e seguido de adjetivo (SN=[Det_{ind}+N+Adj]); o núcleo do OC de (13) está seguido de SP (SN= [Det_{ind}+N+SP]) e o de (14) de uma oração relativa adjetiva restritiva (SN= [Det_{ind}+N+OR])). Em síntese, o que parece claro é que existem duas condições para a gramaticalidade dos OC verdadeiros em PE (definitude e modificação) e que estes se devem distinguir das expressões lexicalizadas.

Apresentamos o quadro seguinte como síntese das propriedades restritivas típicas dos verdadeiros OC em PE:

Quadro 2 – Propriedades sintático-semânticas dos OC verdadeiros em PE

Propriedades:	OC verdadeiro em PE
Definitude	indefinido
Modificação	Presença de adjetivo / SP / OR
Categoria e estrutura do constituinte	SN [Det _{ind} +N+Adj/SP/OR]
Classe e subclasse do núcleo	Nome comum: contável ou não contável

Vejamos mais de perto outras construções em PE, a fim de refletir sobre os vários tipos de construções cognatas que podem existir nesta língua.

3. Tipos diferentes de objetos cognatos e objetos hipónimos em PE

Tem sido notado na literatura que os objetos cognatos são de vários tipos, uns cognatos (verdadeiros ou aparentados), como (1) a (4), outros objetos hipónimos (OH) (Hale / Keyser, 2002), como em (15) e (16):

³² Exemplo da Web, <http://desmondier.blogspot.com/2010/06/chuva.html> (27/02/2012).

³³ Exemplo da Web, http://foradabolha.blogspot.com/2008_12_01_archive.html (27/02/2012).

(15) Ele dançou *um tango*.

(16) He danced *a jig*. (Hale / Keyser, 2002: 71)

[Ele dançou uma *jig*]

De facto, nestes exemplos temos objetos que referenciam um tipo específico de dança – *um tango* e *a jig* - estabelecendo com o verbo uma relação semântica, muito marcada culturalmente em cada comunidade, e não uma relação morfológica como em *chover – chuva*, em PE, ou *to sleep- sleep*, no Inglês. Por outro lado, este tipo de objetos parece não reagir da mesma forma que os verdadeiros OC, quanto aos critérios da modificação restritiva, podendo surgir sem modificador adjetival ou preposicional como nos exemplos (15) e (16), contrariamente ao que se verifica nos OC (cf. de novo os exemplos em (1)). Relativamente à definitude, também não parece ser um critério exigido por este tipo de objetos hipónimos. Vejamos os exemplos (17) e (18), em contraste com os dados em (5) e (6):

(17) a) Ele dançou *um tango alegre*.

b) Ele dançou *um tango*.

b) Ele dançou *o tango alegre*.

c) Ele dançou *o tango*.

(18) a) Ele dançou *uma dança alegre*.

b) Ele dançou *uma dança*.

c) Ele dançou *a dança alegre*.

d) Ele dançou *a dança*.

A agramaticalidade dos exemplos em (5) e (6), com os verbos *chover* e *dormir*, respetivamente, comprova que os verdadeiros OC são muito mais restritivos do que as construções como os OH, *dançar um tango* em (17), e os OC aparentados, *dançar uma dança* em (18).

Embora a distinção entre OC e OH seja fundamental e seja referida frequentemente na literatura, pensamos que outras distinções se justificam em PE. Há uma diferença entre objetos verdadeiramente cognatos, como os já referidos (*chover-chuva*) e outros que, embora acompanhando verbos

tradicionalmente considerados intransitivos ou de alternância transitiva / intransitiva, não são verdadeiros cognatos, como é o caso dos cognatos aparentados – *dançar uma dança* (18).

Os OC aparentados não devem ser confundidos com os OC verdadeiros. No entanto, outra distinção se justifica. Consideramos que exemplos como os de (19), com o par *chorar – lágrimas*, não podem ser considerados verdadeiros cognatos: em primeiro, porque verbo e nome não são cognatos, apenas se relacionam semanticamente, *lágrimas* aparece como o produto (uma entidade semântica) que resulta do evento simples *chorar*; em segundo, o SN não apresenta as mesmas propriedades sintático-semânticas, nomeadamente a indefinidade e o nome-núcleo no singular.

(19) A vítima chorou *lágrimas de raiva*. (Duarte / Brito, 2003:185)

Os objetos não cognatos do tipo *lágrimas de raiva* são muitas vezes confundido com os objetos cognatos verdadeiros (por exemplo em Duarte / Brito 2003:185) porque, por um lado, são também pleonásticos, porque verbo e nome se relacionam, de algum modo, semanticamente, o que justifica a agramaticalidade perante a ausência de modificador, (20); e, por outro, porque os verbos têm uma variante intransitiva / inergativa, que pode surgir isolada e sem qualquer objeto, sendo, neste caso, o mesmo verbo que admite OC verdadeiro (cf. *chorar – choro* vs. *chorar – lágrimas*).

(20) *A vítima chorou *lágrimas*.

Aplicados os testes de pronominalização, por exemplo, verificamos que o OC verdadeiro não permite a pronominalização (21) e o objeto com o núcleo *lágrimas* admite (22).

(21) a) A vítima chorou *um choro profundo*. (OC verdadeiro)

b) *A vítima chorou-o.

(22) a) A vítima chorou *lágrimas de raiva*. (outro objeto)

b) A vítima chorou-as.

Estes dados, ao permitirem diferenciar os dois tipos de construções, podem estar também a aproximar o objeto *lágrimas de raiva* a um verdadeiro OD. Esta hipótese precisa de ser explorada, sendo que os limites de espaço deste artigo não nos permitem.

Deve ainda distinguir-se a natureza categorial dos objetos em análise. De facto, até este momento, todos os exemplos em causa comportavam SNs como objetos. No entanto, verbos como *morrer*, *nascer* e *caminbar*, dependendo das línguas em que ocorrem, podem combinar-se com SPREPs ou com SNs (Real-Puigdollers, 2008: 159; Choupina, 2013:65):

- (23) a) They walked [on] *a difficult way*. [Inglês]
b) ?Caminharam *um caminho difícil*. [Português do Brasil]
c) Caminaban *por un caminho difícil*. [Espanhol]
d) Caminhavam *por um caminho difícil*. [Português]
e) Ils marchaient *par un chemin dur*. [Francês]

Em Inglês, (23a), temos verdadeiros cognatos, sem necessidade de realização de preposição; a aceitar-se o exemplo (23b) como gramatical, também o Português do Brasil admite SN cognato com o verbo *caminbar*. Porém, noutras línguas românicas, como o Espanhol, o PE e o Francês³⁴, e com este verbo, os OC são, obrigatoriamente, grupos preposicionais, (23c/d/e); chamá-los-emos, provisoriamente, objetos cognatos preposicionais (OCP).

Enquanto em Inglês, quando se trata de verdadeiros cognatos, os verbos são denominais (cf. *to laugh – laugh*), em PE e noutras Línguas Românicas colocam-se problemas novos ao tratamento dos objetos cognatos, porque há várias construções aparentadas e porque nem sempre

³⁴ Em Francês, os OCP são muito comuns, vejam-se os exemplos seguintes, em que no Espanhol e no Inglês temos SN:

- (1) a) Reir *la risa de un niño*. [Espanhol] (Mendikoetxea, 1999:1578)
b) Rire *d'un rire d'enfant*. [Francês]
(2) a) She slept *the sleep of the just*. [Inglês] (Hale / Keyser, 2002:71)
b) Elle a dormi *du sommeil du juste*. [Francês]
(3) a) He laughed *bis last laugh*. [Inglês] (Hale / Keyser, 2002:71)
b) Il a rit *de son dernier rire*. [Francês]

há homonímia perfeita entre a raiz verbal e a raiz nominal. Assim, em PE, quando há verdadeiros cognatos, o processo de formação parece ser da raiz para a formação de V ou de N, ou da raiz verbal para o N, mas não necessariamente do N para o V (ver a este propósito Rodrigues, 2001).

Assim, fazemos a seguinte proposta de organização das construções do PE que nalguma literatura são designadas objetos cognatos:

- (i) **OC verdadeiros:** **a)** o nome está morfologicamente relacionado com o verbo; são estruturas que exigem indefinido e modificador restritivo; *sonbar-sonbo...*, *chover-chuva...*, *tossir-tosse...*; **b)** o nome relaciona-se semanticamente com o verbo e na língua não é possível a substituição por um cognato morfológico; *dormir-sono...* *.../*dormir-dormida...*
- (ii) **OC aparentados:** o nome está, aparentemente, morfologicamente relacionado com o verbo; são estruturas que podem ocorrer, embora não obrigatoriamente, com determinante indefinido e modificador restritivo; *dançar-dança*, *cantar-canção...*
- (iii) **OH:** o nome exprime um subtipo da entidade denotada pelo nome morfologicamente relacionado com o verbo ou semanticamente dependente dele; não exigem definitude nem modificação restritiva; *dançar-tango*, *comer-lasanha*, *cantar-fado...*
- (iv) **OCP:** é um SP que contém um nome morfologicamente relacionado com o verbo e integra um determinante indefinido e um modificador restritivo, distinguindo-se dos verdadeiros OC pelo facto de serem encabeçados por uma preposição, exigida pelo verbo em PE, embora tal exigência não seja comum a outras línguas; *caminhar por um caminho*, *morrer de uma morte...*

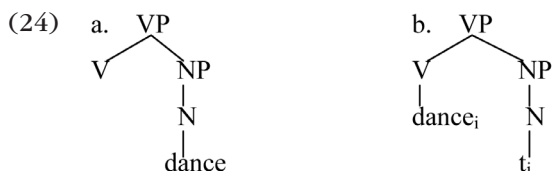
Na próxima secção do texto, vamos discutir a análise de algumas destas construções feita por Hale e Keyser (1993, 2002), para o Inglês, dentro dos limites impostos por este artigo.

4. Proposta de Hale e Keyser (1993, 2002)

Os OC e os OH são largamente estudados na literatura, nomeadamente a partir do tratamento que sobre eles é feito por Hale e Keyser. A partir deste ponto, seguiremos de perto a apresentação feita por nós em trabalhos anteriores (Choupina, 2012a; 2012b; 2013).

Como se sabe, em Inglês há uma vasta gama de itens lexicais que tanto pertencem à categoria dos nomes como dos verbos, como é o caso de *dance*, *laugh*, *bottle* e *saddle*.

Hale e Keyser (1993) propõem que os verbos inergativos denominais em inglês (como *dance*, *laugh*) sejam considerados subjacentemente “transitivos” ou “transitivos escondidos”, sendo formados através de um processo lexical (abstrato) (“l-syntactic”) de incorporação, isto é, por um movimento de núcleo, sendo que ficam alguns traços na posição no nome (t_i), como é ilustrado na derivação de a. para b. em (24).

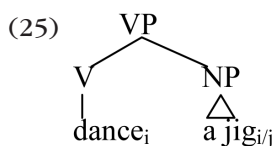


No quadro de Hale / Keyser (2002), a proposta é ligeiramente adaptada. Todos estes verbos são identificados como verbos denominais e com uma estrutura argumental monádica, projetando um argumento. O que acontece é que, no léxico, o núcleo (V) não projeta um especificador e o complemento não motiva uma projeção, o que leva a que não seja licenciado um argumento interno. Neste sentido, o argumento sujeito é introduzido na sintaxe e é externo.

Inicialmente vista como resultado de uma operação de incorporação (movimento de um núcleo para uma posição de núcleo), como descrito em (24), a noção de incorporação é mais tarde refinada de modo a captar a existência de objetos cognatos em Inglês e passa a designar um processo de cópia (*to dance-dance*); os autores introduzem então a noção de *conflation*, consistindo tal noção «in the process of copying the

p-signature of the complement into the p-signature of the head, where the latter is “defective”» (Hale / Keyser, 2002:63).

Mas este tratamento tem um problema importante, referido por muitos autores. Como já vimos no ponto 1., o maior problema desta análise é que os mesmos verbos que apresentam OC com restrições, formam livremente objetos hipónimos (ver (25)), os quais negam a possibilidade de que os verbos denominais sejam formados na posição de complementos³⁵ e que sejam o resultado de uma incorporação nominal numa raiz verbal vazia:



Os próprios autores reconhecem que OC e OH são distintos, a partir de exemplos como o de (26)³⁶, não só porque algumas construções com verdadeiros OC não permitem construções com objetos hipónimos (27), mas também porque rejeitam a pronominalização em construções com OC (28), enquanto as construções com OH permitem (29). (cf. Hale e Keyser, 2002: 71)

(26) *to sleep* + OC [*dormir* + OC]

She slept *the sleep of the just*. [Ela dormiu o sono dos justos]

(27) **to sleep* + OH [**dormir* + OH]

* She slept *her last nap / a long winter slumber*. [Ela dormiu a sua última sesta / um longo sono de inverno]

³⁵ De acordo com Hale / Keyser, os objetos cognatos não colocam tal problema; veja-se, por exemplo: “He laughed his last laugh”. Segundo a teoria da cópia por movimento (Chomsky, 1995), tais construções podem *spell out* ambas as cópias do elemento movido (Hale / Keyser, 2002: 72; Haugen, 2007: 246; para uma síntese Choupina 2012a).

³⁶ Este exemplo, no nosso entender e como já referimos na primeira nota de rodapé deste texto, levanta algumas questões interessantes e abre caminho para um outro tipo de análise: as fronteiras entre as estruturas com OC e as expressões fixas ou adaptações destas. Entendemos a expressão *dormir o sono dos justos* como uma expressão fixa, que, aliás, ocorre traduzida em diversas línguas do mundo.

(28) **to sleep* + OC + pronominalização [**dormir* + OC+ pronominalização]

* John slept *the sleep of the just* and Bill slept *it too*. [*O João dormiu o sono dos juntos e o Bill também o dormiu]

(29) *to dance* + OH + pronominalização [*dançar* + OH]

John danced *the tango* and Bill danced *it too*. [O João dançou o tango e o Bill também o dançou]

Para Hale e Keyser (2002), *conflation* é uma operação de seleção e obedece a complementação estrita, definida como sendo: “A head X is the strict complement of a head Y if is in a mutual c-command (i.e., sister) relation with the maximal categorical” (Hale / Keyser, 2002:59).

Para os autores, os OC verdadeiros em Inglês podem ser tratados por incorporação / *conflation*³⁷, não sendo verdadeiramente argumentos; os OH são argumentos selecionados pelos Vs.

Contudo, a existência de quatro tipos de construções diferentes em PE e noutras línguas românicas obriga-nos a repensar este quadro. Por um lado, ao associar à *conflation* a seleção de argumentos, os autores fragilizam a componente do léxico e, conseqüentemente, a abordagem que desenvolvem das construções em estudo, uma vez que usam noções e operações marcadamente sintáticas. Por outro lado, nas línguas românicas não há, na maioria das vezes, homonímia perfeita entre a raiz verbal e o OC, ao contrário do Inglês, que exhibe tantos verbos denominais.

Neste sentido, propomos o abandono de uma proposta estritamente lexicalista como a de Hale e Keyser para o tratamento das várias construções cognatas em PE. Embora não seja possível apresentar abordagens alternativas, pelos limites de espaço deste texto, pensamos que os modelos da Morfologia Distribuída podem trazer algum contributo para a reflexão aqui encetada.

³⁷ Segundo Haugen (2009), no quadro da Morfologia Distribuída, a revisão da noção de *conflation* de Hale / Keyser (2002) não é inteiramente satisfatória, em particular porque uma complementação estrita limitada por *conflation* não exclui a possibilidade de um “resíduo” (por exemplo um adjetivo).

5. Considerações finais

O PE e as línguas românicas em geral levantam novas questões no campo do estudo dos verbos com OC e OH.

Considerando os critérios de definitude e de modificação e a relação morfológica e / ou semântica que o verbo estabelece com o OC, justificam-se quatro tipos de construções em PE: verdadeiros OC (*sonhar-sonho...*); OC aparentados (*dançar-dança*); OH (*dançar um tango...*) e OCP (*caminhar por um caminho...*).

A teoria que Hale e Keyser (1993; 2002) desenvolveram, num quadro lexicalista forte, para dar conta destes fenómenos em Inglês, não permite analisar adequadamente vários aspetos sintáticos e semânticos relacionados com estes quatro tipos de construções em PE, tornando-se necessário explorar outras abordagens.

Referências bibliográficas

- Choupina, C. (2012a): *Quelques apports de la Morphologie Distribuée pour l'analyse syntaxique des objets cognats en PE*. Comunicação apresentada ao Symposium *L'interface de la syntaxe et de la sémantique lexicale. Synchronie & diachronie*. Poznan (março de 2012).
- Choupina, C. (2012b): *Os objetos cognatos em Línguas Românicas e no Inglês: aspectos sintáticos e semânticos contrastivos*. Comunicação apresentada ao VII^e Colloque International *Linguistique contrastive germano-romane et intraromane*. Innsbruck (setembro de 2012).
- Choupina, C. M. (2013): *Contributos para uma análise sintática dos objetos cognatos em PE*. In: *Studia Romanica Posnaniensia*, XL/1, 59-79.
- Duarte, I. / Brito, A. M. (2003): *Predicação e classes de predicadores verbais*. In: Mateus, M.H.M, et al. (edd.): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 179-203.
- Duarte, I. / Oliveira, F. (2003): *Referência nominal*. In: Mateus, M.H.M, et al. (edd.): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 206-242.
- Galego, A. (2008): *Cognate Objects and (Clitic) Doubling*. Intervention présentée au Norms. *Workshop on Argument Structure*. Lund University (February 2008).
- Grevisse, M. / Goosse, A. (1993): *Le bon usage*. Bruxelles: De Boeck-Duculot.
- Hale, K. / Keyser, S. J. (1993): *On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations*. In: Hale, K. / Keyser, S.J. (edd.): *The View From Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge. Mass.: MIT Press, 53-109.
- Hale, K. / Keyser, S.J. (2002): *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Haugen, J. D. (2009): *Hyponymous objects and Late Insertion*. In: *Lingua* 119 (2), 242-262.

- Mendikoetxea, A. (1999): *Construcciones inacusativas y pasivas*. In: Bosque, I / Demonte (edd.): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1575-1629.
- Pereltsvaig, A. (2001): *Cognate objects in Modern and Biblical Hebrew*. In: Ouhalla, J. / Shlonsky, U. (edd.): *Themes and Issues in Arabic Hebrew*. Kluwer: Academic Publishers, 1-31.
- Pustejovsky, (1998): *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Real-Puigdollars, C. (2008): *The Nature of Cognate Objects. A Syntactic Approach*. In: *Proceedings ConSOLE XVI*, 157-178. [On-line], disponível em: <<http://www.sole.leidenuniv.nl>>. [consultado em: 27 maio 2011].
- Rodrigues, A. (2001): *A construção de postverbais em português*. Porto: Granito Editores e Livreiros.

SECÇÃO 2

SLÉXICO / MORFOLOGIA

(Página deixada propositadamente em branco)

**A NOMINALIZAÇÃO DO INFINITIVO
EM DUAS SINCRONIAS DO PORTUGUÊS³⁸**

Inês Oliveira

*Centro de Linguística da Universidade do Porto
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
inesoliveira@ese.ipp.pt*

1. Introdução

*A língua ... é um fazer-se num
quadro de permanência e continuidade.³⁹*

O infinitivo é uma estrutura híbrida e nem sempre os gramáticos da tradição luso-brasileira esclareceram a sua pertença a uma categoria verbal ou nominal. Na verdade, este é usado enquanto forma verbal, sobretudo em estruturas de subordinação, mas também é usado enquanto forma nominal.

A nominalização do infinitivo é um processo existente em diferentes línguas românicas, como o espanhol, o italiano, o francês (em escala reduzida) e o português. No português, este uso nominal do infinitivo é já referenciado por alguns autores como existente no período arcaico.

³⁸ Este estudo insere-se no âmbito do primeiro ano de doutoramento em Linguística e foi realizado para o seminário de Linguística Histórica.

³⁹ Coseriu, 1979: 237

Mattoso Câmara Jr. (1975) refere a criação de substantivos, no período arcaico, pela nominalização do infinitivo⁴⁰.

Mattos e Silva (2008: 25), na caracterização do português arcaico, considera a seguinte hipótese: “sendo o presente do português continuador do seu passado, será ele referência indispensável para olhar o passado”. Esta hipótese resulta dos trabalhos de William Labov (1975:829), que debruçando-se em mudanças do tempo aparente, era possibilitado o estudo do que teria ocorrido no tempo real, nomeadamente, ver o passado a partir de variações do presente. Se acreditarmos nesta hipótese da autora, é provável que encontremos algumas ocorrências do infinitivo nominalizado também em textos do passado.

Neste estudo, procuramos analisar a ocorrência de um uso nominal do infinitivo em duas sincronias da língua portuguesa, englobando o período medieval e o clássico de forma a responder a dois objetivos:

- (i) por um lado, pretendemos comprovar em sincronias do passado a existência ou não de nominalização do infinitivo;
- (ii) por outro lado, pretendemos justificar a lexicalização de alguns infinitivos pela sua frequência em textos do passado.

Considerando estes objetivos, definir-se-ão *corpora* representativos destes dois períodos.

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro partes. Na primeira – *Introdução*– definem-se os objectivos e apresenta-se a organização do estudo. A segunda – *O Infinitivo* – integra dois pontos que têm como objectivo situar a questão do infinitivo nos gramáticos da tradição luso-brasileira. No primeiro capítulo, analisamos o infinitivo latino, a sua construção e usos, para posteriormente, no segundo capítulo, verificarmos as semelhanças e diferenças em relação ao infinitivo português.

⁴⁰ Mattoso Câmara Jr. (1975: 215) refere-se ao “emprego como substantivo, com a possibilidade de plural nominal em *-es* e a determinação pelo artigo do infinitivo verbal: o falar, os falares de uma língua, etc” . Mattos e Silva (2008: 344) dá exemplos deste processo em textos do século XIII e do século XIV e designa este processo de heterocategorial em que a base é um verbo e o seu produto um nome.

Procuraremos a partir do infinitivo latino encontrar uma justificação para a ocorrência de um uso nominal do infinitivo no português actual. Na terceira parte – *O corpus* –, subdividida em dois pontos, delimitamos o *corpus* para análise que seja ilustrativo dos dois períodos em estudo: medieval e clássico. Assim, seleccionamos a *Primeyra Partida*, um texto jurídico da legislação de Afonso X, para o período medieval, e para o período clássico baseamo-nos no Índice de Formas de Paiva (2002). Apresentamos os critérios adoptados na pesquisa do *corpus* da *Primeyra Partida* e apontamos algumas informações importantes no que diz respeito à catalogação das formas verbais no *corpus* de Paiva (2002). De seguida, procede-se à análise das ocorrências encontradas e à discussão dos dados em que se procura delinear qual o período de maior incidência do fenómeno em análise. Nessa discussão, abrimos um ponto em que referimos o caso do infinitivo lexicalizado, contextualizando diacronicamente o fenómeno da lexicalização. Na quarta parte – *Conclusão* – resumem-se as conclusões gerais deste estudo, articulando as informações iniciais sobre o infinitivo latino com a análise do *corpus*.

2. O infinitivo

2.1 A problemática da caracterização do infinitivo

Na tradição dos gramáticos luso-brasileiros, a caracterização do infinitivo nem sempre é clara e precisa. As várias designações atribuídas ao infinitivo colocam em relevo uma natureza dupla: verbal e nominal. Ali (1964:129) caracteriza o infinitivo como “forma com aparência e função de substantivo”. Cuesta e da Luz (1980:404) designam-no como ‘substantivo verbal’. Cunha e Cintra (2002: 378) apelidam-no de ‘forma nominal do verbo’. Nestas definições observa-se um vaivém entre a categoria do nome e a do verbo, não sendo definidas fronteiras claras entre as duas. Os vários gramáticos mencionados referem que o infinitivo tanto possui uma função verbal – e, desta forma, pode aparecer com advérbios, com pronomes átonos, com complementos directo e indirecto e mesmo vir

acompanhado de sujeito –, como possui uma função nominal, sendo possível ser regido por preposições.

Se analisarmos os nomes e dos verbos, verificamos que têm propriedades distintas do ponto de vista morfológico, sintáctico e semântico. Nas línguas flexionais, os verbos têm morfema de tempo, de modo, de aspecto, de pessoa e de número e, sintacticamente, a sua função primordial é a de predicado da oração. Semanticamente, os verbos denotam acções ou estados. Nestas mesmas línguas, os nomes contáveis têm flexão em número e sintacticamente podem ser acompanhados de determinantes, de quantificadores, de complementos e de modificadores. Semanticamente, um nome comum tem a função de nomeação de seres/entidades concretas ou abstractas.

No entanto, existem afinidades entre o nome e o verbo, que deverão justificar a possibilidade de nominalização do infinitivo. Semanticamente, ambos podem ser núcleo de uma predicação e sintacticamente podem assumir distribuições parcialmente idênticas. Assim, como núcleo de um sintagma nominal, podemos ter um nome, mas também um verbo no infinitivo. Nesse caso, o infinitivo encontra-se nominalizado. A nominalização do infinitivo é uma construção cada vez mais recorrente, como comprova o *corpus* informatizado do *CETEM Público*⁴¹:

- (1) *par=ext1206593-nd-94b-1*: “(...)o **desmoronar do** império soviético (...)”.
- (2) *par=ext1507248-pol-94a-2*: “(...) o **voltarem as costas** à relação atlântica (...)”.

Mas (1) e (2) ilustram duas construções diferentes de infinitivo: uma com propriedades nominais [(1)] e outra com propriedades verbais [(2)]. Na primeira construção, o verbo ‘desmoronar’ encontra-se nominalizado, precedido de artigo definido e seguido de genitivo, apresentando pro-

⁴¹ O *corpus* do *CETEM Público* é um corpus de imprensa escrita disponível on-line (<http://acdc.linguateca.pt>). Dada a extensão do trabalho, é apenas referido um exemplo de cada construção de nominalização do infinitivo.

priedades nominais. Numa construção de infinitivo com propriedades nominais, o infinitivo pode aparecer com complemento genitivo, admite modificação adjectival, pode ser antecedente de uma relativa restritiva e pode ser coordenado com infinitivos do mesmo grupo. Na segunda construção, o verbo ‘voltar’ também se encontra nominalizado e seguido de acusativo, apresentando propriedades verbais. Numa construção de infinitivo com propriedades verbais, o infinitivo pode aparecer com acusativo, ter negação, pode ter auxiliares temporais, modais, aspectuais e admite modificação adverbial⁴².

Dada a frequência de ocorrências de nominalização do infinitivo no *corpus* do *CETEM Publico*, coloca-se a seguinte questão: será esta construção actual ou já existente em outros períodos do português? Se partirmos da hipótese de Mattos e Silva (2008: 25), segundo a qual o presente é a continuação do passado, então o mais natural é que esta construção já tenha existido em épocas anteriores da língua portuguesa. Considerando este pressuposto, analisarseá o uso nominal do infinitivo através dos *corpora* de épocas passadas.

Nesta perspectiva, é crucial analisar, num primeiro momento, o infinitivo em latim, procurando identificar quais os seus usos, diferenças e semelhanças com o infinitivo actual.

2.2 Algumas considerações sobre o infinitivo latino

O infinitivo latino apresentava diferentes tempos (presente, perfeito e futuro) e tinha voz activa e passiva. Dos três tempos, a forma mais frequente era a do infinitivo presente.

⁴² A construção de infinitivo com propriedades nominais é designada como ‘infinitivo nominalizado’ e a segunda construção, com propriedades verbais, é chamada ‘nominalização de uma oração infinitiva’. Relativamente aos critérios que permitem distinguir estas duas construções, apenas os enumerei. Dado o âmbito deste trabalho, não ilustrarei cada um dos critérios. Para este assunto, consultar Plann (1981), Salvi (1983), De Miguel (1996), Picallo (1999), Hernanz (1999), Ramirez (2003) e Brito (2012).

O infinitivo era considerado, juntamente com o gerúndio, o particípio passado e o supino, uma das formas nominais do verbo, designadas por *uerbum infinitum*. Além destas, possuía a conjugação latina o *uerbum finitum*, que englobava as formas do modo indicativo e as do conjuntivo. Assim, o infinitivo latino tanto apresentava traços verbais, com diferentes tempos e vozes, como apresentava traços nominais. Os traços nominais do infinitivo seriam as suas formas primitivas. Este aspecto é referenciado por diferentes autores: Ernout e Thomas (1953: 255), Palmer (1988: 317), Lisardo Rubio (1989: 249), Mariano de Climent (1983: 23) e Gildersleeve e Gonzalez Lodge (1986: 274).

Sendo o latim uma língua com declinações, o infinitivo usado enquanto substantivo possuía apenas dois casos, o nominativo e o acusativo. Os restantes (vocativo, genitivo, dativo e ablativo) eram dados pelo gerúndio e pelo supino. Isto é um caso de supletivismo, recorrendo-se a formas pertencentes a outros paradigmas (formas supletivas) para completar um paradigma defectivo. Este uso nominal do infinitivo aparecia sobretudo com as formas do infinitivo presente.

O uso nominal do infinitivo ocorria quando era predicativo do sujeito de *esse*, complemento de impessoais (*decet, necesse est, oportet*), verbos de vontade, poder e esforço (*uolo, nolo, malo, cupio*). Consoante a sua função sintáctica, o complemento tanto podia assumir o caso nominativo como o acusativo. Aparecia no nominativo quando o infinitivo dependia de verbos como *uolo, cupio, possum, studeo* e assim concordava com o sujeito. Aparecia no acusativo quando estava dependente de uma locução de sentido impessoal ou quando o predicativo do sujeito concordava com um sujeito indefinido implícito.

Os seguintes exemplos⁴³ procuram ilustrar este traço nominal do infinitivo, assumindo as funções de um nome:

– sujeito: “*non cadit invidere insipientem*” (Cícero) – ‘Não convém invejar o insensato’.

⁴³ Os exemplos foram retirados da obra de Climent (1983: 360).

– complemento directo: “*hic vereri perdidit*” (Plauto) – ‘este perdeu o respeitar – o sentido de respeito’; / “*ego[amo] esse et bibere*”(Plauto) – ‘eu cá por mim gosto é do comer e do beber’.

– predicativo do sujeito: “*loquor de docto homine cui vivere est cogitare*” (Cícero) – ‘Falo acerca do homem douto para quem viver é reflectir’.

– aposto: “*illud est dulce, esse et bibere*” (Plauto) – ‘O que é agradável é comer e beber’.

Devemos notar que o infinitivo latino era do género neutro, como se poderá verificar no exemplo anterior, em que vem acompanhado de um nome predicativo do sujeito neutro.

O infinitivo etimologicamente era um nome, o que poderá explicar o seu uso nominal quer no latim⁴⁴ quer na actualidade. Este uso nominal era mais visível no grego, dada a existência de artigos – que faltam em latim –, acreditando-se que terá sido por influência daquele idioma que, por via erudita, ocorreu o uso nominal do infinitivo em latim. Este uso nominal do infinitivo aparecia sobretudo para a expressão de ideias abstractas⁴⁵. Ao longo da evolução do latim, foi-se alargando o uso nominal do infinitivo, atribuindo-se-lhe marcas de nome, como o acompanhamento de adjectivo ou de genitivo⁴⁶, acabando até por vir a ser regido por preposições. O uso nominal do infinitivo com preposição ‘inter’ é atestado em Cícero. Só numa época tardia surgiu o seu uso com outras preposições: ‘contra’, ‘de’, ‘iuxta’, ‘ad’.

Concluindo, o uso nominal do infinitivo era o primitivo em latim e manteve-se em todos os períodos, coexistindo com o seu uso como verbo.

⁴⁴ “Cependant, la fonction nominale de l’infinitif ne disparut pas; et une flexion rappelant celle de l’infinitif grec avec l’article lui fut constituée de caractère tout à fait hétéroclite d’ailleurs, puisqu’elle fait appel à deux formations fléchies, le supin et le gérondif” (Ernout e Thomas 1953: 254).

⁴⁵ Este aspecto vem reforçar a caracterização de Bréal relativamente ao infinitivo: “El infinitivo es una conquista de la abstracción” (Bréal, *apud* Rubio, 1989: 249).

⁴⁶ Os seguintes exemplos demonstram esta expansão do uso nominal do infinitivo: adjectivos determinativos *meum amare* (Plauto) (este meu amar); adjectivos qualificativos *nostrum istud vivere triste* (Plínio) (Este nosso triste viver); genitivo: *quid autem huius vivere* (Tert.) (Que espécie de viver é este). Os exemplos foram retirados da obra de Climent (1983: 360).

Depois de caracterizado o infinitivo no latim, a sua formação e usos, procede-se à descrição das semelhanças e diferenças encontradas na forma do infinitivo actual.

2.3 O infinitivo no português

No português actual, conservaram-se apenas as formas do infinitivo presente. As quatro conjugações do latim reduziram-se a três, desapareceu a terceira, sendo incluída ou na segunda ou na quarta conjugações. O infinitivo preserva uma forma composta, constituída pelo auxiliar 'ter' seguido do verbo principal no particípio passado. Por fim, importa salientar que, além do infinitivo impessoal, o português dispõe de um infinito flexionado.

À semelhança do latim, o infinitivo português também assume funções de sujeito, de complemento directo ou de predicativo. Cuesta e Da Luz (1980: 530), ao definirem os diferentes usos do infinitivo impessoal, realçam a sua função de substantivo verbal. Neves (2000: 70), no capítulo intitulado 'substantivo', também se refere ao infinitivo como forma nominal.

Como vimos anteriormente, o infinitivo latino era "un ancien substantif" (Ernout e Thomas, 1953: 255), tendo sido recuperado pelo latim e transformado numa forma verbal. No entanto, a sua função nominal não foi esquecida: a ocorrência de infinitivo nominalizado nos *corpora* actuais comprova esta situação.

Também Blake (1994: 183) e Haspelmath (1989: 291) referem a origem do infinitivo como substantivo⁴⁷, resultando dos substantivos verbais no caso dativo, acusativo ou locativo.

⁴⁷ "Indo-European linguistics have been aware for a long time that the infinitives of the ancient Indo-European languages (especially Latin, Ancient Greek, Old Indo-Iranian, Slavia, Hittite) go back to verbal nouns in the dative, accusative or locative case" (Haspelmath, 1989: 291).

A noção de gramaticalização⁴⁸ do infinitivo defendida por Haspelmath (1989: 291) parece ser pertinente no estudo do infinitivo nominalizado. O autor considera que, nas línguas indo-europeias, o infinitivo teve um percurso de evolução com várias etapas: de traços nominais fortes (sânscrito védico), a traços verbais (como o grego e o latim), terminando na morfologia de tempo e aspecto. Vários autores se debruçaram sobre o estudo do processo de gramaticalização, atribuindo-lhe diferentes fases. Hopper apresenta cinco etapas: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização⁴⁹. Transpondo as fases definidas por Hopper para o caso do infinitivo, pode concluir-se que, em latim, tendo ele sido inicialmente uma forma nominal, passou a ser também verbal, persistindo ambas as formas, isto é, juntando às primitivas propriedades nominais as verbais. Actualmente, no português, as duas formas existem, mas funcionalmente divergem, ou seja, houve uma especialização, sendo que o infinitivo com propriedades nominais só pode ocorrer em certos contextos e o infinitivo com propriedades verbais só noutros pode ocorrer. E dado que nas duas construções há traços da forma original, neste percurso existe ainda a etapa da persistência.

Em síntese, entre o infinitivo latino e o português há algumas diferenças, nomeadamente na redução dos seus tempos e conjugações e na existência de um infinitivo flexionado. No entanto, há também semelhanças no uso do infinitivo, aparecendo ora como forma verbal ora como nominal.

⁴⁸ A noção de gramaticalização, sob uma perspectiva diacrónica, remonta a Meillet (1912). O autor considera que há três classes de palavras, nomeadamente, as principais, as acessórias e as gramaticais, havendo entre elas uma transição gradual. Neste sentido, as palavras gramaticais seriam fruto de um processo originado nas principais.

⁴⁹ Na estratificação verifica-se a coexistência entre a forma velha e a nova; trata-se de um período de transição, pois a forma antiga não é imediatamente afastada. Devido à divergência, embora as duas formas coexistam, diferenciam-se funcionalmente. Deste modo, ocorrem casos onde um mesmo *item* lexical num contexto se torna gramaticalizado e noutro não. A especialização diz respeito a uma limitação das opções, tornando-se, em alguns contextos, obrigatória uma das formas. A persistência consiste no facto de alguns traços do significado lexical original de um *item* tenderem a aderir à nova forma gramatical, reflectindo-se, por vezes, na gramatical. Por descategorização entende-se a neutralização das marcas morfológicas e das propriedades sintácticas da categoria, pois dá-se uma perda de categoria.

Num próximo momento, delimitar-se-á o *corpus* em estudo e analisar-se-ão as ocorrências de nominalização do infinitivo em duas sincronias do português.

3. O *corpus*

3.1 Delimitação do *corpus* e sistematização dos resultados

Conclui-se do exposto anteriormente que a nominalização do infinitivo era já um recurso que existia no latim. Neste momento, atentemos no caso do português medieval e do português clássico.

Assim, para o período medieval seleccionámos a primeira parte da *Primeyra Partida*. Para o período clássico, analisámos o Índice de Formas, de Paiva (2002), que contempla um *corpus* bastante extenso, abarcando o período de 1536 a 1606⁵⁰.

Para um estudo mais objectivo, na análise da *Primeyra Partida* foram apenas contabilizadas as nominalizações do infinitivo que tinham marcas explícitas de nome: determinante ou adjectivo anteposto, pluralização, adjectivo à direita ou modificação por relativa. Numa coordenação de infinitivos, o segundo membro só foi contabilizado quando precedido de marca nominal. Esta opção poderá, em alguns casos, excluir da contagem certos infinitivos que, talvez por se encontrarem lexicalizados, aparecem sem determinação.

No que diz respeito ao *corpus* da *Primeyra Partida*, estão presentes sessenta e sete ocorrências de nominalizações do infinitivo, correspondendo a onze formas verbais. Dessas sessenta e sete ocorrências, trinta e uma aparecem antecedidas de artigo definido, oito de demonstrativo,

⁵⁰ O *corpus* de Paiva (2002) abrange os seguintes autores e respectivas obras: Fernão d' Oliveira: *Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536; João de Barros: Texto contínuo da *Cartinha*, 1539; *Grammatica da língua portuguesa*, 1540; *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, 1540; Pêro Magalhães de Gândavo: *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da língua Portuguesa*, 1574; *Dialogo em defesa da língua Portuguesa*, 1574; Duarte Nunes de Leão: *Orthographia da Lingoa Portuguesa*, 1576; *Origem da Lingoa Portuguesa*, 1606.

duas de um quantificador, vinte e duas de possessivo, quatro modificadas por adjetivo e quatro por uma relativa. Por fim, de nominalizações do infinitivo com plural existem dez ocorrências, correspondendo às seguintes formas verbais: ‘poderes’, ‘saberes’, ‘comeres’ e ‘aueres’. Somente ocorre o plural nestes infinitivos lexicalizados. Das formas verbais infinitivas substantivadas, a maioria inscreve-se na classe dos verbos de estado.

Paiva (2002: 112) considera que a nominalização do infinitivo é um processo bastante frequente: “A transferência de classe do adjetivo, do particípio passado e do infinitivo impessoal para a classe do substantivo, mediante anteposição do artigo definido, constitui um recurso permanente de expressão, por aplicação de uma regra de sintaxe”.

No Índice de Formas, de Paiva (2002), pesquisámos todas as formas verbais infinitivas usadas como substantivo. Quando ocorrem casos de transferência de classe gramatical, Paiva (2002) indica em primeiro lugar a classe funcional em que determinada ocorrência será contabilizada e seguidamente indica a classe originária, separando as duas por um sinal de proveniência, ou seja, inicialmente é indicada a função que o vocábulo desempenha na frase e depois a sua origem. Neste caso, seleccionámos todas as formas verbais que tinham a seguinte classificação: *st<vba* que significa que a classe funcional é a de substantivo (*st*) e a classe originária é a de verbo (*vb*) no infinitivo impessoal (*a*).

Nesta classificação, a autora distingue as transferências lexicalizadas e as transferências não lexicalizadas. A substantivação não lexicalizada do infinitivo é dada a partir do processo anterior: *st<vba*. Quando a transferência surge lexicalizada, sendo a marca do plural um dos traços caracterizadores, classifica a forma apenas como substantivo: *st*. No entanto, não sendo a pluralização o traço essencial para considerar a lexicalização de um determinado vocábulo, a autora procura também verificar “a gradação entre o traço inovador do discurso e a generalização desse traço, com conseqüente consolidação do conteúdo concreto” (Paiva, 2002: 113).

No Índice de Formas, de Paiva (2002), aparecem vinte e seis formas verbais infinitivas usadas como substantivo que correspondem a noventa e duas ocorrências. Destacam-se apenas duas formas pluralizadas: ‘entenderes’ e ‘pareceres’.

Como formas verbais classificadas apenas como substantivo, ou seja, em que não há transferência de categoria, estando já devidamente lexicalizadas, temos dezasseis ocorrências, correspondendo às seguintes formas verbais: ‘entender’, ‘falar’, ‘auer’, ‘parecer’, ‘poder’, ‘saber’ e ‘ser’.

3.2 Discussão dos resultados

No período medieval e clássico, a ocorrência de infinitivos nominalizados demonstra que este processo já existia.

Se analisarmos a razão entre o número total de ocorrências de infinitivo nominalizado e o número de formas infinitivas usadas, verificamos que é mais baixa no período clássico do que no medieval. Assim, neste, a razão é de 6,09 (67/11) e naquele a razão é de 3,54 (92/26). Quanto mais baixa a razão, mais produtivo é o processo de nominalização. Podemos concluir que há expansão da nominalização do infinitivo a um maior número de infinitivos. Enquanto no texto medieval encontramos onze formas infinitivas diferentes, no *corpus* clássico ultrapassa o dobro (vinte e seis formas verbais diferentes).

No entanto, se analisarmos o período clássico, os vários autores presentes no *corpus* e a frequência de nominalizações do infinitivo que aparece em cada um, verifica-se um maior número de ocorrências em Fernão de Oliveira e João de Barros, ou seja, na primeira metade do século XVI, do que em Gândavo e Leão, isto é, na segunda metade do século XVI. Paiva (2002) refere que no seu *corpus* existia um período de transição, um vazio editorial de trinta e quatro anos. Analisando os diferentes autores, verificamos um maior número de nominalizações do infinitivo na primeira metade do século XVI.

A aparente diferença entre a primeira metade do século XVI e a segunda metade do século XVI justifica-se pelo facto de nesta segunda sincronia o *corpus* de Paiva (2002) estar limitado a apenas um quarto de cada obra dos diferentes autores. Sendo assim, poder-se-á concluir que na segunda metade do século XVI, a frequência de nominalizações do infinitivo seria semelhante à da primeira metade

desse século, indiciando uma continuidade e uma manutenção dos mesmos dados.

A produtividade deste processo de nominalização do infinitivo encontra-se sobretudo no século XVI, embora já desde o mais antigo período da língua portuguesa existam exemplos deste processo. Em fase posterior do meu trabalho, pretendo analisar documentação do século XV.

3.2.1. Os infinitivos lexicalizados⁵¹

No *corpus* apresentado e analisado, verificou-se a ocorrência de infinitivos nominalizados no plural, o que significa que estas formas já estariam lexicalizadas como nomes.

A lexicalização é um processo a partir do qual uma forma linguística se torna mais lexical. A lexicalização é vista como uma mudança histórica da qual resulta a produção de uma nova forma lexical. O *input* deste processo inclui palavras compostas, construções sintáticas e itens gramaticais e o seu *output* é lexical. Este processo é gradual, de uma escala de menos lexical para mais lexical, podendo ocorrer mudanças morfológicas, fonológicas e semânticas.

De acordo com Brinton e Traugott (2005: 20), diacronicamente este conceito é usado para referir “adoption into the lexicon” ou “falling outside the productive rules of grammar”⁵². Assim, ocorre lexicalização quando um item se torna convencionalizado, começando a pertencer ao inventário lexical de uma dada língua (“adoption into the lexicon”). Os autores interligam o conceito de lexicalização com o de institucio-

⁵¹ Os infinitivos lexicalizados apresentam diferentes nomenclaturas de acordo com os vários autores. Varela, (1979) define estes infinitivos como “falsos infinitivos”; Lapesa (1985) *apud* Cacoullos, como “puros sustantivos totalmente deverbalizados” e Gili Gaya (1943) como “sustantivos permanentes”.

⁵² Combinando estas duas perspetivas, os autores definem lexicalização como: “lexicalization is the change whereby in certain linguistic contexts speakers use a syntactic construction or word formation as a new contentful form with formal and semantic properties that are not completely derivable or predictable from the constituents of the construction or the word formation pattern. Over time there may be further loss of internal constituency and the item may become more lexical” (Brinton e Traugott, 2005: 96).

nalização, ou seja, fixação de uma forma linguística numa determinada comunidade. No segundo caso (“falling outside the productive rules of grammar”), a lexicalização ocorre quando uma forma já não pode ser descrita de acordo com as regras regulares da gramática. A lexicalização apresenta um conjunto de processos, interligando-se, a nível diacrónico, com os processos de fusão (sequências complexas tornam-se simples, havendo uma diminuição da autonomia) e separação (aumento de autonomia).

Brinton e Traugott (2005: 21) caracterizam ainda a lexicalização como um processo resultante de mudanças inferidas pelo significado convencionalizado, nomeadamente a partir da polissemia semântica e pragmática. Estas interpretações semânticas ou pragmáticas seriam determinadas pelo contexto, sobretudo os *bridging contexts*, nomeadamente contextos específicos que permitem a inferência de um novo significado. Efectivamente o contexto é um conceito chave não só para a lexicalização, mas também na gramaticalização.

Heine (2002) analisa precisamente o papel do contexto não na lexicalização, mas na gramaticalização. Defende, dessa forma, que na gramaticalização, a evolução das categorias gramaticais é dependente do contexto, podendo ser descrita por meio de diferentes estádios interligados com os tipos de contexto. Em cada estádio interliga o contexto com a conceptualização e caracteriza, assim, quatro estádios: estádio inicial, contextos *bridging*, contextos *switch* e convencionalização. No primeiro estádio, o item aparece no contexto em que é usado normalmente; no segundo, um dos contextos em que o item é usado permite uma inferência e um novo significado (contexto *bridging*); no terceiro, num contexto de *switch*, somente o novo significado é permitido, mas ainda está interligado com aspectos contextuais e no último estádio já não são necessárias restrições contextuais, permanecendo o novo significado. O terceiro estádio é importante para a mudança, podendo dar origem ao significado convencional. Este estádio é caracterizado por ambiguidade estrutural e semântica, convidando a diferentes interpretações.

Nos *corpora* analisados anteriormente, encontrámos infinitivos lexicalizados. Assim, na *Primeyra Partida* apareciam dez ocorrências de

infinitivos nominalizados pluralizados, correspondendo às formas verbais – ‘poderes’, ‘saberes’, ‘comeres’ e ‘aueres’. No Índice de Formas, existiam dezasseis ocorrências de infinitivos nominalizados já lexicalizados, correspondendo às formas verbais: ‘entenderes’, ‘pareceres’, ‘entender’, ‘falar’, ‘auer’, ‘parecer’, ‘poder’, ‘saber’ e ‘ser’. No português actual, todas estas formas se encontram lexicalizadas, possuindo nos dicionários uma entrada própria, o que significa que a lexicalização está prevista na língua. Assim, de acordo com o conceito de Brinton e Traugott (2005), estas formas já estão convencionalizadas.

Efectivamente, a entrada das nominalizações lexicalizadas no dicionário é fruto de uma evolução histórica e da sua frequência ao longo desse proceso. Como afirma Pena (1976: 26) a lexicalização é um: “proceso histórico que resulta en la asociación de una nominalización con un significado, muchas veces no transparente semanticamente, esto es, no recuperable del verbo del que deriva”.

Lapesa (1984:68-73) considera quatro classes nos infinitivos lexicalizados em espanhol: os infinitivos consolidados como substantivos (lexicalizados) que admitem plural, dando como exemplos: *aver/haber, cantar, comer, yantar, pesar, placer, querer, andar, saber, decir, parecer, ser, proceder, sentir, amanecer, deber, anochecer, atardecer, acontecer*; os infinitivos consolidados como substantivos, com aceção distinta da ação verbal e sem plural atestado como *cuydar, catar, beber, entender, valer, ver*; os infinitivos sujeitos a substantivação ocasional sem plural conhecido como *versificar, calçar, vestir* e os infinitivos sujeitos a substantivação ocasional com plural como *velares, traeres, taneres, dares e tomares*.

Nesta classificação de Lapesa (1984:68-73) incluímos ‘aueres’, ‘comeres’, ‘pareceres’, ‘saberes’ no primeiro grupo. Contrariamente à classificação do autor, incluiremos também ‘entenderes’ neste primeiro grupo, dado que aparece com plural.

Consideramos que o facto de os infinitivos lexicalizados já aparecerem em textos mais antigos com a forma de plural contribui para a sua manutenção na língua e justifica a sua grande ocorrência actualmente. Os infinitivos lexicalizados encontrados nesses textos são precisamente os que hoje em dia encontramos mais frequentemente nos *corpora*.

Conclusão

O estudo do infinitivo latino revelou-se importante para compreender o uso nominal do infinitivo português. Verificou-se que o infinitivo, etimologicamente, era uma forma nominal que depois foi introduzida no latim como forma verbal. Justificou-se deste modo a ocorrência actual de uma forma que, à partida, seria um verbo e que está a ser aplicada como forma nominal. O seu uso nominal não desapareceu, havendo ocorrências dele no latim. Apesar de serem poucas as ocorrências, estas foram-se desenvolvendo, ao longo dos vários períodos do português.

Na passagem do latim para o português, houve algumas alterações; nomeadamente, dos três tempos do infinitivo latino, permaneceu apenas um, o presente. Não esqueçamos que era sobretudo esse tempo que no latim ocorria nominalizado, facto que mais uma vez explica as suas ocorrências nominais actuais.

Na análise do infinitivo, há autores que defendem que este foi sofrendo um processo de gramaticalização, que ainda está em curso. Efectivamente, defendemos que tal hipótese é viável. Partindo das várias fases definidas por Hopper, enquadrámos a sua evolução respectivamente na estratificação, na divergência, na especialização e na persistência, ou seja, a coexistência atual dos valores verbais e nominais.

Na análise dos *corpora* dos períodos medieval e clássico, respondemos ao nosso primeiro objectivo delineado na introdução e concluímos que este processo de nominalização do infinitivo já ocorria em textos do passado dos séculos XIII, XVI e XVII. Verificou-se que o período de maior produtividade se situava no século XVI. As formas nominalizadas do período clássico eram superiores às do período medieval.

Relativamente ao segundo objectivo, observámos nos *corpora* exemplos de infinitivos lexicalizados que apareciam, inclusive, pluralizados. Consideramos que é precisamente a sua existência e frequência em textos do passado a justificação desta mesma ocorrência no português actual. O aparecimento destes infinitivos lexicalizados em textos do passado demonstra que este novo lexema começou a ser institucionalizado, a ser aceite pela comunidade linguística, tornando-se num item lexical.

Efectivamente, como diz Coseriu (1979: 237), *A língua ...é um fazer-se num quadro de permanência e continuidade.*

Referências bibliográficas

- Ali, M. Said (1964): *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- Blake, Barry J. (1994): *Case*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brinton, Laurel J. / Traugott, E. C. (2005): *Lexicalization and language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brito, Ana Maria (2012): *O infinitivo nominal em Português Europeu: aspectos sintácticos e semânticos*. In: Costa, Armanda / Duarte, Inês (edd.): *Nada na linguagem lhe é estranho. Estudos em homenagem a Isabel Hub Faria*. Porto: Edições Afrontamento, 109-126.
- Cacoullos, Rena Torres. *Las nominalizaciones de infinitivo*. [On-line], disponível em: <<http://www.personal.psu.edu/rct11/Resources/Publications/Nominalizacion%20Infinitivo.Sintaxis%20Hist%C3%B3rica.pdf>>. [Consultado em: 10 set. 2010].
- Cardeira, Esperança (2005): *Entre o português Antigo e o português Clássico*. Tese de doutoramento. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cardeira, Esperança (2009): *Revisitando a periodização do português: o português médio*. [On-line], disponível em: <<http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/dl6/DL%206%20-%207.pdf>>. [Consultado em: 10 set. 2010].
- Camara Junior, Joaquim Mattoso (1975): *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- Climent, Mariano Bassols de (1983): *Sintaxis Latina*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Coseriu, Eugenio (1979): *Sincronía, diacronía e história*. Rio de Janeiro: Presença.
- Cuesta, Pilar Vasquez / Da Luz, Albertina Mendes (1980): *Gramática da Língua Portuguesa*, trad. port. Lisboa: Ed. 70, 404-451.
- Cunha, Celso / Cintra, Lindley (2002): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- De Miguel, Elena (1996): *Nominal Infinitives in Spanish: an Aspectual Constraint*. In: *Canadian Journal of Linguistics*, 41:1, 29-53.
- Ernout, Alfred / Thomas, François (1953): *Syntaxe Latine*. Paris: Éditions Klincksieck, 7-14, 215-229, 255-272.
- Gili Gaya, Samuel (1943): *Curso Superior de Sintaxis española*. México: Ediciones Minerva.
- Gildersleeve, B.L. / Lodge, Gonzalez (1968): *Latin Grammar*. New York: ST Martin's Press.
- Haspelmath, Martin (1989): *From Purposive to infinitive. A universal path of grammaticalization*. [On-line], disponível em: <http://email.eva.mpg.de/~haspelmt/1989inf.pdf> [Consultado em: 25 dez. 2010].
- Heine, Bernd (2002): *On the role of context in grammaticalization*. In: Wischer, Ilse / Diewald, Gabriele (edd.): *New Reflexions on Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 83-101.
- Herman, József (2000): *El latín vulgar*. Madrid: Ariel.

- Hernanz, Maria Lluïsa (1999): *Los usos nominales del infinitivo*. In: Bosque, Ignacio / Demonte, Violeta (edd.): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Espasa: Madrid, vol II, 2342-2356.
- Lapesa, Rafael (1984): *El uso de actualizadores con el infinitivo y la suboración sustantiva en español: diacronía y sentido*. In: Lapesa, Rafael (2000): *Estudios de morfosintaxis histórica del español*. Madrid: Gredos, 515-556.
- Mattos e Silva, R. V. (2008): *O Português arcaico: uma aproximação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol.I, 302-349; Vol.II, 74-88.
- Paiva, Maria Helena Pinto Novais (2002): *Os gramáticos portugueses quincentistas e a fixação do padrão linguístico. Contribuição da informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras.
- Palmier, L.R. (1988): *The Latin Language*. London: Faber Limited.
- Pena, Jesús (1976): *Usos anómalos de los sustantivos verbales en el español actual*. In: *Verba, Anuario Gallego de Filología, Anejo 6*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- Picallo, Carme (1999): *La estructura del sintagma nominal: las nominalizaciones y otros sustantivos con complementos argumentales*. In: Bosque, Ignacio / Demonte, Violeta (edd.): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Tomo 1 *Sintaxis básica de las clases de palabras*. Madrid: Espasa/Calpe, 363-393.
- Plann, Susan (1981): *The two el+infinitive constructions in Spanish*. In: *Linguistic Analysis*, 7, 3, 207-241.
- Ramírez, Carlos Julio (2003): *The Spanish Nominalized Infinitives: a proposal for a classification*. [On-line], disponível em: <<http://twpl.library.utoronto.ca/index.php/twpl/article/view/6226/3215>>. [Consultado em: 17 abr. 2011].
- Rubio, Lisardo (1989): *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona: Ariel.
- Salvi, Gianpaolo (1983): *L'infinitivo con l'articolo e la struttura del SN*. In: *Rivista di Grammatica Generativa*, vol 7, 197-225.
- Varela Ortega, Soledad (1979): *Los falsos infinitivos*. In: *Boletín de La Real Academia Española*, 59: 218, 529-551.
- Vilela, Mário (1994): *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina.
- Vilela, Mário (1995): *Léxico e gramática*. Coimbra: Almedina.

A MARCAÇÃO DE GÉNERO NOMINAL EM PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO-MATERNA: PADRÕES NA AQUISIÇÃO/APRENDIZAGEM

Tânia Santos Ferreira

Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA)

tania.ferreira88@gmail.com

1. Introdução e objetivos

A categoria de género (GEN) possui um estatuto especial entre as demais categorias, principalmente quando integrada num contexto de aquisição/aprendizagem de uma língua não-materna (LNM). Por não estar presente em todos os sistemas linguísticos do mundo, e dada a variabilidade de critérios de atribuição de GEN existente, esta categoria representa uma das áreas da gramática provavelmente ‘resistente’ ao processo de aquisição/aprendizagem de PLNM (português língua não-materna)⁵³.

No presente artigo, apresentamos os resultados de um trabalho cujo principal objetivo é a identificação de padrões variáveis na aquisição/aprendizagem da marcação do GEN dentro do grupo nominal, a partir da análise de desvios produzidos por alunos estrangeiros de diferentes níveis de proficiência em PLNM. Mais especificamente, pretende-se apurar, tendo em conta as particularidades da categoria de GEN em português, que tipo de características formais e semânticas dos nomes suscita maiores

⁵³ O presente trabalho concentra-se no tratamento de alguns aspetos estudados no âmbito da tese de Mestrado intitulada *Padrões na aquisição/aprendizagem da marcação do género nominal em português como L2*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em novembro de 2011.

dificuldades aos aprendentes durante o processo de aquisição/aprendizagem da marcação de GEN.

Assim, no que respeita ao enquadramento teórico, considerou-se, em primeiro lugar, o conceito de *Interlândia* (IL) proposto por Larry Selinker ([1972] 1992) e, em seguida, procedeu-se à descrição das propriedades do sistema de marcação de GEN em português, seguindo atentamente o trabalho de G. Corbett (1991).

2. Pressupostos teóricos

2.1. Interlândia

Diversos investigadores (Corder, 1992; Selinker, 1992) consideraram que o sistema linguístico atualizado pelos aprendentes tardios de uma LNM apresenta características próprias. Segundo estes autores, os ‘erros’⁵⁴ cometidos pelos falantes aprendentes não devem ser considerados fruto do acaso e, conseqüentemente, necessitam de ser analisados, no sentido de comprovarem a existência de um sistema linguístico intermédio, condicionado por regras próprias. A partir deste ponto de vista, Selinker propõe, no artigo seminal *Interlanguage*, publicado em 1972, o conceito de *Interlândia* para designar esse sistema linguístico intermédio, independente e único, com uma organização baseada em regras e princípios (Selinker, 1992), evidenciado pelos aprendentes de uma LNM.

Considera-se que as IL correspondem a sistemas linguísticos, dado que durante a sua construção, os fenômenos desviantes produzidos pelos aprendentes em relação à língua-alvo são, de certo modo, previsíveis.

⁵⁴ Convém salientar que nem todos os erros cometidos pelo falante devem ser objeto de investigação. Segundo Corder (1992) é necessário estabelecer a distinção entre erros não sistemáticos e sistemáticos, sendo que os primeiros – designados como ‘faltas’ – correspondem a lapsos casuais produzidos pelos aprendentes e “no tienen ninguna importancia para el proceso del aprendizaje de la lengua” (1992: 37) e os segundos – referidos como ‘erros’ – designam os desvios recorrentes na produção dos falantes, devendo ser, por isso, analisados. Todavia, Corder sublinha que distinguir as ‘faltas’ de ‘erros’ pode ser uma tarefa muito complicada para o investigador e implica uma análise exaustiva dos dados, concluindo que só o contexto da produção permite indicar a presença de um ‘erro’ (1992: 39).

Tendo em conta este facto, no presente trabalho pretende-se verificar se os desvios produzidos pelos alunos cujas produções constituem o *corpus* analisado permitem identificar o processo de construção da IL, i.e., se é possível inferir diferentes fases do desenvolvimento linguístico do falante com base na correlação entre fenómenos desviantes observados na marcação do GEN nominal e o nível de proficiência/competência linguística dos aprendentes de PLNM.

Em boa verdade, à semelhança do que ocorre na aquisição da língua-materna, os desvios sistemáticos dos falantes serão representativos das diferentes etapas por que os aprendentes passam ao longo da aquisição/aprendizagem de uma LNM, i.e., evidenciam um processo gradual, transicional, reflexo do que Corder (1992) designa por 'built-in-syllabus'. O processo de construção da IL é, então, encarado como um *continuum* que perpassa por distintos estágios de desenvolvimento (Ellis, 2003).

Convém salientar que as IL são sistemas que não correspondem, integralmente, a um conjunto de estruturas desviantes em relação à língua-alvo. Trata-se de sistemas flutuantes, em permanente reestruturação e resultam, essencialmente, do facto de os aprendentes irem colocando hipóteses em relação ao *input* linguístico que vão recebendo (Corder, 1992).

Selinker (1992) identifica vários processos atuantes na construção dos sistemas interlinguísticos. Um desses processos designa-se por transferência de instrução, que se caracteriza por manifestações desviantes em relação à língua-alvo atribuíveis a hábitos ou métodos de ensino (Selinker, 1992: 88). Outro fator corresponde às estratégias de aprendizagem da língua-alvo, observáveis no facto de o aprendente tender à simplificação do material linguístico da L2 (Selinker, 1992: 88) em que evidencia, por exemplo, o não emprego dos artigos, a ausência de marcação do plural ou a omissão de formas verbais⁵⁵.

⁵⁵ Como exemplo de estratégia conducente à simplificação do material linguístico, Selinker (1992: 88) refere que: "(...) los resultados de esta estrategia se manifiestan en la totalidad de los niveles de la sintaxis de la IL de los hablantes del inglés de la India. (...) si el alumno ha adoptado la estrategia de que todos los verbos son o transitivos o intransitivos, puede producir en su IL oraciones como (4) I am feeling thirsty (...); con lo que parece haber adoptado la estrategia de que la realización de la categoría *aspecto* en su forma progresiva aparece sempre con la marca *-ing* en la estructura superficial (...)".

A sobregeneralização das regras da língua-alvo atua, igualmente, na construção das IL e pode ser vista como resultando da estratégia de simplificação da língua-alvo pelos aprendentes. O produto de tais sobregeneralizações verifica-se, sobretudo, nos planos morfológico e morfo-sintático através da regularização dos paradigmas flexionais (Selinker, 1992). Quando o aprendente assume ter atingido, de forma satisfatória, os objetivos comunicativos da língua-alvo, pode considerar que a sua IL está apta a desempenhar as funções comunicativas dessa língua e, nesse caso, tende a ‘estabilizar’ determinadas estruturas, cessando o desenvolvimento da IL (Selinker, 1992).

Outro processo indicado por L. Selinker (1992) corresponde à transferência linguística. De um modo geral, a transferência designa a presença de informação linguística da língua-materna nos enunciados da L2. Embora este fenómeno seja amplamente discutido nos trabalhos desenvolvidos sobre Aquisição de Línguas Segundas⁵⁶, para este estudo não foi possível evidenciar e analisar detalhadamente a presença deste processo na aquisição/aprendizagem da marcação de GEN nominal. Assim, só os processos anteriormente referidos serão considerados durante a apreciação dos resultados.

2.2. O sistema de marcação de género nominal em português

goria com relevância para a classificação dos nomes⁵⁷. O GEN representa, sem dúvida, uma das categorias gramaticais mais singulares, visto que não possui um estatuto universal. Nichols (1999), ao analisar um total de 174 línguas, concluiu que apenas uma pequena parte possuía um sistema de GEN ou outro tipo de classificação nominal. Também Corbett

⁵⁶ Para uma revisão aprofundada do fenómeno de transferência linguística, veja-se Gass, 1996: 317-345.

⁵⁷ Convém salientar que a marcação do GEN pode, nas várias línguas do mundo, afetar diferentes classes de palavras por via da sua necessidade de concordância em GEN com o nome. Em português, por exemplo, a marcação do GEN afeta – além do nome – determinantes, quantificadores, adjetivos e alguns pronomes. Já noutras línguas, o GEN pode ser marcado também em verbos, tal como demonstra o estudo sobre a diversidade linguística de Nichols (1999: 161).

(1991) afirma que, enquanto o GEN é central em algumas línguas, noutras está completamente ausente.

G. Corbett (1991: 2) verifica que o número de categorias de GEN é variável de língua para língua. Para além da oposição masculino/feminino que se encontra, por exemplo, em português e no castelhano, há línguas que admitem o contraste masculino/feminino/neutro, existindo ainda idiomas que introduziram, em função de diferentes critérios, novas subclasses de GEN.

O GEN possui, ainda, um estatuto particular visível pela multiplicidade de critérios que cada língua seleciona e que servem de base à definição da categoria. Segundo a proposta de Corbett (1991), a marcação do GEN de um nome está dependente de dois tipos de informação: o significado do item nominal e a respetiva forma. Tais propriedades (semânticas e formais), que servem de base à definição do conceito de GEN gramatical, só podem ser consideradas numa língua se, nela, espoletarem o fenómeno de concordância sintática. Este facto permite distinguir os sistemas de classes de GEN dos sistemas de classes nominais⁵⁸ que se caracterizam pela presença de partículas morfológicas agregadas ao nome cuja função é a de ‘transportar’ informação relativa ao número (singular/dual/plural/etc.), aos traços semânticos, etc. Além disso, tais classificadores não desencadeiam um processo de concordância. Deste modo, e nas palavras de Hockett (1958: 231), as categorias de GEN “are classes of nouns reflected in the behavior of associated words”.

Defende Corbett (1991), e como se referiu, que a atribuição dos valores de GEN pode depender dos seguintes critérios: por um lado, o critério semântico, em que a marcação do valor de GEN está diretamente associada ao conteúdo referencial do nome e, por outro, o critério formal, dizendo respeito a regras do tipo morfológico e fonológico, associáveis aos valores de GEN. Vejamos em que medida esta proposta se pode aplicar ao sistema de marcação de GEN nominal em português.

⁵⁸ Nas línguas africanas, por exemplo, predomina o sistema de classes nominais que se caracteriza pela presença dos classificadores, i.e., partículas morfológicas (por ex. prefixos) agregadas ao nome e que identificam a classe a que estes pertencem (cf. Payne, 2003: 109).

No que respeita aos critérios semânticos e, no caso dos nomes com referentes sexuados, por oposição aos [-animados], existe, na verdade, uma certa base semântica ‘natural’ na atribuição do GEN aos nomes, tendo em conta as características da entidade designada pelo item nominal. Porém, a distinção entre masculino e feminino que corresponde a uma distinção de *género natural* não deve ser confundida com o conceito de GEN gramatical. O *género natural* corresponde ao sexo das entidades com o traço semântico [+animado], ao passo que o GEN gramatical, além da ocasional correspondência com o dos seres sexuados, representa um sistema de classificação gramatical dos nomes que pode, conforme as línguas, não ter qualquer ligação com o *género natural*. De facto, em português se existem nomes [+animados] de GEN masculino por se referirem a uma entidade do sexo masculino (*professor, homem*) e nomes femininos cujo referente é uma entidade do sexo feminino (*professora, mulher*), também existem nomes cujo valor de GEN não corresponde necessariamente ao sexo dos seus referentes. Há itens nominais [+animados] que não apresentam esta correspondência, como os sobrecomuns, que são sempre ou masculinos ou femininos independentemente do sexo dos referentes (*a pessoa, a vítima, o cônjuge*). Já no alemão, por exemplo, o neutro abrange alguns nomes cujo referente é sexuado (*das Kind* ‘a criança’, *das Fräulein* ‘a menina, não casada’) (Bechara, 1999).

No que aos critérios formais diz respeito, Corbett (1991) indica que estes são constituídos tanto por regras do tipo morfológico – que têm em conta a estrutura mórfica da palavra e compreendem mecanismos como a flexão e a derivação –, como por regras do tipo fonológico. i.e., casos em que a posição da sílaba tónica pode condicionar o valor de GEN (Corbett, 1991: 33).

No caso do português, as regras morfológicas podem condicionar a marcação do GEN dos nomes [-animados]. É comum associar-se ao Índice Temático (IT)⁵⁹ -o o valor de GEN masculino e ao IT -a o valor de GEN

⁵⁹ O Índice Temático (IT) corresponde à vogal átona que surge na fronteira direita do nome e, à semelhança do que ocorre com as vogais temáticas dos verbos, funciona como um meio de classificação dos itens nominais. Em português, os nomes distribuem-se por diferentes classes (temáticas) e podem ser de tema em -o, -a, -e, de tema Ø (quando termi-

feminino. Em boa verdade, se existem nomes em que é possível estabelecer essa correlação (*o livro, a caneta*), casos há em que não se pode estabelecer tal ligação (*o mapa, a rádio* ‘estação’). Acrescente-se ainda a existência de nomes com diferentes terminações e que podem estar associados aos dois valores de GEN (*a ponte / o pente; o corrimão / a mão; o cobertor / a dor*).

Na tentativa de apurar a distribuição relativa dos nomes de GEN masculino e feminino por classe temática, procedeu-se à análise dos índices de frequência dos nomes em português a partir das ocorrências dos lemas recenseados no *corpus* de frequências lexicais do português europeu contemporâneo intitulado *Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo* (CORLEX). No que respeita à correlação nome masculino com IT *-o* e nome feminino com IT *-a*, verificou-se que esta ‘regra’ de marcação de GEN atua em cerca de 60% das ocorrências nominais em português⁶⁰. Assim sendo, poder-se-á esperar que para o aprendente de PLNM este possa ser um critério que auxilie o processo de escolha do do valor de GEN destes itens.

3. Trabalho empírico

3.1. Descrição do *corpus*

Os textos escritos que servem de base empírica a esta investigação foram selecionados a partir de um conjunto alargado de produções que integram o “*Corpus* de Produções Escritas de Aprendentes de PL2” (PEAPL2)⁶¹ (coordenado por Cristina Martins). Procedeu-se a uma análise rigorosa da totalidade das produções escritas disponíveis no *Corpus* PEAPL2, de

nam em consoante) ou atemáticos (quando terminam em vogal tónica). Sobre este assunto, veja-se Villalva, 2003: 921-925.

⁶⁰ Para informação mais detalhada sobre este estudo, veja-se Ferreira, 2011.

⁶¹ Todas as produções que compõem o *corpus* PEAPL2, bem como o perfil dos informantes, estão disponíveis no endereço: <http://www.uc.pt/fluc.rcpl2/>. Para mais informações sobre o método de recolha dos textos, veja-se Martins (2013).

modo a verificar que textos apresentavam desvios em relação à marcação do GEN dentro do grupo nominal. Este processo foi essencial para, numa fase seguinte, se proceder à criação de uma tipologia de desvios. Assim, do conjunto total de 546 textos produzidos por 391 aprendentes de PLNM que, entre maio de 2009 e maio de 2010, frequentaram cursos de PLNM na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), selecionaram-se 323 textos com desvios de marcação de GEN nominal, produzidos por 256 informantes.

O conjunto de informantes é muito diversificado⁶². Trata-se, sobretudo, de aprendentes tardios, com diferentes línguas maternas e que se distribuem por diversos cursos de PLNM da FLUC, que correspondem a diferentes níveis de proficiência. Deste modo, foi possível estabelecer a correspondência entre o nível de cada turma e os níveis do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL)*⁶³. A determinação dos diferentes níveis de proficiência linguística foi muito importante, dado que é sobre esta variável que os dados deste estudo foram analisados. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos informantes por nível de proficiência linguística.

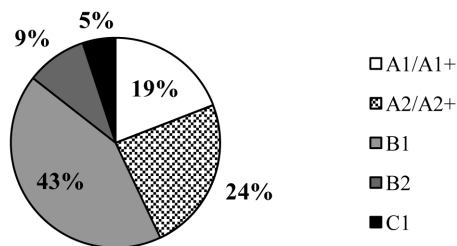


Gráfico 1 – Distribuição dos informantes por nível comum de referência do QECRL

⁶² Para uma consulta detalhada do perfil dos informantes deste estudo, veja-se Ferreira (2011: 46-50).

⁶³ De modo a avaliar em qual dos níveis de proficiência em PLNM se encontravam e em que turma/nível se ajustariam melhor, os aprendentes que frequentavam o *Curso Anual* e o *Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros* deveriam responder a um teste diagnóstico de português. No caso específico dos alunos *Erasmus*, estes eram integrados nas turmas de acordo com o nível de aprendizagem formal do português que frequentavam nos seus países de origem. Todavia, convém salientar que não foi possível garantir que todos os alunos ficassem inseridos nas turmas mais adequadas ao seu nível de proficiência.

Como se pode constatar, os informantes distribuem-se pelos seguintes níveis QECRL: os níveis elementares (A1 e A2); os níveis intermédios (B1 e B2) e o nível proficiente (C1), sendo o nível B1 o mais representativo, com cerca de 43% dos informantes.

3.2. Tipologia de desvios

Como se explicou para a seleção dos textos do *corpus* que serviram de base à investigação, foram consideradas todas as estruturas com desvios quanto à marcação de GEN em português dentro do grupo nominal, na medida em que serão reveladoras dos valores de GEN atribuídos aos nomes pelos aprendentes de PLNM. Do *corpus* em estudo apurou-se um conjunto total de 689 desvios (cf. Quadro 1) e, em seguida, procedeu-se à criação de uma tipologia dos casos desviantes, de modo a verificar quais os tipos de nomes mais afetados. Esta tipologia baseia-se nas características da estrutura do GEN do português, língua-alvo, que foram consideradas no ponto 2.2 deste trabalho.

Desta forma, registaram-se os desvios de atribuição do valor de GEN nominal observáveis quer através da forma morfológica do nome, quer através das demais palavras que com este deverão concordar em GEN, coocorrendo no grupo nominal: determinantes, quantificadores e adjetivos. Para a organização dos dados, criaram-se cinco códigos representativos de cinco categorias de desvio de marcação de GEN nominal.

Assim, o código:

- (1) identifica os desvios relativos a nomes [+ animados] (*o menino, a menina*), em que o valor de GEN coincide com o sexo do referente;
- (2) identifica os desvios relativos a nomes com referentes extralinguísticos [- animados] cujo GEN seria corretamente dedutível a partir do IT: se IT *-o*, o nome é masculino (*o barco, o mercado*); se IT *-a*, o nome é feminino (*a lua, a casa*);
- (3) identifica os desvios relativos a nomes com referentes extralinguísticos [- animados] cujo GEN não é dedutível a partir do IT: se

IT é *-o*, o nome é feminino (*a tribo, a foto*); se o IT é *-a*, o nome é masculino (*o mapa, o dia*);

- (4) identifica os desvios relativos a nomes com referentes sexuados cujo valor de GEN não coincide, necessariamente, com o sexo do referente (*a pessoa, a criança; o cônjuge*);
- (5) identifica os desvios relativos a nomes com referentes [- animados] cujo GEN somente é inferível a partir de marcadores sintáticos (determinantes, adjetivos, etc.). É o caso dos nomes de tema em *-e* e dos atemáticos (*o pente, a ponte; o camião, a mão*).

Em cada categoria existem quatro subcategorias que distinguem os diferentes constituintes do grupo nominal nos quais se evidencia(m) a(s) marca(s) do desvio: [a] o desvio é marcado na forma morfológica do nome; [b] o desvio ocorre no determinante; [c] o desvio ocorre no adjetivo; e [d] o desvio ocorre no quantificador. No Quadro seguinte apresentam-se alguns exemplos de desvio extraídos do *corpus*, organizados por categoria e subcategoria⁶⁴:

Categoria de desvio	Subcategoria de desvio	Exemplos
1	1a	“ <i>Os alemães</i> chegam (frequentemente) em ponto (...)” [UC. ER.LPIII.A.12.09.74.50.2L] ¹
	1b	“Outras pessoas e <i>meus amigas</i> falam a mim.” [UC. CA.E.B.11.09.07.1.1A]
	1c	“Tenho um <i>irmã</i> mais <i>novo</i> ” [UC.CA.E.A.12.09.04.1.1A]
	1d	“Tenho <i>um irmã</i> mais novo” [UC.CA.E.A.12.09.04.1.1A]
2	2a	“Um outro <i>coiso</i> que eu costumo fazer no meu tempo livre é a de cozinha.” [UC. ER.LPIII.F.06.09.09.33.1J]
	2b	“Ele sabe algum palavras <i>no meu língua</i> .” [UC. CA.E.A.12.09.07.1.1A]
	2c	“Agora estou a estudar <i>Língua português</i> em Coimbra.” [UC. CA.E.A.12.09.01.1.1A]
	2d	“Agora em Natal volto para casa <i>dois semanas</i> (...)” [UC. ER.LPII.A.12.09.08.1.1A]

⁶⁴ Todos os exemplos que foram objeto de análise podem ser consultados em Ferreira (2011: volume II, Anexo III).

3	3a	Não há casos deste tipo.
	3b	“Acho que <i>esta dia</i> foram mais que mil pessoas!” [UC.ER.LPIII.F.06.09.11.33.1J]
	3c	“Quando <prec> preciso de um <i>dia calma</i> (...)” [UC.ER.LPIII.F.06.09.28.33.1J]
	3d	“Há <i>muitas</i> (...) <i>cinemas</i> (...)”. [UC.CA.S.A.12.09.16.69.3Q]
4	4a	“A cidade (...) não é cheia de <i>turistas</i> (...)” [UC.ER.LPIV.A.06.09.39.69.3Q]
	4b	“Mas houve <i>uns pessoas</i> (...)” [UC.CA.E.A.04.10.01.77.3T]
	4c	“ <i>Português pessoas</i> são muito simpáticos” [UC.CA.E.A.05.09.1.33.1J]
	4d	“ <i>Alguns pessoas</i> dizem viagem (...)” [UC.CA.E.B.11.09.08.75.3S]
5	5a	“Agora as minhas <i>examas</i> (...)” [UC.ER.LPI.A.05.10.10.6.1B]
	5b	“Quando eu tenho <i>o possibilidade</i> (...)” [UC.ER.LPIII.F.06.09.12.33.1J]
	5c	“São <i>materiais muito diversas</i> (...)” [UC.CA.S.A.05.09.07.6.1B]
	5d	“Tenho <i>muito saudade</i> para ti!” [UC.ER.LPI.A.05.10.31.6.1B]

Quadro 1 – Tipologia de desvios

Definidas as características da tipologia de desvios de marcação de GEN nominal, apresentam-se, no próximo ponto deste trabalho, os resultados da análise dos dados apurados, tendo em conta as categorias e subcategorias de desvios criadas para esta investigação e dando particular relevo à distribuição dos desvios por nível de proficiência dos aprendentes. Pretende-se, assim, extrair conclusões sobre o desenvolvimento das respetivas interlínguas, bem como identificar que características formais e semânticas dos nomes suscitam maiores dificuldades na aquisição/aprendizagem da marcação do GEN.

3.3. Tratamento e análise dos dados

Num primeiro momento de quantificação dos resultados, verificou-se a frequência dos casos desviantes em função dos níveis comuns de referência do QECRL representados pelos aprendentes que produziram os dados do *corpus*. Deste modo, a partir da totalidade dos nomes produzidos pelo conjunto dos aprendentes de um dado nível (Quadro 2), procedeu-se ao cálculo da respetiva percentagem de desvios (Gráfico 2), de modo a tornar possível a confrontação dos dados em função desta variável.

Nível do QECRL	# Nomes por nível	# Desvios
A1/A1+	2.432	159
A2/A2+	2.443	166
B1	8.425	293
B2	1.589	45
C1	879	26
TOTAL	15.768	689

Quadro 2 – Frequência de desvios produzidos por nível

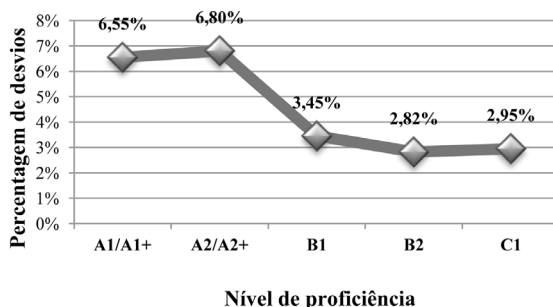


Gráfico 2 – Percentagem de desvios em função dos nomes produzidos por nível de proficiência em PL2

Como se pode observar a partir do Gráfico, os níveis elementares apresentam maior percentagem de desvios. Na passagem para os níveis intermédios (B1 e B2) e superior (C1), a percentagem de comportamentos desviantes diminui de forma considerável, o que demonstra que nestes níveis os aprendentes conseguem, em larga medida, contornar as dificuldades que a marcação desta categoria gramatical lhes apresenta. Além disso, observa-se um certo efeito *plateau* a partir do nível B1, revelando-se um padrão de estabilização dos comportamentos desviantes, pelo menos em termos quantitativos.

Tendo em conta estes resultados, apresenta-se em seguida a análise detalhada dos desvios produzidos por nível do QECRL representado neste *corpus*, em função das cinco categorias e subcategorias de desvios da tipologia criada (cf. secção 3.2).

No Gráfico 3 regista-se a percentagem de desvios por categoria calculada em função do número total de desvios registados em cada nível de proficiência representado neste estudo (cf. Quadro 2).

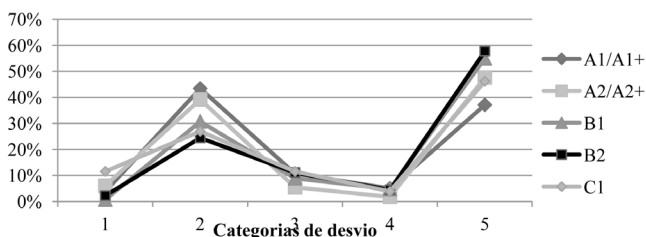


Gráfico 3 – Percentagem total de categorias de desvios produzidos por nível de proficiência dos aprendentes

Mediante a leitura do Gráfico, constata-se que uma das categorias de desvio menos afetadas é a Categoria (1). Trata-se de desvios relativos a nomes [-animados] cujo valor de GEN corresponde ao sexo do seu referente. Assim, poder-se-á admitir que, durante a aquisição/aprendizagem da marcação de GEN os aprendentes de PLNM reconhecem mais facilmente os valores de GEN dos nomes cuja distinção masculino/feminino corresponda a uma diferença de sexo, do tipo *menino/menina*.

Pelo contrário, a categoria de desvio mais afetada em todos os níveis é a Categoria (5), i.e., os desvios relativos a nomes [-animados] cujo valor de GEN somente é visível a partir de marcadores sintáticos. Uma vez que os valores de GEN destes nomes não são visíveis a partir de um conjunto de critérios que permita aos aprendentes de PLNM estabelecer corretamente o seu valor de GEN, a percentagem de desvios em todos os níveis é, como seria de esperar, consideravelmente alta.

A segunda categoria de desvio mais afetada é a categoria 2 que representa os desvios relativos a nomes [-animados], cujo valor de GEN seria corretamente dedutível a partir do IT. Tal resultado é bastante surpreendente e, para justificar estes valores, várias hipóteses podem ser equacionadas.

Em primeiro lugar, estes dados parecem indiciar que muitos aprendentes não incorporaram, de modo satisfatório, algumas pistas formais de marcação de GEN, não sendo cabalmente capazes de estabelecer, à medida que produzem estes itens nominais, a correspondência entre os valores de GEN e respetivos IT. Porém, deve equacionar-se que o aluno pode saber as regras de atribuição do valor de GEN aplicáveis em portu-

guês, mas como não reconhece o GEN de determinado nome, é provável que lhe atribua um IT errado ou marque mal o constituinte dentro do grupo nominal (quantificador, determinante ou adjetivo). Em suma, o aluno pode saber a regra de marcação de GEN, mas não conhece o valor de GEN associado a estes nomes.

Outra hipótese explicativa pode estar correlacionada com o facto de os aprendentes apresentarem uma certa ‘desconfiança’ face aos indícios morfológicos, como o IT, para atribuir corretamente os valores de GEN aos nomes. De facto, e como se viu a partir do estudo da base de dados da CORLEX referido na secção 2.2, embora este tipo de nomes seja muito frequente no *input* dos aprendentes (em cerca de 60% das frequências nominais do português), pode não ser, todavia, suficiente para os alunos confiarem plenamente nestas pistas de atribuição de GEN.

Tendo todas estas hipóteses em conta, o avultado número de desvios nesta categoria representa um resultado muito interessante, indiciando que o GEN se aprenderá como uma propriedade intrínseca do nome, assimilado item a item.

No que concerne às subcategorias de desvio, observe-se o Gráfico 4 com os valores percentuais calculados em função do total de desvios produzido por nível de proficiência em PLNM (cf. Quadro 2).

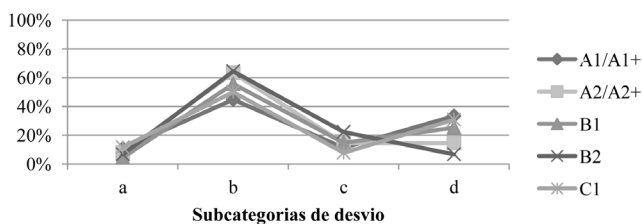


Gráfico 4 – Percentagem total das subcategorias de desvio produzidas por nível de proficiência

Da análise do Gráfico, observa-se que uma das subcategorias menos afetada é a subcategoria [c] que diz respeito aos desvios marcados nos adjetivos.

Em contrapartida, as subcategorias de desvio mais afetadas são as subcategorias [b] e [d] que correspondem, respetivamente, aos desvios de

marcação de GEN no determinante e no quantificador. Trata-se de classes gramaticais que, provavelmente terão, no entender do aprendente, pouco valor do ponto de vista comunicativo, pois este acaba por constatar que, mesmo ‘ignorando’ estas marcas, consegue atingir os seus objetivos comunicativos. Com efeito, e como se assinalou na secção 2.1, durante a construção da IL, os aprendentes tendem a simplificar o material linguístico da língua-alvo optando, assim, por ‘dispensar’ estas classes.

4. Considerações finais

As correlações estabelecidas entre tipos de desvios, marcas de GEN e nível de proficiência permitem concluir que em todos os níveis de proficiência em PLN analisados se registam desvios de marcação de GEN. Embora os índices de desvio sejam menores nos níveis de proficiência mais elevados, a verdade é que os desvios de atribuição de GEN nunca chegam a ser erradicados, ou seja, dificilmente os aprendentes conseguem, de modo pleno, atribuir corretamente os valores de GEN aos nomes.

Quanto ao tipo de nome mais afetado, pôde constatar-se que os itens cuja marcação de GEN não depende de critérios de natureza quer semântica quer formal suscitam maiores dificuldades aos aprendentes, registando-se igualmente uma grande percentagem de desvios relacionados com itens nominais [-animados] em que o valor de GEN é inferível a partir do seu IT. Estes resultados sugerem, assim, uma certa ‘desconfiança’ do aprendente em relação à fiabilidade do IT como marcador de GEN.

Por fim, o avultado número de casos de atribuição de GEN nominal desviantes parece sugerir que, no processo de aquisição/aprendizagem, a assimilação do valor de GEN de um nome é progressiva e relativamente lenta.

Referências bibliográficas

- Bechara, Evanildo (1999): *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
Corbett, Greville G. (1991): *Gender*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Corder, S.P. (1992): *La importancia de los errores del que aprende una lengua segunda*. In: Licerias, J.M., *La Adquisición de las lenguas extranjeras: hacia un modelo de análisis de la interlengua*, Madrid: Visor, 31-40.
- Ellis, Rod (2003): *Second Language Acquisition* (9ª edição), Oxford: Oxford University Press.
- Ferreira, Tânia Santos (2011): *Padrões na aquisição/aprendizagem da marcação do género nominal em português como L2*. Dissertação de mestrado em Português Língua Estrangeira/Língua Segunda, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Gass, S. (1996): *Second Language Acquisition and Linguistic Theory: the Role of Language Transfer*. In: Bhatia, Tej. K. & Ritchie, William C. (Eds.), *The Handbook of Second Language Acquisition*, San Diego, California: Academic Press, 317-345.
- Hockett, Charles F. (1958): *A Course in modern linguistics*, New York: The Macmillan Company.
- Martins, Cristina (2013): *O Corpus de Produções Escritas de Aprendentes de PL2 (PEAPL2/CELGA). Caracterização e desenvolvimento de uma infraestrutura de investigação*. In: Flores, Cristina (Ed.). *Português Língua Não Materna: Investigação e ensino*, Lisboa: Lidel, 70-80.
- Nichols, J. (1999): *Linguistic Diversity in Space and Time*, Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Payne, Thomas E. (2003): *Describing morphosyntax: a guide for field linguistics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Selinker, L. (1992): *La Interlengua*. In: Licerias, J.M., *La Adquisición de las lenguas extranjeras: hacia un modelo de análisis de la interlengua*, Madrid: Visor, 79-101.
- Villalva, Alina (2003): *Estrutura mórfica básica*. In: Mateus, Maria H. M., et. *alli*, *Gramática da língua portuguesa* (5ª edição revista e aumentada), Lisboa: Caminho, 919-931.

SECÇÃO 3

CONTACTO

(Página deixada propositadamente em branco)

COORDENAÇÃO COMITATIVA NO CABOVERDIANO⁶⁵

José António Brito

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

zeantoniobrito@botmail.com

1. Introdução

A coordenação comitativa é atestada em diversas línguas do mundo, particularmente nas línguas eslavas, em línguas românicas como o francês, o espanhol e o português⁶⁶.

Nas referidas línguas, caracteriza-se pela possibilidade de um DP (*Determiner Phrase*) singular se combinar com outro DP por intermédio de um conector tipicamente comitativo para formar um constituinte que, em línguas como o Português Europeu (PE), com marcas de concordância verbal, é um DP composto sintática e semanticamente plural.

Segundo Colaço (2005: 87), “O facto de conduzir à formação de DPs plurais está na base da ideia de que a construção comitativa em causa partilha as propriedades gerais da coordenação, sendo-lhe, em diversos estudos, atribuída a designação de *coordenação comitativa*”.

⁶⁵ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da tese de Mestrado realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (processo n.º 950019).

A deslocação para participar no 2.º encontro do CELGA foi financiada pelo grupo ANA-GRAMA, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

⁶⁶ Para as línguas eslavas, ver Ladusaw (1989), McNally (1993), Vassilieva / Larson (2005), Skrabalova (2003), etc. Para o Espanhol, ver Camacho (1996, 1999, 2000); para o Português Europeu, ver Colaço (2005).

Essa partilha de propriedades gerais entre constituintes comitativos e constituintes coordenados varia consoante as línguas, indo de línguas cujo conector coordenativo com valor copulativo utilizado para a coordenação de DPs é o marcador comitativo, como é o caso do Japonês, a línguas como as eslavas (o Russo, o Polaco e o Checo) que, não obstante terem um conector coordenativo copulativo, possuem a chamada coordenação comitativa que, apesar de mais restrita, é muito semelhante à coordenação copulativa, passando por línguas onde a coordenação comitativa é fortemente restringida (Colaço, 2005), como é o caso do Espanhol (Camacho, 1999) e do Português, ou então dependente das propriedades sintáticas e semânticas do verbo, como é o caso do Francês, e também do Português.

Observando os dados do Caboverdiano, constata-se que existem, nesta língua, construções sintáticas com todas as propriedades que usualmente se atribuem à coordenação comitativa, com a particularidade porém, de não se restringir à combinação de DPs, e se estender a constituintes de natureza lexical e sintagmática, com exceção de VP (*Verb Phrase*) e de constituintes de natureza frásica, como teremos a oportunidade de confirmar no decurso deste trabalho. Além do Caboverdiano, noutras línguas também é possível a conjunção comitativa coordenar categorias distintas de DP. Haspelmath (2004: 19) refere esse facto e ilustra-o com as designadas “WITH-LANGUAGES”, como Iraqw, Fongbe, Haitian, Hawsa, Vafsi, Sgaw Karen, Riau, Indonesian, Nêlêmwa e muitas outras línguas da Oceânia⁶⁷.

Neste trabalho, analisaremos os dados do Caboverdiano, com vista a descrever os contextos em que ocorre o conector comitativo com valor conjuncional, bem como o seu comportamento quando comparado com a conjunção coordenativa copulativa.

⁶⁷ “(...) many of the world's languages use the same marker for expressing conjunctive ('A and B') and comitative ('A with B') relations (he calls these languages "WITH-languages"). Quite a few of the languages discussed in this volume are WITH-languages in Stassen's sense: Iraqw, Fongbe, Haitian, Hausa, Vafsi, Sgaw Karen, Riau Indonesian, Nêlêmwa and most other Oceanic languages”.

2. Aspectos que permitem distinguir o uso conjuncional do uso preposicional da partícula comitativa em diversas línguas e em especial em Português Europeu

Atendendo a que a coordenação comitativa é estabelecida pela presença do conector comitativo que, dependendo do contexto, pode manifestar tanto um comportamento conjuncional como um comportamento preposicional, diversos autores apresentam um conjunto de propriedades que opõem os constituintes que integram uma partícula comitativa com valor conjuncional àqueles em que ocorre uma preposição com valor comitativo. Essas propriedades, além de caracterizarem os comitativos coordenados, são utilizadas como elementos de aproximação entre a coordenação comitativa e a coordenação copulativa canónica. De entre esses aspectos, destacam-se a pluralidade do constituinte resultante, a ligação a anáforas plurais, o controlo das orações não finitas, a obrigatoriedade de adjacência dos termos coordenados, a compatibilidade com o verbo, a obediência à condição da estrutura coordenada⁶⁸, propriedades essas que podem ser conferidas no ponto seguinte para o Caboverdiano.

De momento, uma vez que a partícula comitativa *ku* teve aparentemente a sua origem na partícula correspondente em Português Europeu *com*, passamos em revista as propriedades mais relevantes para o Caboverdiano, nomeadamente as do comitativo em PE, designadamente nos aspectos sintáticos e semânticos que a distinguem da construção preposicionada com valor comitativo nessa língua.

Colaço (2005: 89) afirma que, não obstante dispor de uma unidade linguística própria para realizar a coordenação copulativa, o PE permite uma construção em que o comitativo *com* adquire um valor conjuntivo.

Analisando a distribuição sintática do conector aditivo-comitativo, a autora em apreço afirma que

Em frases com os verbos simétricos, é possível a ocorrência de um PP complemento iniciado pela preposição *com*, caracterizando-se as frases em que esta construção está presente pelo facto de serem

⁶⁸ Para mais detalhes sobre este assunto, conferir Colaço (2005).

semanticamente equivalentes a frases em que os DPs envolvidos ocorrem, em posição de sujeito, unidos pela conjunção copulativa.

Admite ainda que “a mesma possibilidade se verifica relativamente a alguns verbos psicológicos”, como por exemplo *zangar-se* e *irritar-se*. Subjacente à ideia do uso do conector com valor aditivo ou conjuntivo está, segundo a autora, “a impossibilidade da sua substituição por uma expressão de valor comitativo”, aliada à “possibilidade de comutação com a conjunção coordenativa copulativa”, em construções com os verbos referidos.

Segundo a mesma autora, “a ocorrência de um constituinte iniciado por *com* é também possível em construções com outros verbos, nas quais participa como um constituinte adjunto de natureza preposicional” (Colaço, 2005: 113). Resumidamente, apresenta os seguintes aspetos sintáticos e semânticos que distinguem a coordenação comitativa da construção preposicionada com valor comitativo:

- O conector aditivo-comitativo *com* só coordena DPs.
Ex.: [O ouro *com* a prata] combinam-se facilmente.
- A coordenação comitativa só ocorre em posição argumental (nunca como adjunto): na posição de sujeito, preferencialmente, mas também na posição de objeto de alguns verbos (que pode ser substituído por um pronome).
Ex.: Fundiram [o ouro *com* a prata] para fazer um anel.
Fundiram-[nos] para fazer o anel.
- A presença do conector comitativo unindo dois DPs forma uma unidade sintática e semanticamente plural.
Ex.: [O Pedro *com* a Ana] formam um par perfeito.
- A coordenação comitativa requer adjacência dos constituintes articulados.
- A coordenação comitativa só ocorre com predicados de determinada classe (verbos simétricos e psicológicos com valor de reciprocidade entre os argumentos, *ser* copulativo, verbos leves + predicado que caracterize uma entidade conjunta resultante).

Concluindo, Colaço assegura que: (i) apenas nos contextos em que ocorre no interior de um complemento verbal o conector comitativo pode manifestar um comportamento conjuncional, exibindo um valor aditivo ou conjuntivo e não puramente comitativo; (ii) quando ocorre no interior de um constituinte adjunto, o conector em questão apresenta um valor comitativo.

3. Coordenação comitativa no Caboverdiano

Após passarmos em revista as principais propriedades da coordenação comitativa em diversas línguas, com destaque para aspetos marcantes dessa construção em PE, passamos, de seguida, a abordar esta matéria no Caboverdiano, variante de Santiago.

Na língua Caboverdiana (doravante CV), variante de Santiago, a partícula *ku* ('com'), dependendo do contexto, afigura-se ora como conjunção coordenativa, ora como preposição.

Colaço (2005: 89) afirma, para o PE, que “apesar de [...] o uso conjuncional da partícula *com* estar atestado em diversas gramáticas, em nenhuma delas, porém, se propõe a sua inclusão no elenco das conjunções coordenativas.” Esta afirmação, todavia, não encontra eco no CV, visto que a lista das designadas “conjunções” apresentada por Veiga (1995: 310-11; 2002: 139) e Baptista (2002) contém este conector.

3.1. Adjuntos Comitativos e Coordenação Comitativa no Caboverdiano

Consideremos a seguinte frase:

(1) *Djon ku Maria bai Somada y es ben ku pexi.*

João com Maria ir Assomada e eles vir com peixe

‘O João e a Maria foram à Assomada e vieram com peixe.’

A análise de (1) permite-nos perceber que, em matéria de coordenação, a frase dispõe de mais do que uma unidade linguística para realizar a coordenação aditiva (*ku* ‘com’ e *y* ‘e’). Com efeito, traduzindo-a para o PE, curiosamente, ambos os conectores coordenativos (*ku* e *y*) são realizados pela conjunção coordenativa copulativa ‘e’. Entretanto, não obstante essa coexistência, esses conectores não têm exatamente a mesma distribuição, como veremos mais à frente.

Na frase *Djon ku Maria bai Somada y es ben ku pexi*, a partícula *ku* manifesta, em função do contexto, ora comportamento conjuncional, ora comportamento preposicional. Na verdade, em *Djon ku Maria*, a partícula *ku* tem um valor aditivo e, por conseguinte, um comportamento conjuncional, equivalente ao da conjunção coordenativa copulativa ‘e’. Por seu turno, em *es ben ku pexi*, a partícula *ku* é uma preposição, equivalente a ‘com’.

Não obstante o uso da mesma unidade linguística *ku* para exprimir as relações conjuncional e preposicional, no CV, na variante em estudo, existe a conjunção coordenativa copulativa *y* que, em contextos específicos, como veremos mais adiante, também estabelece a relação de coordenação. Salienta-se o facto de a relação preposicional comitativa ser exclusivamente estabelecida por *ku*. Esta circunstância indicia que provavelmente as duas partículas *ku*, preposicional e conjuncional, terão tido a mesma origem, mas actualmente apresentam propriedades que as distanciam. Com efeito, em *Djon ku Maria*, *ku* veicula a ideia de adição, e o resultado é equivalente a situações em que os DPs envolvidos ocorrem em posição de sujeito, agregados pela conjunção coordenativa copulativa, denotando a inclusão conjunta de duas entidades numa entidade, enquanto em *es ben ku pexi*, ocorre uma preposição comitativa *ku* num constituinte adjunto. A natureza preposicional desse conector pode ser atestada pela possibilidade de substituição de *ku* por *sen*, ilustrada na frase seguinte:

- (2) *Es ben sen pexi.*
Eles vir sem peixe
‘Eles vieram sem peixe.’

3.2. Obediência da coordenação comitativa no Caboverdiano às propriedades caracterizadoras da coordenação comitativa

A coordenação comitativa caracteriza-se por um conjunto de propriedades: a pluralidade do constituinte resultante, a ligação de anáforas plurais, o controlo das orações não finitas, a obrigatoriedade de adjacência dos termos coordenados, a compatibilidade com o verbo, a obediência à condição da estrutura coordenada. Nesta secção, veremos como elas se manifestam no CV, considerando os casos prototipicamente referidos na literatura.

(a) Pluralidade do constituinte resultante

Colaço (2005: 96) afirma que, numa estrutura de coordenação em que ocorre a partícula comitativa com valor conjuncional, o constituinte nominal coordenado resultante é plural, à semelhança do que acontece com a estrutura de coordenação copulativa.

A pluralidade da forma verbal, que decorre da presença de sujeito com uma estrutura coordenada, é utilizada para diferenciar o uso conjuncional do uso preposicional do conector comitativo *com*, uma vez que este último não conduz à pluralidade da forma verbal.

No CV não há marcas de concordância sujeito-verbo, uma vez que os verbos não têm flexão de pessoa ou número e só admitem, restritamente, marcas de TMA (tempo, modo e aspeto). No entanto, se se recorrer a testes de constituência, como a substituição por pronome pessoal ou a retoma anafórica, conclui-se que, efetivamente, a ocorrência de uma partícula comitativa com valor conjuncional conduz à pluralidade do constituinte que a integra, como confirmam os exemplos (3), (4) e (5):

- (3)a. [...] bu pai ku bu mai resebe-u [...]
teu pai com tua mãe receber tu
'O teu pai e a tua mãe receberam-te.'

(3)a'. [...] [bu pai ku bu mai] resebe-u [...]

Teu pai com tua mãe receber tu

‘O teu pai e a tua mãe receberam-te.’

(4)a. [...] [Es] resebe-u [...]

Eles receber tu

‘Eles receberam-te.’

(4)a'. [...] *E recebe-u.

Ele receber tu

*‘Ele receberam-te.’

Substituindo [*bu pai ku bu mai*] por um pronome pessoal – cf. (4) –, o único resultado aceite é *es* (‘eles’), ou seja, a terceira pessoa do plural, como mostram os seguintes exemplos:

O contraste entre os exemplos (4 a.) e (4 a’) confirma que o sujeito [*bu pai ku bu mai*] é um DP plural resultante de uma estrutura de coordenação estabelecida pela partícula comitativa *ku* com valor conjuncional.

Na linha do teste de substituição (por um pronome), o teste de retoma anafórica em estruturas de coordenação também confirma que apenas *es* (‘eles’), terceira pessoa do plural, pode ser retomado como correferente do sujeito [*bu pai ku bu mai*] (cf. (5 a.) e (5 b.)).

(5)a. [...] [*bu pai ku bu mai*]_i resebe-u, mas [*es*]_i txora.

Teu pai com tua mãe receber tu mas eles chorar

‘O teu pai e a tua mãe receberam-te, mas choraram.’

(5)b * [...] [*bu pai ku bu mai*]_i recebe-u, mas [*e*]_i txora.

Teu pai com tua mãe receber tu mas ele/ela chorar

*‘O teu pai e a tua mãe receberam-te, mas ele/ela chorou.’

O teste de constituência permite averiguar que o constituinte [*bu pai ku bu mai*] veicula, efetivamente, a noção de pluralidade, verificável a partir do recurso à terceira pessoa do plural *es* ('eles') para o substituir (cf. (5 a.)), e da agramaticalidade da sua substituição por *e* ('ele'), terceira pessoa do singular (cf. (5 b.)).

Por razões já referidas, o DP [*bu pai ku bu mai*], apesar de semântica e sintaticamente plural, não desencadeia a concordância verbal, não obstante estar na posição do sujeito.

(b) Ligação a anáforas plurais

Os exemplos (6) permitem confirmar que, no CV, a presença de uma partícula comitativa com valor conjuncional numa estrutura coordenada possibilita, ao DP que a integra, o controlo de anáforas plurais.

(6)a. [*Ana ku Maria*]_i *odja* [*ses kabesa*]_i *na spedju*.
Ana com Maria olhar suas cabeça na espelho
'A Ana e a Maria viram-se no espelho.'

(6)b. * [*Ana ku Maria*] *odja* [*si kabesa*]_i *na spedju*.
Ana com Maria olhar sua cabeça na espelho
'*A Ana e a Maria viu-se no espelho.'

Em (6)a., a anáfora *ses kabesa* (correspondente ao *se* reflexo no PE) toma obrigatoriamente o DP *Ana ku Maria* como antecedente, ou seja, obedece ao Princípio A da Teoria da Ligação. Em (6)b., no entanto, o reflexo *si kabesa* (no singular) não pode ter como antecedente o DP *Ana ku Maria* visto que não veicula a ideia de pluralidade contida nesse DP.

(c) Teste Controlo de sujeito de orações encaixadas não finitas

O teste de controlo de sujeito de orações encaixadas não finitas prova que a partícula comitativa tem um comportamento conjuncional e não de preposição com valor comitativo e que a conjunção comitativa tem um valor aditivo, como elucida o exemplo seguinte:

- (7) *Djon ku Maria kre / tenta / prumete PRO ruspetu kunpanheru*
João com Maria querer / tentar / prometer respeitar companheiro
'O João e a Maria querem / tentam / prometem respeitar-se.'

Em (7), só temos *kunpanheru* (correspondente ao 'se' recíproco em português) na posição de objeto da oração encaixada se o sujeito da oração matriz, que controla o sujeito da encaixada não finita, for complexo. Isto prova que a partícula comitativa tem um comportamento conjuncional e não de preposição com valor comitativo.

(d) Obrigatoriedade de adjacência dos termos coordenados

Colaço (2005) afirma que o constituinte antecedido da partícula comitativa com valor conjuncional ocorre obrigatoriamente em adjacência ao DP com o qual está relacionado. No Caboverdiano verifica-se esta propriedade, como provam os exemplos (8 a.) e (8 b.):

- (8)a. [DP [DP Ana] ku [DP Maria]] kunpra pexi.
Ana com Maria comprar peixe
'A Ana e a Maria compraram peixe'.
- b. *[Ana] kunpra pexi [ku Maria]
Ana comprar peixe com Maria *'A Ana comprou peixe com Maria'

O conector *ku* tem estatuto de um clítico que 'proclisa' o termo coordenado que o segue. Haspelmath (2004: 6) afirma que em alguns

idiomas o conector coordenativo é fonologicamente dependente de um dos termos coordenados⁶⁹.

A não adjacência ao DP com o qual está relacionado implica uma leitura não grupal e, no exemplo em análise, conduz a uma frase mal formada.

O contraste ente (8 a.) e (8 b.) confirma a propriedade supramencionada. Com efeito, a violação da obrigatoriedade da adjacência resultou na agramaticalidade de (8 b.).

(e) Compatibilidade com o verbo

Em diversas línguas, a estrutura de coordenação é descrita como independente das propriedades do verbo, diferentemente do que acontece em PE. No CV, como evidenciam os exemplos (9), a estrutura de coordenação que envolve a partícula comitativa não depende das propriedades do verbo:

(9)a [Ana **ku** Lita]_{EXPERIENCIADOR} sabe [kriolu]_{TEMA}].
Ana com Lita saber crioulo
'A Ana e a Lita sabem crioulo.'

b. [Ana **ku** Lita] staba duenti
Ana com Lita estar doente
'A Ana e a Lita estavam doentes.'

Como se deduz da análise dos exemplos apresentados, nem (9 a.) nem (9 b.) apresentam verbos que pressupõem agentividade⁷⁰. Em (9 a.), *sabe* ('saber') é um verbo epistémico de dois lugares, com um Experienciador e um Tema; em (9 b.), temos um verbo copulativo, razão por que enquadrámos o CV no grupo de línguas em que a estrutura de coordenação

⁶⁹ Texto original: "In some languages, the coordinator is clearly phonologically attached to one of the coordinands, either as a proclitic or as an enclitic (...)".

⁷⁰ O constituinte comitativo adjunto não pode ocorrer com verbos que não pressupõem agentividade.

envolvendo a partícula comitativa não depende das propriedades semânticas dos verbos.

(f) *Obediência à Condição da Estrutura Coordenada*

Ross (1967: 89) propôs, na sua tese, a restrição designada *Coordinate Structure Constraint* [Condição de Estrutura Coordenada (CEC)], que proíbe o movimento de qualquer constituinte para fora do sintagma coordenado: “In coordinate structure, no conjunct may be moved, nor may any element contained in a conjunct be moved out of that conjunct.”

No CV, como elucidam os exemplos (10 a.) e (10 b.), o desrespeito por essa condição produz agramaticalidade:

(10)a. [Ana ku Maria] odja ses kabesa na spedju.

Ana com Maria olhar suas cabeça na espelho

‘A Ana e a Maria viram-se no espelho.’

6. *Ku Maria, Ana odja ses kabesa na spedju.

Com Maria Ana olhar suas cabeças na espelho

*‘Com a Maria, a Ana viram-se no espelho.’

O exemplo (10 a.) obedece à referida CEC e o resultado é uma frase bem formada. Em (10 b.), o segundo termo coordenado foi deslocado para o início da frase, violando a CEC, originando uma frase agramatical.

Em síntese, a submissão da partícula comitativa *ku* ao teste de verificação das propriedades caracterizadoras da coordenação comitativa permitiu-nos confirmar que o *ku* CV é efetivamente uma conjunção comitativa, visto que responde positivamente a esse teste, confirmando a sua aproximação à conjunção coordenativa copulativa *y* ‘e’.

4. *Coordenação comitativa versus coordenação copulativa canónica no PE e em CV*

A coordenação comitativa partilha as propriedades gerais da coordenação. Apesar das semelhanças entre as estruturas resultantes do uso conjuntivo do conector comitativo e as estruturas de coordenação copulativa canónica, existem algumas propriedades que permitem diferenciá-las em diversas línguas, como o português. Essas propriedades são⁷¹:

(a) Reiteração da partícula comitativa

Ao contrário do que acontece com a coordenação copulativa canónica em diversas línguas, a coordenação comitativa não é iterativa no português. Não obstante esta constatação, há registo de que, nas chamadas *with-languages*⁷², a conjunção comitativa pode ser reiterada. Neste particular, o CV, ao contrário do que acontece com o PE, integra o grupo de línguas em que a conjunção comitativa é iterativa. O exemplo (11) ilustra essa característica da coordenação comitativa na língua em análise.

(11)a. *Palu ku Pedru Ku Manel ku Litu bai Praia.*

Paulo com Pedro com Manuel com Lito ir Praia

‘O Paulo, o Pedro, o Manuel e o Lito foram à Praia.’

Em alternativa a este tipo de construção, usa-se a coordenação asindética, em vez da coordenação copulativa *y*. Veja-se o contraste da gramaticalidade das frases seguintes:

(12)a. *Palu, Pedru, Manel, Litu bai Praia.*

Paulo, Pedro, Manuel, Lito ir Praia

‘O Paulo, o Pedro, o Manuel, o Lito foram à Praia.’

⁷¹ Para detalhes sobre estas propriedades, conferir Colaço (2005).

⁷² Stassen (2001) divide as línguas do mundo em dois grupos: *and-languages* e *with-languages*. Para esse autor, as *with-languages* dispõem apenas de estratégias comitativas para realizar a coordenação copulativa.

- b. *Palu y Pedru y Manel y Litu bai Praia.
 Paulo e Pedro e Manuel e Lito ir Praia
 O Paulo e o Pedro e o Manuel e o Lito foram à Praia.’

Estes exemplos reforçam a diferença comportamental entre as coordenações comitativa e copulativa em CV e em PE.

(b) Restrições categoriais aos termos coordenados

Colaço (2005: 101) afirma: “Parece ser comum à quase totalidade das línguas atestadas que dispõem de coordenação comitativa o facto de estar limitada categorialmente a DPs, podendo ser unicamente esta a categoria de qualquer dos termos coordenados.”

Entretanto, como atestam os exemplos em baixo, no CV, além de DPs, a coordenação comitativa aplica-se também a AdvPs (*adverbial phrase*), APs (*Adjectival Phrase*), PPs (*Prepositional Phrase*) e frases não finitas. Ao não impor muitas restrições à categoria dos constituintes que seleciona como termos de coordenação, a partícula comitativa *ku* (‘com’) manifesta “o comportamento transcategorial, característico da maioria das conjunções coordenativas”⁷³.

- Coordenação de DPs e de Pronomes:

(13)a. [DP[NPA_{na}] **ku** [NP *Maria*] *sta xintadu*.

Ana com Maria estar sentado

‘A Ana e a Maria estão sentadas.’

b. [*Mi*] *ku* [*bo*] *nu ta studa djuntu*.

Eu com tu nós TMA estudar junto

‘Eu e tu estudamos juntos.’

⁷³ Para Colaço (2004: 448), assim se explica o comportamento transcategorial da maioria das conjunções coordenativas: não impondo restrições às categorias dos constituintes que seleciona como termos da coordenação, o núcleo Conj assume a sua natureza categorial, que se projeta, naturalmente, até ConjP.

- Coordenação de AdvPs

(14) [_{AdvP} *Onti*] **ku** [_{AdvP} *oji*] *faze friu*.

Ontem com hoje fazer frio

‘Ontem e hoje fez frio.’

- Coordenação de APs

(15) *Maria tene* [_{NP} [*buluza risku-risku*] [_{AP} *azul*] **ku** [_{AP} *branku*]].

Maria tem blusa risco-risco azul com branco

‘A Maria tem uma blusa azul e branca às riscas.’

- Coordenação de PPs

(16) *Maria faze dosi* [_{PP} *di koku*] **ku** [_{PP} *di papaia*].

Maria fazer doce de coco com de papaia.

‘A Maria fez doces de coco e de papaia.’

- Coordenação de Verbos não finitos com valor nominal

(17) [*Le*] **ku** [*skrebe*] *e simplis*.

Ler com escrever é simples

‘Ler e escrever é simples.’

Contudo, a coordenação comitativa não é possível nos seguintes casos: VPs e Frases (finitas). Os exemplos abaixo ilustram esta afirmação.

- Coordenação de VPs

(18) **Djon ta ê ku ta skrebe kriolu*.

João TMA ler com TMA escrever crioulo

‘O João lê e escreve em crioulo.’

- Coordenação de Frases (finitas)

(19) **Ana le livru ku skreve poema.*

Ana ler livro com escrever poema

‘A Ana leu o livro e escreveu o poema.’

Salienta-se que em contextos de coordenação de VPs, APs em posição predicativa e Frases, a alternativa é a coordenação assindética ou a utilização da conjunção coordenativa copulativa *y*.⁷⁴

5. Conclusão

Os exemplos acima apresentados comprovam que a coordenação comitativa é bastante produtiva no Caboverdiano e que abarca diversas categorias como AdvP, PPs, DPs, etc.

Os dados analisados permitem-nos verificar que o Caboverdiano dispõe, à semelhança do que acontece com muitas línguas, de coordenação comitativa, realizada através do conector comitativo *ku* (‘com’). Nesta língua, a coordenação comitativa não se restringe à combinação de DPs, pois abarca diversas categorias como DPs, PPs, AdvPs, e Verbos não-finitos com valor nominal.

Não obstante o conector comitativo *ku* corresponder etimologicamente a *com* (português), sintaticamente estes dois elementos apresentam diferenças substanciais. Se os aspetos que permitem distinguir o uso conjuncional do uso preposicional da partícula comitativa têm muito em comum, já as relações que essas unidades estabelecem com a coordenação copulativa canónica diferem substancialmente, nomeadamente quanto à reiteração da partícula comitativa e às **restrições categoriais aos termos coordenados**. Enquanto no PE a coordenação comitativa é bastante restritiva e, de algum modo, marginal, no Caboverdiano, a coordenação comitativa é

⁷⁴ Este aspeto está fora do âmbito deste trabalho, por razões que se prendem com limitações de espaço.

bastante produtiva, sobretudo em projeções que não envolvem núcleos verbais, instâncias em que prevalece o uso da coordenação assindética, ou núcleos predicativos e frases, onde ocorre a coordenação assindética ou a conjunção coordenativa copulativa *y*.

Referências bibliográficas

- Baptista, Marlyse (2002): *The Syntax of Cape Verdean Creole: The Sotavento Varieties*. In: *Linguistics Today*, 54.
- Camacho, J. (1996): *Comitative Coordination*. In: Parodie, Claudia t alli (org.): *Aspects of Romance Linguistics: Selected Papers from the Linguistics Symposium on Romance Linguistics XXIV*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 107122.
- Camacho, J. (1999): *La Coordinación*. In: Bosque / Demonte (orgs.): *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, vol. 2. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2635-2694.
- Camacho, J. (2000): *Structural Restrictions on Comitative Coordination*. In: *Linguistic Inquiry*, 31, 2, 366375.
- Colaço, Madalena (2004): *Coordenação comitativa em Português Europeu*. In: *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 383-396.
- Colaço, Madalena (2005): *Configurações de coordenação aditiva: tipologia, concordância e extracção*. Dissertação de Doutoramento em Linguística apresentada à Universidade de Lisboa.
- Haspelmath, Martin (ed.), (2004): *Coordinating constructions*. Amsterdam: John Benjamins, 339.
- Ladusaw, W. (1989): *Group Reference and the Plural Pronoun Construction*. In: *Papers on the Plural Pronoun Construction and Comitative Coordination*, UCSC Syntax Research Center Report SRC-89-02). UCSC Syntax Research Center, Santa Cruz, CA, 1-7.
- McNally, L. (1993): *Comitative Coordination: a Case Study in Group Formation*. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, 11:2, 347379.
- Ross, J. R. (1967): *Constraints on variables in syntax*. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge, Massachusetts.
- Skrabalova, H., 2003: *Comitative constructions in Czech*. In Kosta, P. et al. (edd.): *Formal Investigations Into Slavic Languages*. Francfort sur le Main: Peter Lang. 685-696.
- Stassen, L. (2001): *AND-languages and WITH-languages*. In: *Linguistic Typology*, 4.1., 155.
- Vassilieva, M. & R. K. Larson (2005): *The Semantics of the Plural Pronoun Construction*. In: *Natural Language Semantics*, 13, 101-124.
- Veiga, Manuel (1995): *O Crioulo de Cabo Verde: introdução à gramática*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro.
- Veiga, Manuel (2002): *O Caboverdiano em 45 Lições*. Praia: INIC.
- Veiga, Manuel (2009): *Odju d'Agú*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

(Página deixada propositadamente em branco)

SECÇÃO 4

VARIA

(Página deixada propositadamente em branco)

HAND GESTURES AND SPEECH PRODUCTION IN THE BOOTH: DO SIMULTANEOUS INTERPRETERS IMITATE THE SPEAKER?⁷⁵

Elena Zagar Galvão

Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

elenazagar@gmail.com

1. Introduction

In the past two decades several studies conducted within various fields of knowledge (sociolinguistics, psychology, psycholinguistics, ethnography, anthropology, gesture studies, second language acquisition, etc.) have focused on the function of gestures and their relation to speech in face-to-face interaction in multiple contexts and situations. However, little research has been done on this relation in simultaneous interpreting (SI). In simultaneous interpreting, the interpreter's discourse is an online rendition, in another language, of somebody else's speech production. The concepts expressed in the original speech have to be comprehended and 'repackaged' to fit the constraints of the target language, all of this while the interpreter is monitoring his/her own speech production and performance. A legitimate question, therefore, is whether the interpreter's speech and accompanying gestures imitate the speaker's speech and accompanying gestures.

⁷⁵ The author wishes to thank Isabel Galhano, Adam Kendon, and Paulo Galante for their invaluable help.

This paper presents possible preliminary answers to this question and is part of an ongoing doctoral research project. The paper is divided into six sections. After this brief introduction, section two defines simultaneous interpreting, stresses its complexity both as a cognitive process and as a specific communicative situation, and sets forth the objectives of the study. Section three outlines the theoretical framework used and clarifies major concepts such as spontaneous co-speech gesture, gesture phrase, and descriptive gesture. Section four briefly describes the experiment and methods. Section five presents some examples of spontaneous co-speech gestures drawn from the experiment. Finally, section six outlines some preliminary conclusions and briefly discusses their theoretical implications.

2. Simultaneous Interpreting: a complex communicative situation

According to Pöchhacker's reworking of a 1960 definition by Otto Kade, "Interpreting is a form of Translation in which a first and final rendition in another language is produced on the basis of a one-time presentation of an utterance in a source language." (Pöchhacker, 2004:11). Unlike most general definitions of interpreting, which stress the 'oral' medium of Interpreting as opposed to the 'written' medium of Translation, this definition subsumes Interpreting in the heading of Translation but highlights the 'transitoriness' of both the 'source text' and the 'target text' (or product) of Interpreting. Simultaneous Interpreting (SI), on the other hand, is a specific mode of interpreting which can be described as "spoken-language interpreting with the use of simultaneous interpreting equipment in a sound-proof booth" (Pöchhacker 2004: 19). Whenever we characterize SI, it is important to bear in mind the following: simultaneous interpreters may belong to the speakers' or to the audiences' language / cultural communities (or to neither). They constitute a third, mediating element between two interlocutors, one of whom, the speaker, plays an active role, while the other, the audience, generally plays a more passive role. The degree of 'activity' or 'passivity' of one and the other largely depends on the overall degree of formality socially stipulated and accep-

ted for a specific situation (a conference, a meeting, a General Assembly, etc.), but simultaneous interpreters will always be, as it were, 'stuck' in the middle. As officially designated social 'mediators' between two parties who could not otherwise communicate efficiently, they must recreate the speaker's speech in a different language, making sense of the incoming speech as well as the speaker's accompanying gestures and other body movements while monitoring their own production and performance online. Thus, interpreters are in a doubly subordinate position, as they are forced to rely on the speaker's speech (and, quite often, also power point presentations, images, etc.) to produce meaning for the audience and, at the same time, they are at the speaker's and audience's service. In addition, while speakers can use speech and body to convey their message to the audience, but have to rely on the interpreter's speech to communicate with the people in the audience who do not understand their language, interpreters use speech and body, but they are confined to the booths where they work. It is rather surprising, in fact, that the audience is able to construct meaning from looking at a speaker while listening to a disembodied voice entering their ears through headphones, a voice which, they are told, is actually saying what the speaker is saying, but in a different language. However, this voice belongs to someone, and if most hand gestures occur during speech (McNeill, 1992: 4), then it is legitimate to ask what the body to which that voice belongs is doing while producing the interpreted speech. Does that body engage in gesturing?⁷⁶ If so, are the speech and gestures produced by the interpreter formally, semantically or functionally similar to the speech and gestures produced by the speaker? The following sections will give a tentative answer to these questions by focussing on instances of descriptive co-speech gestures produced by four professional simultaneous interpreters in an experimental setting.

⁷⁶ Spontaneous gestures are usually associated with face-to-face interaction and dialogic situations. Although SI is normally (and in our opinion, erroneously) defined as monologic, it presupposes the existence of an audience and, therefore, of an interlocutor.

3. Spontaneous Gestures: basic concepts

A number of experimental and observational studies conducted in the past four decades in various fields of knowledge suggest that speech and gesture constitute one system. In other words, language is verbal as well as gestural (McNeill, 1992, 2000; de Ruiter, 2000). Besides having an important communicative function, spontaneous gesturing also seems to play a fundamental role for the communicators themselves by helping them in various ways such as, for instance, by relieving their cognitive effort (Goldin-Meadow, 2003), aiding in the organization of spatial information (de Ruiter, 2000) or in the retrieval of lexical items (Krauss *et al.*, 2000). According to Adam Kendon (2004), co-speech gestures are forelimb actions (often involving also head and trunk) accompanying utterance production. These movements belong to the left-hand side of Kendon's continuum (Figure 1), they are closely related to speech semantically and are quasi-synchronous with it.

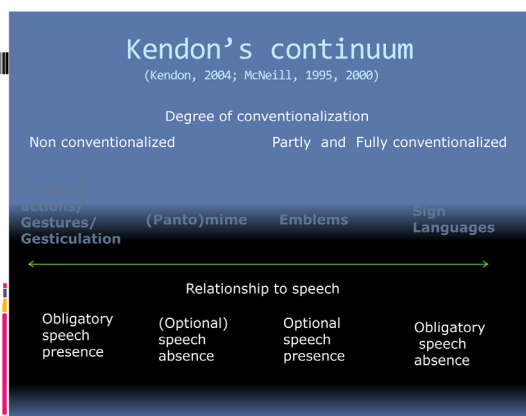


Figure 1 – Kendon's continuum

Simply put, a gesture phrase (Kendon, 2004: 108-112) is an excursionary movement of the hands and arms (most of the times also accompanied by movements of the trunk and head as well as facial expressions) organized into 3 main phases: preparation, stroke and retraction. The stroke is the peak in the movement and the most meaningful part of a gesture

phrase. In gesture phrases, the mode of expression is global and holistic, the form is idiosyncratic, and speakers are not completely aware of their forelimb movements. It is important to note that the participants in an interaction usually perceive gestures as an integral part of utterance production and are only subliminally aware of their presence.

Instead of using one of the various typologies of gestures available in the literature (Ekman / Friesen, 1969; McNeill, 1992; Krauss *et al.*, 2000; Kendon, 2004; Bavelas *et al.*, 1995), this paper adopts Kendon's classification of gesture functions but concentrates on examples of co-speech gestures with a descriptive function. According to Kendon (2004), who claims that his classification is not a typology, gestures are "utterances as visible action" in the etymological sense of the word utterance, meaning 'putting out into the world' (Kendon, personal communication). They can point to objects in the real or imaginary world (gestures used for 'pointing'); they can describe, model or enact real or abstract objects, actions, ideas, and situations (gestures used for 'description'); they can regulate interaction among participants (gestures used for 'interaction regulation'); and they can highlight aspects of discourse structure, mark the type of speech act a speaker is engaged in or show the speaker's attitude to what is being said (gestures used for 'pragmatic' purposes). Thus, spontaneous gestures only acquire meaning when observed and analysed within the communicative situation in which they occur and in strict conjunction with the speech they are part of. Furthermore, they can reinforce the verbal meaning of an utterance (or add other layers of meaning. Gestures, like words, are polysemous and polyfunctional.

4. The experiment: materials, subjects and methods

After this necessarily brief explanation of the general theoretical underpinnings of the present study⁷⁷, it is time to describe the approach

⁷⁷ This is part of an ongoing doctoral research project under the supervision of Isabel Galhano Rodrigues (FLUP) and Luis Alonso Bacigalupe (Universidade de Vigo).

used to answer the questions set forth in the introductory section. The purpose of this section, therefore, is to provide a concise report on the methods used to collect and process the data for this research project. It is important to note that there are very few studies to date which have examined and described co-speech gestures in simultaneous interpreting (Galhano-Rodrigues, 2007; Galhano-Rodrigues / Zagar Galvão, 2010; Zagar Galvão, 2009). This means that, in the absence of a clearly established methodological framework specifically devised for the phenomenon under study, researchers have to draw and adapt from models and practices which have proved useful in the study of other communicative situations, thereby adjusting existing models to suit their own particular object of study and research questions.

Given the difficulty in obtaining complete simultaneous interpreting data (video+audio) from observational settings (Pöchhacker, 2004: 199), the approach adopted was experimental. Four professional conference interpreters, two men and two women⁷⁸, were filmed separately while interpreting the same speech in the simultaneous mode. The experiment simulated a remote simultaneous interpreting assignment which the subjects of the experiment may be asked to perform in their professional life. The three main reasons for this choice were: (1) remote interpreting is a fairly frequent situation nowadays in both the private and the institutional sectors, where conference interpreters are often required to work in a booth which is not in the same physical space as the speakers and/or audience and they follow the speaker on a computer screen; (2) the simulation of a remote interpreting situation seems ideal in an experimental setting as the speech being interpreted is always exactly the same; (3) in a remote interpreting setting, the interpreters see the speaker on screen but they

⁷⁸ The two women and one of the men are in their late forties and early fifties; they all have a five-year degree in Modern Languages and Literature as well as post-graduate education (a specialization course in Translation, an MA in Planning and a PhD in Literature); three have been working as free-lance conference interpreters for approximately 20 years, while the youngest in the group has been a free-lancer for about 5 years; three are full-time free-lancers, while one is a full-time teacher and part-time free-lancer. The youngest in the group is the only one who received formal interpreter education, having completed a European Master's in Conference Interpreting (EMCI). **Two are members of the Portuguese interpreters association APIC (Associação Portuguesa de Intérpretes de Conferência)**

cannot usually see the audience listening to them. The way the filming was done, with a camera inside the booth and without a visible audience outside the booth, was considered to be a close approximation to this situation of simultaneous presence and absence of a ‘tangible’ audience.

The approximately 20-minutes speech to be interpreted was a 2007 TED Talk (<http://www.ted.com/talks>) by the renowned neuroscientist Vilayanur Ramachandra, focusing on complex brain processes such as the Capgras syndrome, ghost limbs and synaesthesia. The digital video recordings of the four interpreters and the speaker were transferred onto a PC and fed into a specific software programme for annotation of speech and gesture, ELAN. This application⁷⁹ was especially designed to create multiple ‘layers’ of information, which correspond to different tiers where transcription of speech and annotation of different gesture phrases can be viewed simultaneously. The first 9 minutes of the original speech and the four interpretations were transcribed following the conventions of GAT (Gesprächsanalytisches Transkriptionssystem) (Selting *et al.*, 1998) and formal and functional annotations of all the gesture phrases observable in this part of the data were introduced into ELAN. Speech was analyzed into tone units, i.e., chunks of speech production identified by prosodic features which correspond to units of discourse meaning (Kendon, 2004: 108)

Although the microanalysis took into account the four broad dimensions of gesture functions set forth by Kendon and mentioned above (Section 3), this paper will focus on examples of the speaker’s and the four interpreters’ descriptive co-speech gestures.

5. Microanalysis of descriptive co-speech gestures

This section presents four examples of descriptive gestures by the speaker and the four interpreters and analyzes the accompanying verbal

⁷⁹ ELAN can be downloaded free of cost from <http://www.lat-mpi.eu/tools/elan/>, where it is described as “a professional tool for the creation of complex annotations on video and audio resources.”

utterances. The first two examples (Tables 1 and 2) are taken from the opening sentences of the speech. In this part, the speaker presents the subject of the talk (the human brain), invites the audience to think about the larger implications of the subject, describes the subject (the human brain is a three-pound mass of jelly) and its potential, describes the main quality of the subject (recursive quality), names this quality (self-awareness), expresses his opinion as to what this quality represents in his field of study, and finally expresses his hopes for the future of his field of study.

Examples two and three (Tables 3 and 4) are taken from another part of the speech, in which the speaker gives a neurological explanation of the Capgras syndrome. In example three, the speaker explains this pathology by verbalizing and enacting the concept of cutting (the wire has been cut by the accident). In example four, the speaker enacts an imaginary telephone conversation between a patient suffering from Capgras syndrome and the patient's mother. Due to space limitations, example four is only shown in the form of a table (Table 4).

5.1. Example 1: The Human Brain

The pictures in Table 1 show the speaker and the interpreters presenting the subject of the talk. This table, along with the other three, allows for a comparison of the following elements: the form of the speaker's and interpreters' gesture strokes (i.e. the most meaningful part of the excursion movement, shown in each image), the accompanying speech (underneath each image) as well as the function of the stroke established in relation to speech (underneath the lines of speech). In this example, all the interpreters use descriptive gestures with one or both hands to illustrate and thus reinforce but also add to the meaning they are expressing in speech, i.e., holding an object in one's hands. The configurations of the strokes share similar formal traits, which is perhaps not surprising in this particular instance, given the limited range of body resources to refer to holding something in one's hands. However, each interpreter produces

formally different strokes (using one or both hands, with hands more or less cupped, some adding the meanings of ‘size’, ‘weight’ and ‘round shape’ of the object being held, etc.). The language used is also different and, even when the main lexical items are the same, they are arranged in slightly different ways (e.g., *Temos; Aqui temos; que pode ser segurada; que nós seguramos; que se pode agarrar, que conseguem agarrar; uma massa de geleia; essa massa gelatinosa, esta massa de geleia; pedaço de gel*). The units of meaning expressed also show some variation, with two interpreters verbalizing the weight of the ‘mass of jelly’ (*três quilos; cinco quilos*) and the other two omitting it from the verbal modality. It is also interesting to note that for the Speaker as well as for interpreters M and A, the gestures in this sequence also have a pragmatic function in that they seem to serve as cohesive devices⁸⁰ in their discourse. The third row of pictures shows that the main function of the five different gestures strokes is the same, i.e., to describe the semantic content by showing the action (‘holding’) and the location (‘palm’) of the topic/object (‘brain’). Also to be noted is interpreter M’s facial expression in image M2, which adds one more layer of meaning to the communicative situation by revealing the interpreter’s attitude towards the object (a mass of jelly in her hands) and thus functioning as personal comment.

5.2. Example 2: Recursive Quality

The pictures in Table 2 show the speaker and two of the interpreters⁸¹ (M and I) producing gestures which enact the abstract concept of ‘recursiveness’. Formally, the gestures are not exactly the same: the speaker, with both hands in a bunch and both index fingers extended, traces fairly ample concentric circle in front of him; interpreter M also uses both hands in a bunch and index fingers extended but her concen-

⁸⁰ They are cohesive insofar as the interpreters produce the same gesture when uttering the same lexical units or different lexical units used to refer to the same semantic content.

⁸¹ The other two interpreters omitted the idea of ‘recursive quality’ from both verbal and gestural modalities.

tric circles are much smaller in diameter; interpreter I uses both hands slightly cupped in a vertical position with palms facing her breast; her fingers are extended and the circles traced in the air are inwards and not outwards (as in the other 2 cases). All the gestures, however, share an essential trait: ‘circularity’, associating the quality of ‘being recursive’ to a circle moving on itself. Moreover, while the speaker expresses this meaning in both speech and gesture, interpreter M produces a gesture for ‘recursive quality’ but only verbalizes the general concept of ‘quality’ by saying *esta realmente função*. Interpreter I does not verbalize the concept of ‘recursive quality’ at all but enacts it while saying *contemplanse a si próprio a contemplar*.

5.3. Example 3: Cutting

In this example (Table 3), the speaker uses the verbal and gestural modalities to express the meaning of cutting. Note how the short, quick and snappy up-and-down movement of the speaker’s left forearm and hand on top of his right hand enhances the meaning expressed in speech (the general verb ‘cut’) by adding precision to it and showing that the cut was a sudden, single event that affected a specific point in the wire going from the amygdala to the limbic system. All four interpreters translate the semantic unit ‘is cut’ not only in their speech but also in their forelimb movements in four different ways: a fairly conventionalized scissors movement (M), a biphasic horizontal movement of the right hand (palm down, fingers closed) from left to right (A), a biphasic vertical movement of the right hand (palm vertical, fingers closed) ending on the desk in front of the interpreter (I); a biphasic vertical movement of the right hand (palm vertical, fingers closed) in the air with the left hand mirroring the position of the right hand (J). Note that the interpreters verbalize the meaning ‘is cut’ by using four different verbs in a construction with passive meaning: *tem sido cortado, está destruída, é partido, é quebrado, pode ser interrompida*. Their multimodal expression of meaning is as rich and multifaceted as the speaker’s expression.

6. Preliminary results and their theoretical implications

The multimodal analysis of simultaneous interpreting data carried out so far (of which we have presented a necessarily limited sample) allows us to give preliminary answers to the questions formulated at the beginning: Do simultaneous interpreters gesture when working in their booths? Are there similarities between the interpreters' speech and accompanying gestures and speakers' speech and accompanying gestures? The results obtained in this and other experiments within this research project as well as in other studies (Adam, 2011) seem to indicate that Portuguese simultaneous interpreters use gestures to a greater or lesser extent while producing discourse. Although we can only speculate as to the reasons why certain simultaneous interpreters seem to rely more on the gestural medium than others, it is fairly safe to assume that personal and cultural factors play an important role⁸². The other factor that seems worth exploring is interpreters' education and acculturation as members of a profession. In this experiment, as well as in another one with the same professional interpreters, the interpreter who produced fewer gestures and movements with a lesser degree of amplitude was the only one who had received formal interpreter education. This may be an indication of the fact that students of interpreting are expected and told to behave in a certain way in the booth (for instance, to limit their gestures). Indeed, an in-depth study of these aspects of interpreting education and of their implications for trainees would be extremely useful.

As regards a possible imitation of the speaker by the interpreters, the results obtained seem to suggest that some of the descriptive gestures produced by the interpreters may be partially similar in form and function to those of the speaker. However, especially when considered together with pragmatic and pointing gestures, the interpreter's gestures

⁸² It is to be noted that our study focuses exclusively on simultaneous interpreting between English and Continental Portuguese, and does not concentrate on the cultural dimension of spontaneous gestures.

are autonomous creations and may add other meanings to the verbal component. The accompanying speech is also an autonomous creation of each interpreter since it does not necessarily verbalize the same meaning as expressed in gestures and makes use of different lexical, structural and prosodic resources.

Needless to say, the analysis presented can only afford a brief insight into the multi-layered complexity of meaning construction in SI. We are aware of the many limitations of an experimental approach to the study of SI, which clearly tends to disregard part of the larger picture of the Interpreted Communicative Event (ICE) (Angelelli, 2004: 7) by seeking to simulate an interpreting assignment in a ‘test-tube’ situation. We are also aware that this approach, by concentrating on the multimodal communication of speaker and interpreter, can create the false impression that these are the only (or the only relevant) participants in an ICE. Notwithstanding all this, we hope that our multimodal descriptive analysis can help shed light on a very simple but nonetheless neglected fact: simultaneous interpreters use their body to produce meaning and they are not just disembodied, neutral filters of an independent meaning produced by a speaker. Besides reinforcing the propositional content of the utterances, simultaneous interpreters’ forelimb actions and facial expressions while at work in the booth also reveal their attitudes and emotions, thus having a pragmatic, modal function.⁸³

This finding clearly contradicts the idea conveyed by much of the educational and professional discourse on interpreting, which describes interpreters as ‘conduits’, ‘ghosts’, ‘invisible participants’, or ‘channels’ (Angelelli, 2004: 20). Our view of SI as embodied communication and its focus on the different types of interrelated meanings produced thus adds yet another dimension to the recent view of interpreting as a socially situated practice (Angelelli, 2004).

⁸³ The limited scope of this paper did not allow for an exploration of another interesting pragmatic function of gestures in SI, i.e., gestures used for organizing discourse.

Bibliographical references

- Adam, Carolin (2011): Gestures in Simultaneous Interpreting. A Descriptive Study. Paper presented at the International Federation of Translators XIX World Congress, San Francisco, USA, August 1-4, 2011.
- Angelelli, Claudia V. (2004): *Revisiting the Interpreter's Role*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Bavelas, J. B. et al. (1995): *Gestures specialized for dialogue*. In: *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 394-405.
- de Ruiter, Jan Peter (2000): *The production of gesture and speech*. In: McNeill, David (ed.): *Language and Gesture*. Cambridge: Cambridge University Press, 284-311.
- Ekman, P. / Friesen, W.V. (1969): *The Repertoire of Non-Verbal Behavior: Categories, Origins, Usage and Coding*. In: *Semiotica*, I, I, 49-98.
- Kendon, Adam (2004). *Gesture. Visible Action as Utterance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Galhano-Rodrigues, Isabel (2007): *Body in interpretation. Nonverbal communication of speaker and interpreter and its relation to words and prosody*. In: Schmitt, Peter/ Jüngst, Heike (edd.): *Translationsqualität*. Leipziger Studien zur angewandten Linguistik und Translaktologie. Frankfurt: Peter Lang Verlag, 739-753.
- Goldin-Meadow, Susan (2003): *Hearing Gesture: How Our Hands Help Us Think*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Krauss, Robert M. et al. (2000): *Lexical Gestures and lexical access: a process model*. In: McNeill, David (ed.): *Language and Gesture*. Cambridge: Cambridge University Press, 261-283.
- McNeill, David (1992): *Hand and Mind. What Gestures Reveal About Thought*. Chicago: University of Chicago Press.
- Pöchhacker, Franz (2004): *Introducing Interpreting Studies*. London: Routledge.
- Selting, Margret et al. (1998): *Gesprächsanalytisches Transkriptionssystem (GAT)*. In: *Linguistische Berichte*, 173, 91-122.
- Zagar Galvão, Elena (2009): *Speech and Gesture in the Booth – A Descriptive Approach to Multimodality in Simultaneous Interpreting*. In: De Crom, Dries (ed): *Selected Papers of the CETRA Research Seminar in Translation Studies 2008*. [On-line]. Available at: <<http://www.kuleuven.be/cetra/papers/papers.html>>
- Zagar Galvão, Elena / Galhano-Rodrigues, Isabel (2010): *The Importance of Listening with One's Eyes: a Case Study of Multimodality in Simultaneous Interpreting*. In: Díaz Cintas, Jorge et al. (edd.): *New Insights into Audiovisual Translation and Media Accessibility*. Amsterdam: Rodopi.


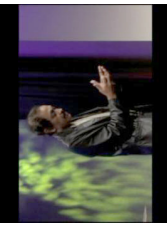










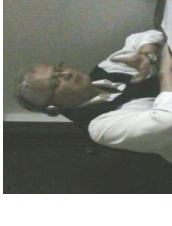


 <p>VILAYANJARAMACHANDRAN</p>	<p>r-009 ...h t 'Here is this;</p>	<p>Holding/presenting the topic Speaker 2</p>		<p>r-010 (0.59) <<real>'Mass of 'JELLY';> r-011 t 'THREE pound mass of 'JELLY';></p>	<p>Holding/presenting/offering the topic to the audience</p>		<p>r-012 (0.38) ...h you can hold 'in the palm of your hand';></p>	<p>Describing semantic content by showing palm, where topic/object (brain) is located</p>
	<p>r-007 ...h t 'existe uma 'massa' (.) 'de geleia?'</p>	<p>Holding/presenting the topic M 2</p>		<p>r-009 <<call>'portanto> uma 'geleia que q' r- 010 'que pode ser segurada na-'</p>	<p>Holding/presenting/offering the topic/modeling the topic as a round object/commenting on the object</p>		<p>r-011 <<call>'palm -da vossa 'MÃO?'</p>	<p>Describing semantic content by showing and touching palm, where topic/object (brain) is located</p>
	<p>r-009 (0.54) .h (0.39) 'tenho 'massa- 'massa <<call>'geleia' 'massa?'</p>	<p>Holding/presenting the topic</p>		<p>r-011 -eh::: (de) 'três 'quilos'/'</p>	<p>representing/recalling the topic by repeating almost the same hand configuration</p>		<p>r-012 .h (.) 'eh <<call>'que se 'cede agarrar';> r-013 -com a palm das nossas mãos-</p>	<p>Describing semantic content by showing palm, where topic/object (brain) is located</p>
	<p>r-007 <<call>'agui 'tenho';> r-009 ...h -eh t 'SH?'</p>	<p>(no stroke)</p>		<p>r-008 .h -esta 'massa 'de geleia 'com quase cinco 'quilos'/'</p>	<p>(no stroke)</p>		<p>r-014 'e 'e 'que; r-015 <<call>'con 'segue (n) agarrar -numa= 'nã'o/</p>	<p>Describing semantic content by showing palm, where topic/object (brain) is located</p>
	<p>r-009 ...h t 'fENI sem -eh 'num:::;;> r-010 <<call>'pedaço' 'de de:;> r-011 .h 'de 'gel'/'</p>	<p>Holding/presenting the topic</p>		<p>r-012 'uma= 'massa -geia 't'NOSA' r-013 ((inspira)) 'eh;</p>	<p>Holding/presenting the topic</p>			

Table 1


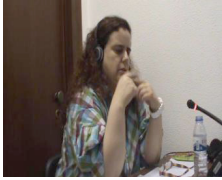




Speaker	M	I
		
018 ..h -and THEre= th(h)is. 019 .h -peCULiar 'reCURsive ; !QUA!lity:'	020 .h `e ↑ 'HÁ: 021 (.) -esta- 022 .h `eh: 'realmente fun''ÇÃO'	018 `contempla=se a si <<ral>'PRÓ:prio;> 019 `a contem'plAR-
Describing semantic content	Describing semantic content	Describing semantic content

Table 2 – Recursive quality

Speaker	M	A
		
284 -is <<ff>!CUT!> by the Accident.	360 (0.37) 'tem Sido `corTado.	335 .h (.) <<all>'que permite -a passagem de mensagem para=(o) 'aMígdala' 336 .h (0.37) -está `destruida.
Describing the action of cutting	Describing the action of cutting	Describing the action of cutting



I	J
	
283 -é parTido <<all>'é -queBRado 'pelo acidente.>	427 <<ff>'POde?> 428 <<all>-ser inte''rrompIda'>
Describing the action of cutting	Describing the action of cutting

Table 3 – 'Cutting'

		
Describing the action of talking on the phone	Describing the action of talking on the phone	Describing the action of talking on the phone

Table 4 – Talking on the phone

(Página deixada propositadamente em branco)

ACORDES DE UM PAÍS TAGARELA: RELATO DE DISCURSO E CONSTRUÇÃO DE IMAGENS IDENTITÁRIAS⁸⁴

Paula Eduarda Moreira Figueiredo

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

paula_mfigueiredo@botmail.com

1. Introdução

“Assola o país uma pulsão coloquial que põe toda a gente em estado frenético de tagarelice, numa multiplicação ansiosa de duos, trios, ensembles, coros. [...] O falatório é causa de inúmeros despautérios, frouxas produtividades e más criações.

Fala-se, fala-se, fala-se, em todos os sotaques, em todos os tons e decibéis, em todos os azimutes. O país fala, fala, desunha-se a falar, e pouco do que diz tem o menor interesse. O país não tem nada a dizer, a ensinar, a comunicar. O país quer é aturdir-se. E a tagarelice é o meio de aturdimento mais à mão” (Carvalho, 2003: 11).

Estas linhas que iniciam *Fantasia para dois coronéis e uma piscina*⁸⁵, de Mário de Carvalho (MC), e a capa semanticamente saturada da edição da Caminho – por metonímia, a piscina é Portugal⁸⁶ – desafiaram-me a

⁸⁴ O presente texto é produto de uma investigação levada a cabo no âmbito da dissertação de mestrado em Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda, orientada pelas Professoras Doutoras Ana Cristina Macário Lopes e Ana Maria Machado, em 2011, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁸⁵ A partir de agora, o romance será referido apenas como *Fantasia*...

⁸⁶ Na capa da edição consultada, sobre um fundo branco, surge uma piscina de águas azuis cujos contornos são os do retângulo lusitano (cf. Figueiredo, 2011: Anexo 2, II).

tentar compreender se e de que modo, no romance, as vozes das personagens corroboram o axioma do narrador: a omnipresença e a vacuidade dos discursos são uma manifestação atual da idiosincrasia lusitana.

O trabalho procurou articular três vertentes – um estudo do relato de discurso (RD) numa perspetiva da Linguística da enunciação/textual, uma análise da textualização de imagens identitárias numa obra literária e uma abordagem pedagógico-didática pensada para estudantes de Português Língua Estrangeira (PLE) de nível superior de proficiência (C1)⁸⁷ –, cujos aspetos essenciais passo agora a expor.

2. Formas canónicas de RD e mito como intertexto

A reprodução, oral ou escrita, de um discurso efetivamente proferido ou pensado/antecipado, por personagens do mundo real ou do universo ficcional⁸⁸ convoca mecanismos linguístico-pragmáticos simples apenas na aparência: por um lado, materializa duas situações de enunciação⁸⁹, protagonizadas por dois sujeitos enunciadores – o que fala e o que cita, cada um inserido num contexto particular cujas coordenadas são essenciais para a descodificação da mensagem; por outro, a vitalidade e a criatividade da literatura, espaço de revelação “de todas as virtualidades da língua” (Aguiar e Silva, 1983, retomando um postulado coseriano), resistem ao espartilho das formas prototípicas definidas pelas gramáticas – discurso direto (DD), discurso indireto (DI) e discurso indireto livre (DIL). O RD é, por isso, um desafio para os docentes e para os alunos, confrontados com a difícil – ou mesmo, por vezes, impossível – tarefa de circunscrever fronteiras e/ou atribuir palavras/pensamentos em enunciados que transgridem as normas gramaticais e/ou tipográficas dos mecanismos de citação, ampliando dessa forma a ambiguidade enunciativa dos textos.

⁸⁷ Cf. *Quadro europeu comum de referência para as línguas* (2002).

⁸⁸ Sobre a especificidade do relato de palavras nos textos literários, veja-se, por exemplo, G. Reyes (1984).

⁸⁹ Para a definição dos conceitos que aqui são aduzidos, veja-se o *Dicionário Terminológico*.

Tendo em conta quer o objetivo primeiro – recensear as vozes que ecoam em *Fantasia...* e analisar a sua eventual relevância na configuração identitária das personagens – quer o público-alvo (discentes não-nativos de Português), a minha pesquisa focou-se em exemplos consensuais de RD, não deixando todavia de assinalar ocorrências periféricas, como será explicitado na secção três⁹⁰.

Assim, comecei por proceder a uma caracterização enunciativo-pragmática da tríade canónica do RD, considerando, em primeiro lugar, o DD: aí, concretizam-se duas situações de enunciação distintas, que produzem dois discursos sintaticamente independentes (e delimitados com dois pontos, parágrafo e travessão, entre outros marcadores formais). Nesta forma de RD, “um locutor-relator (...) introduz o discurso objecto de citação (...), pressupondo-se a transcrição *ipsis verbis* que convida a uma leitura *de dicto*” (Figueiredo, 2011: 22-24). Ainda que o sistema de referências do enunciador citado seja mantido, o relato de palavras em DD não é neutro, uma vez que decorre de escolhas linguístico-pragmáticas do relator (Duarte, 1999: 114; 2003: 61-62). Para além disso, a reconstituição rigorosa do contexto de enunciação do discurso que é relatado – circunstância essencial quando se trata de RD – revela-se pouco provável (Figueiredo, 2011: 25). É todavia inquestionável que esta forma de reprodução de palavras busca a verosimilhança e confere grande expressividade aos enunciados (Duarte, 2003: 73-75; Reyes, 1993: 15), o que acaba por inviabilizar, em muitas situações, os exercícios de tipo transformacional habitualmente propostos pelas gramáticas e pelos livros escolares (Duarte, 2003: 51)⁹¹. O alcance pragmático da reprodução de palavras em DD – como aliás sucede com as outras formas de RD – apenas se pode aferir em cada situação específica, mas pode ir da procura de validação de um ponto de vista, por parte do locutor-citador, à reprodução do discurso de uma personagem da qual ele se demarca criticamente (Figueiredo, 2011: 26).

⁹⁰ Sobre o RD, formas canónicas e propostas de modelos escalares, veja-se, e.g., L. Rosier (1999).

⁹¹ Sobre a abordagem do RD em algumas gramáticas de Português, veja-se P. Figueiredo (2011, pp. 36-44).

No DI, ao contrário do que sucede com o DD, existe uma hierarquização sintática: o RD inicia-se com um verbo de comunicação, na oração principal, e a citação de discurso integra uma oração subordinada completiva, sendo efetivamente uma paráfrase de um discurso da responsabilidade do locutor-citador. São o seu sistema de referências e a sua subjetividade que se plasmam no enunciado, requerendo em geral uma leitura *de re* (Figueiredo, 2011: 27): no DI, pode manter-se a força ilocutória do enunciado primeiro, sem se respeitar o seu conteúdo proposicional (Duarte, 2003: 78-86)⁹². Ainda que o valor expressivo do DI seja variável, reveste-se em geral de um grau de mimetismo inferior ao alcançado pelo DD.

O DIL – cuja presença não é muito significativa em *Fantasia...* – foi perspectivado neste trabalho como um mecanismo discursivo que ocorre em textos literários (Duarte, 1999: 118; 2003: 125-126) e onde coexistem dois sistemas de enunciação, o do locutor-relator e o do locutor-enunciador. Por isso, é uma forma de RD eivada de subjetividade e com elevado valor mimético (Duarte, 2003: 145-147, 241).

Definidas as categorias operativas para o estudo do RD no romance de MC, e sem perder de vista que um texto literário configura universos possíveis, não mundos empíricos⁹³, cujos “espaços em branco” (Eco, 1993) são preenchidos de acordo com a enciclopédia de cada leitor, lancei mão de um conceito da literatura comparada relevante para a análise da textualização de imagens identitárias: o de “mito (...) como un intertexto de referencia” (Cecilia, 2006: 61). Género eminentemente polifónico, o romance é um espaço textual onde ressoam sempre múltiplas vozes (Bakhtine *apud* Peytard, 1995). Em *Fantasia...*, um ‘cronovelema’ em permanente diálogo intertextual⁹⁴, o narrador vai disseminando pistas que convocam Mofina Mendes: à semelhança da pastora vicentina, as personagens de

⁹² Pode registar-se também aquilo a que J. Authier-Revuz chama “ilhas textuais” (Duarte, 2003: 93), i.e., palavras do primeiro enunciador inseridas, entre aspas, no discurso do relator.

⁹³ Sobre literatura e representação, veja-se, e.g., J. Leerssen (1991) e J.-M. Grassin (s.d.).

⁹⁴ ‘Cronovelema’ é um neologismo de MC que, segundo o escritor, designa um subgénero narrativo onde se cruzam diversos géneros de escrita (M. J. Martins, 2003). MC considera o escritor um fiel depositário de um legado cultural e literário que deve fazer ressoar nas suas obras. Sobre esta questão, veja-se, e.g., Carvalho (1995) e Cotrim (1996).

MC deixam-se embalar em planos irrealistas e imprevidentes, lançados por terra pela sua loquacidade irreprimível.

3. Os dois eixos temáticos do romance: o brado e o queixume

Fantasia... é, na verdade, uma dilatada e ruidosa analepse que, partindo do quotidiano de dois coronéis reformados, vivendo algures no Alentejo, oferece ao leitor instantâneos do quotidiano reveladores dos “tiques piores dos portugueses de hoje” (Duarte, 2004).

A proliferação de discursos torna-se evidente logo na inventariação das personagens: entram em cena mais de quatro dezenas, o que exigiu uma seleção segundo critérios de relevância na trama narrativa. De entre essas, escolhi vinte e seis, tendo procedido ao recenseamento das falas que configuram as formas de citação definidas em 2., bem como ao dos verbos introdutores de RD.

A análise dos dados relativos às 832 entradas da tabela de registo⁹⁵ revelou que:

- o DD tem uma presença avassaladora no romance, contabilizando 81,3% dos registos de reprodução de discurso no discurso e dando voz a vinte e nove personagens diferentes (cf. Anexo 1);
- é também o DD que predomina quando estão em cena as principais personagens da trama narrativa – mais de dez por cento das falas de cada uma (Emanuel Elói, o elemento aglutinador no romance; Bernardes e Lencastre, os coronéis que conversam à beira da piscina; as mulheres de ambos, Maria das Dores e Maria José, respetivamente) (cf. Anexo 2);
- o DD surge preferencialmente sem verbo introdutor – 452 vezes, i.e., 66,86% das ocorrências (cf. Anexo 2);
- o narrador recorre sobretudo a verbos *dicendi*⁹⁶ para introduzir o DD – 57 verbos diferentes, num universo de 74 (cf. Anexo 3).

⁹⁵ Estes dados encontram-se no CD que acompanha a minha dissertação de mestrado (Figueiredo, 2011).

⁹⁶ Optei por limitar o registo a dois tipos de verbos – *dicendi* e *sentiendi* – por duas razões: avaliar a presença e a expressividade de verbos de elocução num romance que

Assim, é pela tirania da palavra em DD que é feita a caracterização (quer ‘auto’ quer ‘hetero’) de personagens e são revelados os ambientes sociais, profissionais e culturais em que se move – para além de Emanuel e dos dois casais – uma plêiade de outros caracteres ficcionais, peças indispensáveis do desconcertante *puzzle* social que o romance constrói⁹⁷: o vernáculo de Maria das Dores (pp. 29, 63 e 111); a hipocrisia, a vulgaridade e o arrivismo de Januário (pp. 52 e 58; heterocaracterização de Lencastre, p.188); a ignorância desdenhosa de Sandra, a filha de Januário (pp. 48 e 50); a negligência de Tânia, a empregada da estação de serviço, e do segurança (p. 106); a ganância de Desidério, Eleutério e Felismina (pp. 128-129); a incompetência petulante da jornalista estagiária (p. 209); as inenarráveis canções de Soraia Marina (pp. 21 e 126); a arte presunçosa de Neusa (pp. 161-162) e de Tiago (p. 164); a rebeldia *adultescente* de Nelson (pp. 73-75); as falas indigentes da novela televisiva (pp. 138-139).

Esta enumeração, não sendo de modo algum exaustiva, atesta a inépcia, a incivilidade, a ignorância, a petulância, a desonestidade que grassam no país, impiedosamente postas a nu pela interminável vozeria com que se atordoam os portugueses.

A presença massiva do DD comprova a coerência do narrador de *Fantasia...*: desencantado com o aviltamento ético, cultural e linguístico dos seus compatriotas, decide abdicar de estratégias de mediação enunciativa e coloca à boca de cena as suas personagens, a quem atribui o papel principal na encenação trágico-cômica da realidade nacional do início do século XXI. A maior parte das ocorrências em DD não tem verbo introdutor e os três verbos *dicendi* mais solicitados são ‘dizer’, ‘responder’ e ‘perguntar’⁹⁸. São opções narrativas que visam desinstalar o leitor: a neutralidade voluntária do narrador no que diz respeito ao discurso atributivo e ao modo de reproduzir as falas das suas personagens,

verbera a vozeria e tornar exequíveis propostas pedagógicas para o público-alvo definido (alunos de PLE).

⁹⁷ Sobre o olhar crítico e desencantado de MC em relação ao país, que revelou em várias entrevistas a propósito deste romance, veja-se, e.g., M. João Martins (2003), L. M. Faria (2003), T. Coelho (2003) e C. Oliveira Martins (2004).

⁹⁸ Cf. Anexo 3.

revelando, em todo o seu deprimente esplendor, um país em declínio acelerado, convida ao olhar crítico do narratário.

Para além das ocorrências nas três formas de RD referidas em 1., registei dezanove exemplos de relato de palavras que classifiquei como ‘modo híbrido’ (2,3% do RD)⁹⁹, uma vez que apresentam algum grau de derrogação das regras canónicas, incorporando traços formais de considerável valor mimético. As subversões mais comuns dizem respeito a hibridação de características formais de DD com outras do DI¹⁰⁰ ou de DD com DIL¹⁰¹ e ainda encadeamentos inesperados de diversas formas de RD (e.g., pp. 49-50). Estes casos-fronteira de RD, como já referi, testemunham a originalidade de MC e, em contexto de sala de aula, podem constituir um ponto de partida para uma reflexão fecunda sobre ortodoxia gramatical e vitalidade criativa da língua¹⁰².

O lamento inconsequente é outra das linhas temáticas que estruturam *Fantasia...*, logo desde o início, quando Eleutério entorna o bidão de mel que transportava na sua bicicleta. O queixume de Mofina Mendes é depois declinado em vários tons, a maior parte das vezes em DD¹⁰³: a recriação de um mito literarizado que pertence à nossa memória literária como ‘intertexto de referencia’ (cf. *supra* 2.) “sublinha a vacuidade dos discursos palavrosos, uma suposta característica identitária portuguesa: incapazes de sermos empreendedores, embalamo-nos em sonhos desmesurados que redundam sistematicamente em fracassos” (Figueiredo, 2011: 91). No romance, só Januário, o chico-esperto que foge aos impostos e se quer “meter a sério na política” (p. 188), consegue prosperar.

⁹⁹ Cf. Anexo 1.

¹⁰⁰ “Que não, fazia-se tarde, disse Emanuel, sem saber como explicar que não era professor – tomara ele aprender – e que o título de mestre no xadrez não tinha que ver com graus académicos” (p. 56).

¹⁰¹ “Injustiça!, concluiu Sandra, as canções, a música deviam ser de toda a gente, como as esferográficas, os clips, os isqueiros. O primeiro que chegar pega, e leva. Agora esta coisa de estar a proteger o egoísmo duns tipos que lá por serem autores só querem é lucro, ganhuça, ganhuça, francamente, não estava certo” (p. 50).

¹⁰² Nomeadamente, a partir de um excerto em que ecoa a voz de Tiago e que é refratário a qualquer classificação dentro do cânone do RD (cf. pp. 163-164 do romance).

¹⁰³ Cf. Anexo 4.

Apenas um leitor enciclopedicamente competente conseguirá fruir deste diálogo intertextual que introduz no texto uma espessura semântica tão cara ao escritor. Numa aula de PLE, este vetor semântico permitiria não apenas estabelecer um elo entre Gil Vicente e a literatura contemporânea como também reconhecer um tópico do universo literário de MC¹⁰⁴.

4. Abordagem pedagógico-didática¹⁰⁵

Fantasia... não é de modo algum um texto fácil, mas o desafio linguístico e literário que representa, bem como o divertimento que inegavelmente proporciona justificam a escolha do romance para estudo em contexto de aula de PLE com alunos universitários de nível C1.

A leitura integral da obra e a análise/discussão em grande grupo fomentariam as competências comunicativas dos alunos, nas suas várias vertentes (e.g., linguístico-pragmática, estético-literária, sociocultural)¹⁰⁶, encorajariam a reflexão individual, o confronto de pontos de vista sobre Portugal e sobre os diferentes países de origem dos discentes, permitindo ainda aprofundar a reflexão metalinguística sobre os mecanismos de RD.

4.1. Reflexão sobre a importância das coordenadas contextuais nos mecanismos de reprodução de discurso no discurso

Tarefa: Reescrever em DI os excertos do DD de Emanuel e registar as conclusões, comparando-as com as regras das gramáticas normativas.

¹⁰⁴ Mofina Mendes é recuperada em *Quando o diabo reza*: Cíntia dança arrebatadamente ao imaginar um futuro luminoso, colocando em perigo o garrafão de azeite trazido de Celorico. Quando o marido chega a casa, “ia em todo o andar um cheiro a azeitum” (Carvalho, 2011: 102).

¹⁰⁵ Os exercícios apresentados em 3.1. e 3.2. são excertos da proposta de didatização elaborada no âmbito da minha dissertação de mestrado (Figueiredo, 2011: 104-110, Anexos 12 a 14, XXVI-XXXVII).

¹⁰⁶ Foi Hymes quem cunhou o conceito de ‘competência comunicativa’, definindo-a como “o conhecimento (prático e não necessariamente explicitado) das regras psicológicas, culturais e sociais que comandam a utilização da fala num enquadramento social” (*apud* Galisson & Coste, 1983: 134).

Discurso direto	Coordenadas contextuais: quem fala, a quem fala, de quem fala	Discurso indireto	Conclusões
Emanuel dirige-se a Eleutério: “ – Pois eu [...] fico [...] em Reguengos, falo com a sua rapariga [...]” (p. 35)	O dono do restaurante de Reguengos conta à mulher a conversa que ouviu.		
	Emanuel reproduz a Eleutério as palavras que ele próprio proferiu.		
	Eleutério reproduz perante Emanuel as palavras que este lhe dirigiu.		

4.2. Enriquecimento lexical, a partir de verbos introdutores de RD

Tarefa: Propor um verbo que possa introduzir o DD de cada personagem.

Excerto do romance	Reescrita do excerto
[DD de Emanuel, p. 35] “O automóvel patinou na massa de areia, deu-se a uns ziguezagues perigosos, mas Emanuel firmou-se bem ao volante. – Quer vossemecê que eu fale com ela?”	
[DD do organizador da festa de Grudemil, p. 47] “O homem segurou familiarmente o braço de Emanuel, e para a rapariga: – Sandra, minha amiga, bem vês, vais fazer um favor à organização: conduzes aqui o professor à tenda dos ranchos. Já vamos atrasados, bem vês. É para começar às cinco, não é, professor?”	

4.3. Análise de excertos do romance

Leitura e análise de dois excertos: aquele em que o narrador procede à caracterização da voz de Januário (pp. 52-60) que, “tranquila, levemente enfadada” (p. 52) no início, se transforma em “vozeirão” (p. 60), prestando particular atenção ao DD e às suas funcionalidades no processo de construção da personagem; aquele em que o narrador descreve a festa em Grudemil (pp. 44-45) e o seu papel na textualização de imagens de Portugal.

4.4. Outras leituras

Pesquisa sobre as capas das edições estrangeiras do romance¹⁰⁷, para confronto e discussão de pontos de vista, e leitura/comentário da reportagem *Revolução na festa da aldeia*, de Ricardo Rodrigues (2012), fazendo o contraponto com o excerto de *Fantasia...* analisado anteriormente.

5. Conclusões

A abordagem enunciativo-pragmática do RD, em contexto de ensino-aprendizagem, permite uma reflexão metalinguística profícua, quer sobre as formas canónicas quer sobre manifestações periféricas do relato de palavras, sensibilizando os alunos para os recursos da língua que são convocados e para os seus efeitos expressivos e pragmáticos.

Enquanto espaço potenciador da criatividade da língua, a obra literária, intrinsecamente polifónica, alimenta um diálogo intertextual enriquecedor e abre aos alunos múltiplas e fecundas vias de descoberta de si próprios, do(s) Outro(s) e do mundo.

Em *Fantasia...*, a análise da presença, do peso e das características das vozes das personagens mais significativas para a trama narrativa comprovou existir uma homologia entre forma e conteúdo: a proliferação de falas que inundam, em DD, um romance de estrutura caleidoscópica atesta a alienação em que se entretém um país chocalheiro, inepto e sem consciência de que o é. O retrato marcadamente disfórico traçado pelo narrador deixa antever a resposta à questão por ele formulada, ao cair do pano: “Há emenda para este país?” (p. 227).

¹⁰⁷ *Fantasia...* foi até à data editado em França, na Croácia e em Espanha, de acordo com informação disponível na página pessoal do escritor.

Referências bibliográficas

- Carvalho, Mário de (1995): *O romance está em aberto*. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias* 647, 16.
- Carvalho, Mário de (2003): *Fantasia para dois coronéis e uma piscina*. Lisboa: Caminho.
- Carvalho, Mário de (2011): *Quando o Diabo reza*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Carvalho, Mário de: Página pessoal [On-line], disponível em: <<http://www.mariodecarvalho.com/>>. [Consultado em: 08 dez. 2012].
- Cecilia, Juan H. (2006): *El mito como intertexto: la reescritura de los mitos en las obras literarias*. In: *Çédille*. Revista de estudios franceses, n° 2 (Abril 2006), 58-76. [On-line], disponível em: <<http://webpages.ull.es/users/cedille/dos/cedille-dos.pdf>>. [Consultado em: 02 out. 2007].
- Coelho, Tereza (2003): *Mário de Carvalho. O livro do país patusco*. In: *PÚBLICO – Mil Folhas*, 10/06/2003, 4-7.
- Conselho da Europa (2002): *Quadro europeu comum de referência para as línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*. Trad. M. Joana P. do Rosário e Nuno V. Soares. Ministério da Educação/ GAERI (coord. da ed.). Porto: Asa Editores.
- Cotrim, J. P. (1996): *Mário de Carvalho, “Alguma coisa me perturba”*. In: *Ler. Livros & Leitores* 34, 38-49.
- Dicionário Terminológico*, disponível em: <<http://dt.dgicd.min-edu.pt/>>. [Consultado em: dez. 2012].
- Duarte, Isabel M. (1999): *As vantagens de uma gramática do texto para o estudo do relato de discurso*. In: **C. Mello (org.)**, *I Jornadas Científico-Pedagógicas de Português. Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra*: Livraria Almedina, 113-120.
- Duarte, Isabel M. (2003): *O relato de discurso na ficção narrativa. Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. [1999, Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- Duarte, Isabel M. (2004): *A primeira vez que eu li Fantasia para dois coronéis e uma piscina, de Mário de Carvalho*. In: *Primeir@ Prova – Revista Electrónica de Línguas e Literaturas Modernas – Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da FLUP, n° 0* [On-line], disponível em: <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/23649/2/isabelduarteprimeiraprova000096437.pdf>>. [Consultado em: 09 dez. 2012].
- Eco, Umberto (1993): *Leitura do texto literário – lector in fabula*. Lisboa: Editorial Presença, 53-70.
- Faria, L. M. (2003): *Mário de Carvalho. Muitas palavras, pouca conversa*. In: *EXPRESSO* 1621 - *Actual*, 46-47.
- Figueiredo, Paula (2011): *Relato de discurso e Fantasias do Portugal contemporâneo na aula de Português Língua Estrangeira*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].
- Galisson, R. / Coste D. (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Almedina, 134-135, 442-445.
- Grassin, J.-M. (s/d): *Image*. In: Escarpit, Robert (org.), *Dictionnaire International des Termes Littéraires*. [On-line], disponível em: <<http://www.ditl.info/arttest/art2241.php>>. [Consultado em: 13 jul. 2008].

- Leerssen, Joep (1991): *Mimesis and Stereotype*. In: Leerssen, J. et al. (edd.), *Yearbook of European Studies* 4, Amsterdam: Rodopi, 165-175.
- Martins, C. Oliveira (2004): *Mário de Carvalho. Pátria lusitana. O retrato, a ironia e o desencanto*. In: *Os Meus Livros*, 19, 38-43.
- Martins, M. João (2003): *Mário de Carvalho: crónica do aturdimento*. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 864, 10-12.
- Peytard, Jean (1995): *Mikhaïl Bakhtine. Dialogisme et analyse du discours*. Paris: Bertrand-Lacoste.
- Reyes, Graciela (1984): *Polifonía textual. La citación en el relato literario*. Madrid: Editorial Gredos.
- Reyes, Graciela (1993): *Los procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*. Madrid: Arco/ Libros.
- Rodrigues, Ricardo J. (2012): *Revolução na festa da aldeia*. In: *Notícias Magazine* 1056, 46-57.
- Rosier, Laurence (1999): *Le discours rapporté. Histoire, théories, pratiques*. Bruxelles: Duculot.
- Silva, V. M. Aguiar e (1983): *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 43-44, 90-107, 112-113, 144-150, 171-173, 258-265, 300-329.
- Vicente, Gil (1984): *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*. Vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 102-124.

Anexos¹⁰⁸

Anexo 1

Tipo de RD	Nº de ocorrências (em 832 registos)	% na totalidade do romance	Nº de vozes diferentes no romance
DD	676	81,3%	29
DIL	54	6,5%	17
Reprodução de palavras no discurso do narrador	40	4,8%	13
DI	28	3,4%	13
Modo híbrido	19	2,3%	11
DDL	15	1,8%	8

¹⁰⁸ Os anexos foram elaborados com base nos documentos que integram a secção «Anexos» da minha dissertação de mestrado (Figueiredo, 2011).

Anexo 2

Voz citada	% na totalidade do romance	Falas em DD	% de falas em DD (na totalidade do discurso da personagem)	Verbos introdutores de discurso direto	
				Total de ocorrências em DD	
Emanuel Elói	14,7%	95	11,5%	676	
Maciel Bernardes	14,2%	98	11,8%	452 (66,86%)	Sem verbo introdutor
Maria das Dores	11,8%	89	10,7%	224 (33,13%)	Com verbo introdutor
Amílcar Lencastre	11,5%	88	10,6%	74	Total de verbos diferentes utilizados
Narrador	8,7%	60	7,2%		
Outras vozes	7,3%	42	5%		

Anexo 3

Verbos introdutores de discurso direto ¹⁰⁹	
Verbos <i>dicendi</i>: 57	Aconselhar (2), acrescentar, advertir, alegar, anunciar (2), apelar, atalhar, bradar (4), chamar, concluir (2), confessar (3), confessar-se, contar (3), discutir, dizer (46), ecoar, elucidar, esclarecer, esganiçar-se, exclamar, explicar (3), explicitar (2), filosofar, flautear, gabar-se, garantir, gritar (5), indagar, informar, insistir (4), interrogar-se, interromper (2), ironizar, murmurar (2), observar (5), obtertemperar, ordenar, perguntar (16), perguntar-se, proclamar, propor, protestar (2), queixar-se (2), ralar, recitar, relatar (2), rematar (2), resmonear, resmungar, responder (17), resumir, segredar (5), sentenciar, sugerir, sussurrar (4), trautear, vozeirar
Verbos <i>sentiendi</i>: 17	Admirar, admirar-se (2), ameaçar, aprovar, assustar-se, brincar, comover-se, compreender (2), considerar (2), desconfiar, entusiasmar-se, exultar, pensar (13), preocupar-se, reflectir, sobressaltar-se, surpreender-se (2)

¹⁰⁹ O número de ocorrências de cada verbo está registado entre parênteses. Por defeito, não havendo nenhuma indicação, trata-se de uma única ocorrência.

Anexo 4

Variações sobre Mofina Mendes	Página
[Eleutério - DD] “Sendo-me a dita cruel, senhores, não me deis guerra: que todo o humano aranzel, como o meu bidão de mel, há-de dar consigo em terra”.	13
[Emanuel - DD] “Pensou o rapaz: <i>Por mais que a dita o descreia, senhora, não lhe deis mágoa. Que a humanal verborreia, como o camião de areia, há-de dar consigo n'água.</i> Antes, pressentindo o desfecho, Emanuel tinha suplicado a Irina que suspendesse a narração:– <i>Não, por favor, pare, não me diga...</i> ”.	37
[Ilhota textual no discurso do narrador] “Nesta matéria, reflectiu soturnamente o taberneiro que seria boa ocasião para uns versos em que mossa rimasse com dar consigo na fossa ”.	43
[Pensamentos de Emanuel] “Suspirando e pensando, <i>se me ferir a ventura, mestres não me deis mais guerra, que toda a humanal candura, como esta minha abertura, há-de dar consigo em terra</i> ”.	100
[Maria José] “Se eu fosse dar-lhe ouvidos, onde é que esses projectos me levariam? Davam comigo em terra, seguramente”.	102
[Comandante da escuna] “Mas antes disso ainda conseguiu ganhar: <i>Por mais que me enjeite a sorte, é melhor não disparar, um marujo bruto e forte, com o meu altivo porte, há-de dar o corpo ao mar</i> ”.	119
[Felismina] “Agora aqui é só desgraças”.	130
[Lavrador] “Agora soluçava, em sobressaltos quase gritados (...). E apesar de toda aquela iniludível dor (...)”.	152-153

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

•
Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2013

Obra publicada
com a Coordenação
Científica



CENTRO DE ESTUDOS
DE LINGUÍSTICA
GERAL E APLICADA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

